

ISSN 2175-9278

Outubro 2017
Volume 11 \ Número 4

Boletim Regional



Outubro 2017
Volume 11 \ Número 4

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste no Pará (*e-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Coordenação Regional do Norte e Nordeste (*e-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste em Pernambuco (*e-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste na Bahia (*e-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);

Região Centro-Oeste – Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),

Região Sudeste – Coordenação Regional do Sudeste (*e-mail*: sp.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Coordenação Regional do Sul (*e-mail*: rs.depec@bcb.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Sul no Paraná (*e-mail*: pr.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1042

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 11, n. 4.

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
Departamento de Atendimento Institucional (Deati)
Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate)
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <http://www.bcb.gov.br?FALECONOSCO>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	11
Região Nordeste	17
Bahia	21
Ceará	25
Pernambuco	28
Região Centro-Oeste	31
Região Sudeste	35
Minas Gerais	38
Rio de Janeiro	41
São Paulo	44
Região Sul	47
Paraná	51
Rio Grande do Sul	54
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	57
Boxes	
Evolução da Economia do Espírito Santo	63
Efeitos do declínio da produção sobre a estrutura industrial	69
Apêndice	73

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos

de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

O conjunto dos indicadores da atividade econômica no país registra sinais compatíveis com a recuperação gradual da economia, que opera com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na elevada taxa de desemprego. O cenário externo mostra-se favorável, em cenário de recuperação da atividade econômica global sem desdobramentos sobre as condições financeiras nas economias avançadas, contribuindo para manter o apetite ao risco em relação a economias emergentes. Nesse ambiente, o comportamento da inflação permanece favorável, com diversas medidas de inflação subjacente em níveis confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. Note-se, no entanto, que uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária.

Os indicadores relacionados à economia do Norte registraram, no trimestre encerrado em agosto, recuperação gradual e disseminada da atividade na região. Esse movimento foi beneficiado pelos efeitos da safra agrícola sobre o comércio exterior e pelo impacto do aumento da confiança dos agentes econômicos sobre o consumo privado – na margem, as vendas do comércio ampliado cresceram 2,0% no trimestre e os emplacamentos de automóveis e comerciais leves aumentaram 4,6% no terceiro trimestre do ano. O mercado de trabalho, refletindo o melhor desempenho da economia, registrou criação líquida de empregos formais. Nesse cenário, o Índice de Atividade Econômica Regional da Região Norte (IBCR-N) cresceu 1,7% no trimestre em relação ao trimestre finalizado em maio, consistindo na terceira variação positiva em sequência, nesse tipo de comparação.

No Nordeste, as vendas do comércio e a produção industrial apresentaram desempenho mais consistente, e os serviços, bem como o mercado de

trabalho, ritmo de contração mais moderado. De fato, as vendas do comércio ampliado cresceram, na margem, 2,3% no trimestre encerrado em agosto, e a produção industrial variou 0,3%, com ênfase no aumento de 14,8% na fabricação de produtos alimentícios. Ressalte-se que embora indicadores importantes na estrutura produtiva da região tenham mostrado resultados favoráveis no trimestre, o IBCR-NE retraiu 0,7% em relação ao finalizado em maio – essa trajetória repercute o impacto da concentração de resultados positivos da agricultura regional em março e abril.

A trajetória de recuperação da atividade econômica no Centro-Oeste, delineada desde o final de 2016, acelerou no trimestre encerrado em agosto. Esse desempenho refletiu, principalmente, a colheita da segunda safra de milho, concentrada no período. Ressaltem-se, também, os resultados do comércio, repercutindo a reação do consumo das famílias – sustentada pelo aumento da renda real, pela expansão do crédito e pela liberação de contas inativas do FGTS –, e da indústria de transformação, com ênfase na expansão de 5,9% na indústria de alimentos. A evolução da economia da região traduziu-se na geração de 25,2 mil postos de trabalho formais no trimestre finalizado em agosto, desempenho influenciado, sobretudo, pelas contratações na indústria de transformação, da construção civil e do setor de infraestrutura. Nesse contexto, o IBCR-CO cresceu 2,1% em relação ao trimestre encerrado em maio, quando aumentara 0,9%, nessa base de comparação.

A economia do Sudeste repercutiu, no trimestre junho-agosto, o processo de recuperação das vendas do comércio – na margem, o comércio ampliado cresceu 3,4%, com aumentos nas vendas em sete dos dez segmentos pesquisados – e da produção industrial que, em tendência de expansão, variou 2,6% em relação ao trimestre encerrado em maio, com aumentos em dezesseis dos vinte e dois setores pesquisados. Destaque, ainda, para o maior dinamismo dos mercados de trabalho – a taxa de desocupação recuou 0,6 p.p. no segundo trimestre do ano, representando a primeira retração na margem desde o final de 2014 – e de crédito, e a contribuição positiva do setor externo. Nesse cenário, o IBCR-SE cresceu 0,9% no período, em relação ao trimestre encerrado em maio.

Os indicadores econômicos do Sul registraram evolução favorável no trimestre encerrado em

agosto. Essa trajetória foi impulsionada, em grande parte, pelo comportamento benigno da inflação, pelo impacto do ciclo de flexibilização dos juros e pelos desdobramentos dos resultados positivos da agricultura sobre a renda agrícola e sobre a cadeia produtiva da região. Nesse contexto, destacaram-se, na margem, a expansão de 2,4% nas vendas do comércio ampliado; a reação do setor de serviços não financeiros; e o aumento de 0,9% na produção industrial, em ambiente de melhora do otimismo dos empresários do setor. Nesse cenário, o IBCR-S aumentou 0,1% em relação ao trimestre encerrado em maio.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

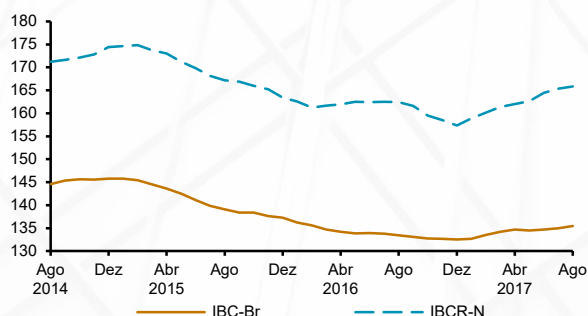
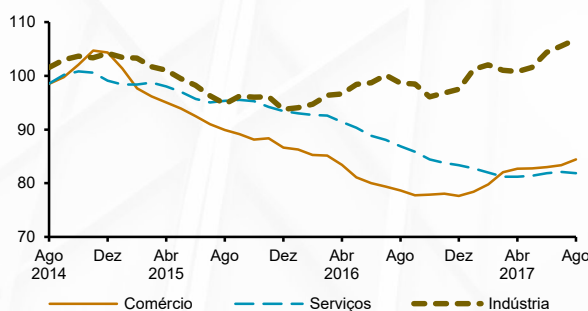


Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte

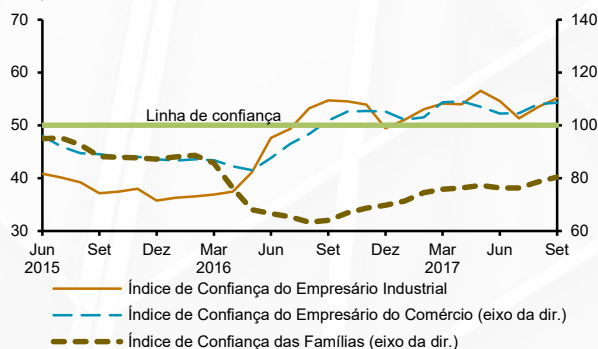
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Confiança dos agentes – Norte

Em pontos

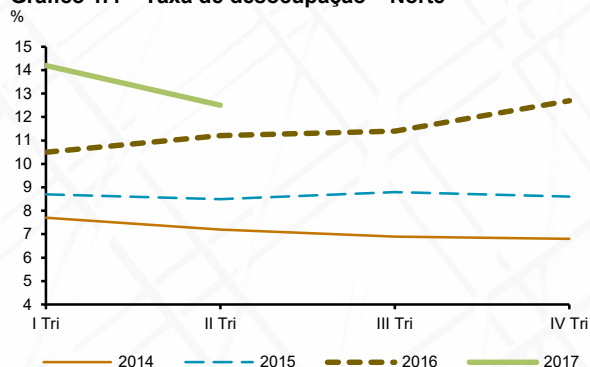


Fontes: CNI e CNC

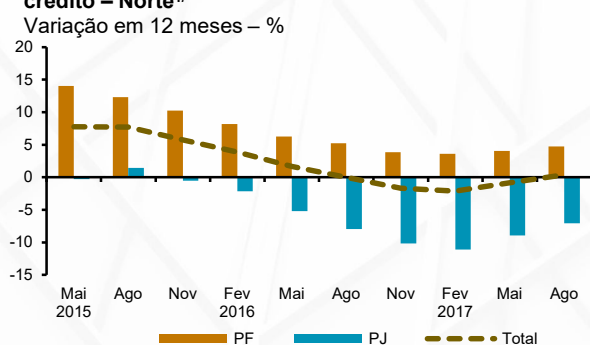
Os resultados recentes de indicadores econômicos no Norte reforçam o cenário de recuperação gradual da atividade ao longo de 2017, disseminada nos diversos segmentos da economia. Destacaram-se, no trimestre encerrado em agosto, os efeitos benéficos da safra agrícola sobre o comércio exterior e o impacto da elevação da confiança dos agentes econômicos na continuidade do crescimento das vendas no varejo. O mercado de trabalho, refletindo o melhor desempenho da economia, registrou variação positiva do emprego, no período, o que não ocorria desde o terceiro trimestre de 2014. Nesse cenário, o IBCR-N cresceu 1,7% no trimestre até agosto, em relação ao trimestre finalizado em maio, quando variara 1,6%, de acordo com dados dessazonalizados – terceira variação positiva seguida. Considerados intervalos de doze meses, o indicador recuou 1,0% em agosto (-2,2% em maio).

Um dos principais indicadores de demanda, as vendas do comércio ampliado mostram desaceleração no ritmo de recuo, considerada a evolução em doze meses, tendo atingido -2,6% em agosto, ante -11,7% ao final de 2016, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). No trimestre finalizado em agosto, as vendas cresceram 2,0% em relação ao terminado em maio, quando aumentaram 3,7%, na série dessazonalizada. No mesmo sentido, os emplacamentos de automóveis e comerciais leves aumentaram 4,6% no terceiro trimestre, segundo dados dessazonalizados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), sinalizando continuidade de recuperação da atividade. O processo de crescimento das vendas do comércio, *proxy* para o consumo das famílias, está sustentado pelas expansões da massa salarial real e das concessões de crédito e pela liberação de recursos das contas inativas do FGTS.

O comportamento das expectativas dos consumidores reforça o cenário de recuperação da atividade varejista. O índice de Intenção de Consumo das Famílias da região, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), aumentou 1,8 pontos,

Gráfico 1.4 – Taxa de desocupação – Norte

Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 1.1 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2017/2016
		Produção ^{2/} 2016	2017	
Grãos ^{3/}	40,3	7 042	8 687	23,4
Soja	26,6	4 097	5 081	24,0
Milho	7,3	1 886	2 580	36,8
Arroz (em casca)	5,0	925	899	-2,8
Outras lavouras				
Mandioca	22,7	7 371	7 448	1,0
Banana	7,1	883	1 045	18,3
Cacau	5,1	92	123	33,8
Pimenta-do-reino	5,1	36	36	-1,0
Abacaxi	5,1	617	399	-35,3
Cana-de-açúcar	2,3	4 581	4 446	-2,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2017.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

para 78,4 pontos, no terceiro trimestre (quarta elevação trimestral consecutiva). No mesmo sentido, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela CNC, atingiu 107 pontos no período, mantendo-se na área de otimismo por treze meses consecutivos.

O volume do setor de serviços cresceu 0,5% no trimestre encerrado em agosto, após recuo trimestral de 0,7% em maio, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. Reforçando o cenário de retomada gradual da atividade econômica, o setor apresentou geração líquida de empregos formais no período, sobretudo no estado do Tocantins.

O mercado de trabalho formal na região evoluiu positivamente no trimestre encerrado em agosto. Houve aumento de 10,5 mil postos (eliminação de 10,2 mil no mesmo período de 2016), com destaques para a indústria de transformação e serviços, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho (MTb). A taxa de desocupação alcançou 12,5% no trimestre finalizado em junho de 2017, ante 14,2% no primeiro trimestre, segundo a PNAD Contínua^{1/}. A redução no desemprego refletiu o aumento de 3,2% na população ocupada, sobrepondo-se ao efeito da alta, de 1,2%, na força de trabalho no mesmo período. O crescimento observado no nível de emprego repercutiu, sobretudo, contratações nas categorias sem carteira de trabalho e por conta-própria. Os micro dados da pesquisa indicam o ingresso de cerca de 273 mil pessoas nesses segmentos associados à informalidade desde o início da série em 2012, considerando apenas trabalhadores não contribuintes do regime de previdência social^{2/}. Ao se considerar a totalidade de pessoas, sejam contribuintes ou não, houve ingresso de cerca de 496 mil pessoas na informalidade.

A evolução no mercado de crédito mostra-se consistente com o processo de recuperação gradual da atividade. O saldo das operações superiores a R\$1 mil realizadas na região variou 1,2% no trimestre em encerrado em agosto e 0,4% em doze meses. Persistem, na margem, dinamismos distintos para os segmentos de crédito às famílias e às empresas. No trimestre considerado, a carteira de pessoas físicas cresceu 2,0% enquanto a de pessoas jurídicas

1/ A PNAD Contínua, em nível regional, apresenta dados apenas para os “trimestres fechados” do calendário gregoriano, eventualmente implicando defasagens em relação a outras estatísticas regionais.

2/ Critério adotado na publicação “Mercado de Trabalho: conjuntura e análise”, Ano 23, Abril de 2017 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), página 16. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62.pdf

diminuiu 0,4%. A inadimplência das operações permanece estável, atingindo 4,5% em agosto (5,0% no segmento de pessoas jurídicas e 4,3% no de pessoas físicas).

Os resultados recentes dos indicadores de oferta também reforçam o quadro de recuperação gradual da atividade. A produção da industrial cresceu, na margem, 5,2% no trimestre finalizado em agosto, após recuo de 0,5% no período encerrado em maio, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. A produção da indústria de transformação cresceu 1,8% no período, com destaque para os aumentos nas atividades de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, no Polo Industrial de Manaus, e metalurgia, no Pará. A atividade na indústria extrativa expandiu 5,3% no período, impulsionada pelo desempenho da produção de minério de ferro, concentrada no Pará. Considerados dados acumulados em doze meses, a indústria de transformação da região permanece, ainda, em retração, de 0,6%, com desaceleração no ritmo de recuo desde julho de 2016. Ressalta-se que a recuperação recentemente observada no consumo das famílias, tende a favorecer o desempenho da indústria de transformação no Norte, em especial o Polo Industrial de Manaus, voltado para a produção de bens de consumo para o mercado interno.

A permanência, nos últimos seis meses, na zona de otimismo do Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), sugere continuidade da expansão industrial na região. O indicador atingiu 55,1 pontos em setembro, ante 54,6 pontos em junho e 54,7 pontos em setembro de 2016. Assinale-se que a elevada ociosidade registrada no Polo Industrial de Manaus – o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) atingiu 71,4% em agosto, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) – evidencia a inexistência de restrições de oferta para a continuidade da retomada da atividade local.

A safra de grãos da região deverá aumentar 23,4% em 2017, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de setembro, do IBGE, impactada em especial por expansões nas produções de milho e soja, corroborando com variações reais³, na ordem, de 4,4% e 5,3% no valor bruto de produção (VBP) dessas culturas, segundo estimativa de setembro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Tabela 1.2 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	Norte		
	2016	2017	Var. %
Total	5 918	7 830	32,3
Bens de capital	740	463	-37,4
Bens Intermediários	4 783	6 608	38,2
Bens de consumo	302	376	24,4
Combustíveis e lubrificantes	93	383	310,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 1.3 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	Norte		
	2016	2017	Var. %
Total	9 400	12 870	36,9
Básicos	6 807	10 189	49,7
Industrializados	2 593	2 680	3,4
Semimanufaturados	917	911	-0,6
Manufaturados ^{1/}	1 676	1 769	5,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

3/ Considerado o IGP-DI como deflator.

Tabela 1.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2016			Agosto de 2017		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AC	3 331	-73	165	3 151	-477	-291
AM	4 934	-51	270	4 560	-473	-185
AP	925	-248	-140	983	-208	-118
PA	856	-462	-273	160	-385	-253
RO	3 504	-186	49	2 586	-464	-398
RR	292	201	238	96	57	73
TO	1 562	-195	-52	1 760	198	330
Total (A)	15 405	-1 013	256	13 296	-1 752	-842
Brasil^{4/} (B)	766 579	-1 791	75 866	757 485	-11 908	39 002
(A/B) (%)	2,0	56,6	0,3	1,8	14,7	-2,2

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

A evolução do comércio externo do Norte repercutiu incrementos tanto nas quantidades e quanto nos preços dos principais produtos da pauta regional. Nesse sentido, as exportações expandiram 36,9% no período, destacando-se o impacto da recuperação nas vendas de produtos básicos, em especial, minérios de ferro e de cobre, em decorrência do início das operações na mina S11D⁴ no Pará. As importações cresceram 32,3% nos primeiros nove meses do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, com ênfase nos aumentos nas aquisições de combustíveis e lubrificantes e de matérias primas no Amazonas.

No âmbito fiscal, as contas consolidadas dos entes públicos do Norte apresentaram, nos primeiros oito meses de 2017, melhora no resultado primário e redução da dívida líquida. O *superavit* primário atingiu R\$1,8 bilhão em doze meses acumulados até agosto, ante R\$1 bilhão registrados em 2016. A dívida líquida totalizou R\$13,3 bilhões em agosto (R\$15,4 bilhões em 2016).

Tabela 1.5 – IPCA – Belém

Discriminação	Variação %				
	Pesos ^{1/}	2017			
		Ano	II Tri	III Tri	Ano
IPCA	100,0	8,03	-0,12	0,21	0,94
Livres	77,5	8,65	-0,05	-0,95	-0,55
Alimentação no domicílio	26,5	13,16	-0,99	-3,18	-4,24
Serviços	27,6	13,14	1,60	1,29	5,87
Serviços subjacente	15,8	6,12	1,14	0,28	2,11
Bens Industrializados	24,7	-0,49	-0,81	-0,96	-3,28
Monitorados	22,5	5,33	-0,37	4,45	6,47
Principais itens					
Alimentação	34,3	11,80	-0,66	-2,58	-3,25
Habitação	13,2	5,06	-0,28	5,57	5,35
Artigos de residência	4,9	5,50	-0,84	0,03	-0,53
Vestuário	8,0	5,53	0,06	0,05	-0,80
Transportes	12,4	3,83	-0,89	1,67	4,09
Saúde	10,9	10,29	1,44	0,99	4,26
Despesas pessoais	8,4	7,28	1,01	0,82	2,43
Educação	4,7	8,65	-0,15	0,24	5,57
Comunicação	3,1	0,87	1,85	0,82	3,58

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2017.

A evolução da inflação regional, considerada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Belém (RMB), permanece refletindo nível reduzido de pressões sobre os preços. A inflação no terceiro trimestre (0,21%) esteve associada, em especial, a aumentos nos preços do grupo habitação, com destaque para energia elétrica residencial. O grupo transportes foi o segundo mais representativo em termos de contribuição para a inflação no trimestre, com destaque para as altas em gasolina. A inflação subjacente⁵ do setor de serviços registrou 0,28% no terceiro trimestre (1,14% no segundo). Em relação à abrangência do processo inflacionário, o índice de difusão atingiu 51,4% no terceiro trimestre de 2017 (41,6% no anterior).

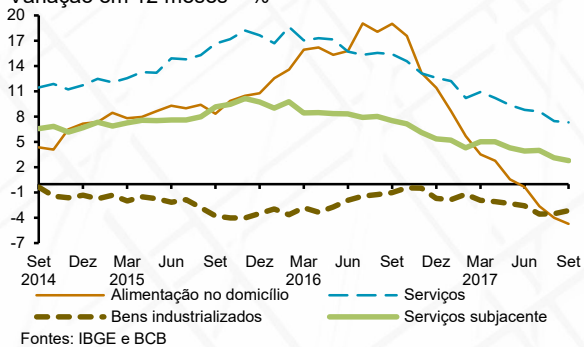
A consolidação do processo de desinflação mostra-se mais evidente quando são consideradas as variações em doze meses. O IPCA da RMB desacelerou de 2,61% em junho para 1,52% em setembro, movimento explicado, em parte, pela redução dos preços de alimentos, em particular dos *in natura*. A deflação nos bens industrializados também segue contribuindo para a redução da taxa geral, com destaque para o

4/ Localizado no município de Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, o S11D é o maior complexo minerador da empresa Vale S.A., tendo iniciado suas operações em janeiro de 2017, e irá aumentar a produção de minério do estado do Pará para 230 Mtpa (milhões de toneladas métricas ao ano). Segundo a empresa, esse volume será atingido em 2020.

5/ A inflação subjacente de serviços exclui da inflação de serviços as variações nos preços dos grupos turismo; serviços domésticos; cursos e comunicação. Estes grupos, por fatores diversos (i.e.: excesso de volatilidade; metodologia de cálculo), dificultam a identificação da tendência inflacionária no setor de serviços. Ver mais em “Inflação no setor de serviços”, do Relatório de Inflação de setembro de 2016.

Gráfico 1.6 – Evolução dos preços livres

Variação em 12 meses – %



comportamento dos preços de vestuário. Assinale-se que, apesar de o comportamento recente dos indicadores associados ao consumo das famílias indicarem retomada gradual do consumo, a alta ociosidade dos fatores de produção contribui para a evolução favorável dos preços na região. Por outro lado, deve-se observar o fim do ciclo benéfico dos preços de alimentação.

A atividade econômica no Norte no trimestre encerrado em agosto repercutiu o desempenho positivo em diversos indicadores, impactando favoravelmente as expectativas dos agentes, que reforçam o cenário de retomada gradual da economia. Observou-se comportamento benigno no do mercado de trabalho, ainda que incipiente, em parte explicado pelas defasagens em relação à atividade econômica. Prospectivamente, a queda da inflação e das taxas de juros, favorecendo a recomposição da renda real, contribuem para a recuperação gradativa do consumo, que em ambiente de alta ociosidade dos fatores de produção tende a impactar de forma limitada os preços ao consumidor.

Região Nordeste

2

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados – média móvel trimestral

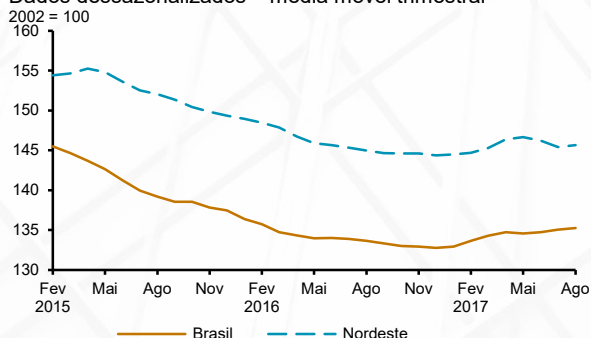


Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2017		
	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,9	0,7	-2,6
Combustíveis e lubrificantes	-6,2	2,1	-5,9
Híper e supermercados	-1,8	-0,3	-7,0
Móveis e eletrodomésticos	11,3	3,7	-1,1
Equip. e mat. para esc., inf. e comunicação	5,7	3,3	7,9
Comércio ampliado	1,0	2,3	-2,0
Automóveis e motocicletas	2,8	7,1	-0,8
Material de construção	-5,1	2,2	-1,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica do Nordeste apresenta evolução compatível com a melhora gradual da economia doméstica. As vendas do comércio e a produção industrial mostram tendência de elevação mais consistente, enquanto os serviços e o mercado de trabalho reduziram o ritmo de contração. Apesar de melhora em diversos indicadores na margem, o desempenho agregado da região segue determinado pelo comportamento da agricultura, que registra significativa expansão no ano e cujos resultados foram contabilizados, principalmente, nos meses de março e abril. Nesse sentido, o IBCR-NE, na margem, retraiu de 0,7% no trimestre encerrado em agosto⁶, em relação ao finalizado em maio, quando havia expandido 1,3%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio ampliado cresceram, na margem, 2,3% no trimestre encerrado em agosto, após alta de 1,0% no trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, com destaque para o aumento nas vendas de veículos, motos, partes e peças (7,1%) e material de construção (2,2%). Dados mais recentes indicam continuidade das vendas, com expansão de 3,5% nos emplacamentos de veículos leves e utilitários no terceiro trimestre de 2017, em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da Fenabreve. O desempenho favorável das vendas decorre, principalmente, dos impactos dos desembolsos extraordinários do FGTS, do aumento moderado do crédito às famílias e da evolução positiva da massa salarial real, em contexto de inflação baixa.

Apesar desse aumento nas vendas, as pesquisas realizadas pela CNC, que aferem os sentimentos dos agentes econômicos, continuam registrando percepções distintas entre consumidores e empresários – característico de períodos de estabilização e transição de ciclos de atividade. Nesse sentido, o índice Intenção de Consumo das

6/ Os dados mensais do IBCR-NE mostram expansão de 0,6% nos meses de julho e agosto, evidenciando a recuperação da economia do Nordeste.

Tabela 2.2 – Evolução do emprego formal – Nordeste

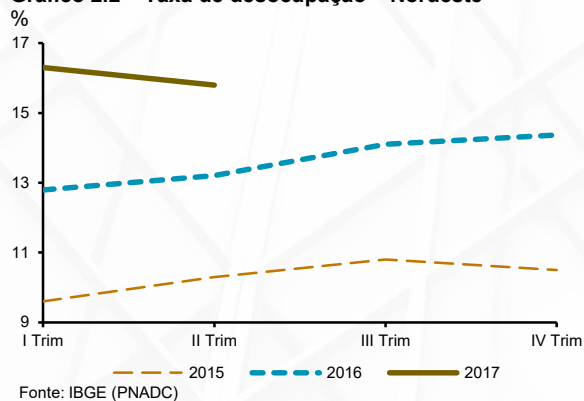
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016		2017		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-16,4	8,2	-134,2	-30,2	31,6
Indústria de transformação	14,7	25,6	-52,9	-15,8	10,8
Serviços industriais de util. pública	-0,1	-1,5	0,1	1,6	0,3
Construção civil	-18,5	-20,2	-23,3	-7,3	2,6
Comércio	-12,6	9,9	-16,7	-11,8	-1,4
Serviços	-14,2	-7,3	-17,5	-2,5	5,6
Agropecuária	14,5	4,7	-24,2	4,9	13,2
Outros ^{2/}	-0,2	-3,0	0,3	0,7	0,5

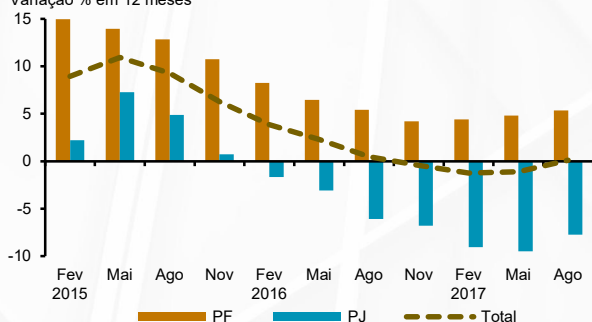
Fonte: MTb

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.2 – Taxa de desocupação – Nordeste**Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}**

Variação % em 12 meses



Famílias (ICF) recuou para 78,3 pontos no terceiro trimestre de 2017 (79,9 pontos no trimestre até junho), ante 78,6 pontos em setembro de 2016. Dos sete componentes do indicador, apenas o relativo ao emprego atual (104,5 pontos) mantém-se acima da zona de indiferença (100 pontos). Em sentido contrário, o Icec, que mensura as expectativas dos empresários do setor, variou 0,8 pontos, para 101,1 pontos, no período, situando-se na área que indica confiança (acima de 100 pontos).

O comportamento do mercado formal de trabalho evidencia reação do emprego, com criação de 31,6 mil postos de trabalho no trimestre finalizado em agosto de 2017, ante eliminação de 16,4 mil vagas em igual período de 2016, de acordo com dados do Caged/MTb. Destacaram-se as contratações de empregos formais na agropecuária e na indústria de transformação (24,0 mil). A análise na margem indica recuo de 0,1% no nível de emprego formal no trimestre encerrado em agosto (-0,5% no trimestre encerrado em maio) considerados dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da região recuou para 15,8% no segundo trimestre, comparativamente a 16,3% no primeiro e 13,2% em igual período de 2016, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. Na comparação com o trimestre anterior, registraram-se elevações de 0,8% na população ocupada e de 0,3% na População Economicamente Ativa (PEA). O rendimento real médio habitual decresceu 0,6% enquanto a massa salarial cresceu 0,5%, na mesma base de análise.

A carteira de crédito registra recuperação nas modalidades voltadas para pessoas físicas, mas que não compensam o recuo registrado nos segmentos destinados a pessoas jurídicas. O saldo total das operações superiores a R\$1 mil realizadas na região totalizou R\$399,3 bilhões em agosto, com contrações de 0,8% no trimestre e de 0,1% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas, concentrada nas modalidades créditos à construção e ao comércio, atingiu R\$147,6 bilhões, recuando 1,3% e 7,7%, respectivamente. A carteira de pessoas físicas somou R\$251,7 bilhões, com aumentos, na ordem, de 2,0% e 5,3% nas mesmas bases de comparação, destacando-se as modalidades crédito consignado e financiamento de veículos.

Em relação à oferta, a produção industrial nordestina cresceu 0,3% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando aumentara

Tabela 2.3 – Produção industrial – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,8	0,3	-1,2
Indústrias extrativas	9,0	-0,8	-0,1	-4,0
Indústrias de transformação	91,0	0,9	0,4	-0,9
Produtos alimentícios	16,2	0,5	14,8	0,7
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-2,0	-2,7	-11,2
Outros produtos químicos	9,9	0,8	-2,0	-0,6
Artefatos couro e calçados	6,9	2,0	-0,5	3,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.4 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		
		2016	2017	2017/2016
Produção de grãos		9 628	18 016	87,1
Soja	17,8	5 145	9 481	84,3
Caroço de algodão (herbáceo)	4,4	582	574	-1,4
Milho	7,5	3 161	6 474	104,8
Feijão	3,9	303	722	138,5
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	15,0	55 699	53 038	-4,8
Mandioca	6,6	4 807	5 232	8,8
Banana	8,8	2 292	2 319	1,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro 2017.

Tabela 2.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2016			Agosto de 2017		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AL	7 406	-495	515	7 495	-368	363
BA	15 887	1 744	2 766	15 310	-18	606
CE	7 110	-138	376	6 665	-1 600	-1 160
MA	5 216	-158	238	5 199	-785	-445
PB	2 813	-705	-498	2 613	-647	-514
PE	11 237	-916	-62	10 152	-1 321	-764
PI	2 567	382	536	2 695	61	210
RN	747	-456	-389	788	20	65
SE	5 233	154	396	4 446	-371	-177
Total (A)	58 216	-588	3 878	55 364	-5 029	-1 815
Brasil^{4/} (B)	766 579	-1 791	75 866	757 485	-11 908	39 002
(A/B) (%)	7,6	32,8	5,1	7,3	42,2	-4,7

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

0,8%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se as altas de 14,8% na fabricação de produtos alimentícios e de 6,7% na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias.

A análise em doze meses continua revelando arrefecimento gradual da retração do setor, que registrou recuo de 1,2% até agosto de 2017 (-2,2% em maio), com retração na indústria extrativa, 4,0%, e na de transformação, 0,9%, ressaltando-se as quedas de 12,1% na fabricação de produtos de minerais não-metálicos e de 11,2% na fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis. Em sentido contrário, houve altas de 33,4% na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias – influenciada pelo desempenho do Polo Automotivo de Pernambuco – e de 9,9% em confecção de artigos do vestuário e acessórios.

O Icei do Nordeste, divulgado pela CNI, aponta para recuperação na confiança do empresariado, tendo atingido 55,8 pontos em setembro (52,5 pontos em junho e 54,7 pontos em setembro de 2016). A melhora de junho para setembro ocorreu tanto no Índice de Condições Atuais (44,9 pontos para 49,9 pontos) quanto no de Expectativas (56,3 pontos para 58,8). O indicador de expectativas da Sondagem Industrial da CNI para o Nordeste atingiu 57,9 pontos em setembro, décimo sétimo mês consecutivo na zona de otimismo.

A safra de grãos, de acordo com dados do LSPA, do IBGE, é estimada em 18,0 milhões de toneladas em 2017, com alta de 87,1% em relação ao ano anterior, com destaque para a produção de feijão (138,5%), milho (104,8%) e soja (84,3%).

No âmbito fiscal, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste apresentaram, nos primeiros oito meses de 2017, melhora no resultado primário e redução da dívida líquida. O *superavit* primário atingiu R\$5 bilhões nos doze meses até agosto, ante R\$0,6 bilhão em 2016. A dívida líquida dos principais municípios do Nordeste totalizou R\$55,4 bilhões em agosto (7,3% da dívida dessas entidades no país), reduzindo-se 4,9% em relação a dezembro de 2016.

Em relação ao comércio exterior, de acordo com estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o *deficit* da balança comercial do Nordeste diminuiu nos primeiros nove meses de 2017, totalizando US\$2,19

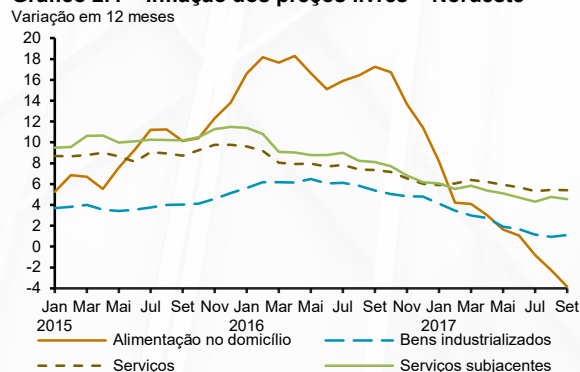
Tabela 2.6 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2017			
		I Tri	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	1,31	0,35	0,31	3,03
Livres	77,2	0,98	-0,03	-0,45	1,47
Alimentação no domicílio	20,8	0,31	-1,27	-2,97	-3,87
Bens industrializados	24,5	0,32	-0,11	-0,23	1,12
Serviços	32,0	1,91	0,87	1,04	5,40
Monitorados	22,8	2,49	1,67	2,93	8,65
Principais itens					
Alimentação	29,2	0,65	-0,94	-1,52	-1,35
Habitação	14,5	1,14	2,52	1,34	5,91
Artigos de residência	4,4	-0,65	-0,80	-0,83	-0,54
Vestuário	6,7	-1,14	1,78	0,70	2,96
Transportes	16,6	2,80	-0,91	2,11	5,83
Saúde	11,4	1,40	2,01	1,01	5,85
Despesas pessoais	9,1	0,92	0,70	1,10	4,44
Educação	4,6	7,30	0,04	0,33	7,83
Comunicação	3,4	0,74	1,50	-0,77	1,69

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.4 – Inflação dos preços livres – Nordeste



Fonte: IBGE e BCB

bilhão ante US\$4,7 bilhões em igual período de 2016. O resultado esteve condicionado às expansões de 32,7% nas vendas externas e de 3,3% nas compras externas. Nos embarques, os produtos básicos sobressaíram-se com crescimento de 44,1% com destaque para o aumento dos embarques de soja mesmo trituração, 105,5%. Relativamente às importações, o resultado refletiu queda de 9,7% no *quantum*, com ênfase na retração de 62,4% em bens de capital, repercutindo ainda o encerramento das aquisições de máquinas e equipamentos para a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), e na expansão de 26,4% em bens intermediários (etanol e naftas).

O IPCA da região variou 0,31% no terceiro trimestre (0,35% no anterior), repercutindo queda mais acentuada na variação dos preços livres, de -0,03% para -0,45%, e aceleração dos preços monitorados, de 1,67% para 2,93%, sobressaindo nesse grupo, o aumento nos preços da gasolina (11,17%), óleo diesel (4,82%) e gás de botijão (3,27%).

A trajetória dos preços livres seguiu influenciada pela desinflação de alimentos e de alguns preços de serviços. Nesse contexto, foi registrada maior queda na variação dos preços dos bens comercializáveis, de -0,40% para -0,56% (arroz, -3,21%, leite e derivados, -3,18%, automóvel novo, -2,65%) e reversão na dos preços dos bens não comercializáveis, de 0,33% para -0,34% (feijão, -25,51%; tubérculos, raízes e legumes, -17,02% e frutas, -5,99%).

A inflação de serviços variou 1,04% no trimestre terminado em setembro (0,87% no finalizado em junho), enquanto a inflação subjacente dos serviços situou-se em 1,25% (0,68% no segundo trimestre do ano).

No período de doze meses terminado em setembro, o IPCA da região declinou para 3,03%, ante 9,15% no mesmo intervalo de 2016, evolução decorrente de desacelerações dos preços livres, de 9,26% para 1,47%, e dos monitorados, de 8,77% para 8,65%.

A atividade econômica do Nordeste apresenta sinais de retomada gradual, baseada principalmente em segmentos relacionados ao consumo das famílias. As vendas do comércio seguem em recuperação, sustentadas pela melhoria do emprego e da massa salarial e pelo crescimento moderado das operações de crédito no segmento de pessoas físicas, em ambiente de inflação baixa.

2.1 – Bahia

Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

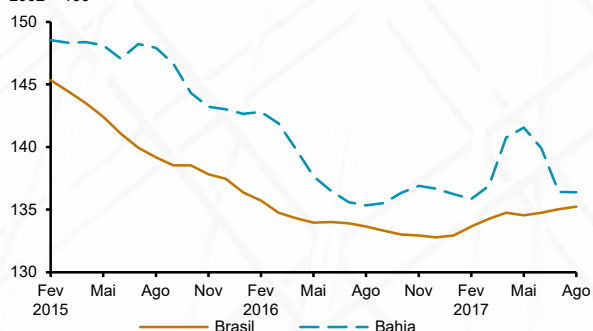
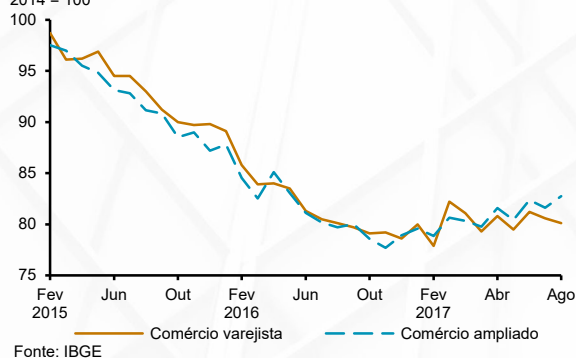


Gráfico 2.1.2 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados
2014 = 100



Fonte: IBGE

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia aumentou 2,4% no segundo trimestre de 2017, em relação a igual período de 2016, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Esse resultado expressou crescimentos na agropecuária, 33,0%, repercutindo aumentos na produção de lavouras importantes para a economia do estado; nos serviços, 0,5%; e retração na indústria, 6,7%, influenciada pelos recuos em todas as atividades, sobressaindo a retração na indústria extrativa, 12,8%. Considerados dados dessazonalizados, o PIB do estado aumentou 1,9% em relação ao primeiro trimestre de 2017.

Indicadores mais recentes apontam acomodação da atividade econômica, influenciada, sobretudo, pelo desempenho da agricultura, que repercute o fim da colheita de soja⁷. Nesse contexto, o IBCR-BA retraiu 3,6% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao período terminado em maio, quando aumentara 4,2%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador recuou 1,5% em agosto (-3,8% em maio).

O comportamento dos principais indicadores da demanda confirma o cenário de recuperação gradual da atividade econômica, refletindo a melhora no mercado de trabalho, evidenciada pelo aumento da massa de rendimentos reais e pelo desempenho do mercado formal; e os resultados favoráveis relativos aos indicadores do comércio e do crédito. Nesse sentido, as vendas do comércio ampliado aumentaram 2,1% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao trimestre encerrado em maio, quando aumentaram 0,8%, com destaque para as expansões dos segmentos móveis e eletrodomésticos, 4,0%, veículos, motos, partes e peças, 4,9%, e material de construção, 4,3%. O aumento de 11,2% nos emplacamentos de automóveis e comerciais leves na Bahia, no terceiro trimestre de 2017, em relação ao trimestre anterior, conforme dados dessazonalizados divulgados pela Fenabreve, corrobora o cenário de manutenção do crescimento das vendas do comércio no estado.

O setor de serviços baiano, ainda em processo de acomodação, reduziu o ritmo de queda da atividade,

7/ A safra de soja foi apropriada principalmente no mês de abril, impactando negativamente a análise, na margem, dos indicadores agregados no trimestre encerrado em agosto. Prospectivamente, espera-se a recuperação dos indicadores trimestrais nos próximos meses, sinalizado pelo carregamento estatístico de 1,4% para IBCR-BA no trimestre encerrado em novembro (-0,1% para o IBC-Br).

Tabela 2.1.1 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016		2017		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-18,8	-13,5	-18,1	7,2	2,0
Indústria de transformação	1,0	-3,1	-0,8	1,8	1,2
Comércio	-3,9	0,8	-2,8	-3,3	-1,7
Serviços	-10,0	-3,0	-4,4	1,6	1,6
Construção civil	-3,4	-2,1	-9,3	-1,7	2,7
Agropecuária	-2,0	-3,3	-2,0	7,2	-2,0
SIUP	-0,3	-0,5	0,4	0,9	-0,2
Outros ^{2/}	-0,3	-2,3	0,8	0,8	0,5

Fonte: MTb

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

com variação de -0,2% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando recuara 5,2%, conforme dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Ressalte-se o crescimento de 3,9% no segmento transportes, armazenagem e correios, atividade influenciada pelo setor industrial, com expectativa de recuperação no próximo trimestre.

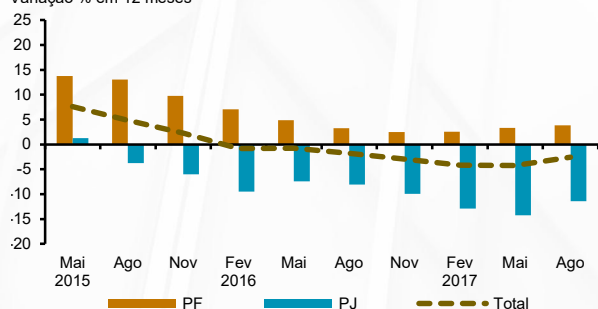
O comportamento do mercado favorece o processo de expansão da demanda, com aumento da ocupação, e da massa salarial. De acordo com dados do Caged/MTb, foram criados 2,0 mil postos de trabalho no trimestre finalizado em agosto, ante eliminação de 18,8 mil em igual período de 2016, destacando-se a geração de 2,7 mil postos de trabalho na construção civil, primeiro resultado positivo do setor desde o primeiro trimestre de 2015. Conforme a PNAD Contínua, do IBGE, a taxa de desocupação persiste em patamar elevado, tendo alcançado 17,5% no trimestre terminado em junho, com aumento de 2,1 p.p. em relação a igual trimestre do ano anterior. Em contrapartida, favorecidos pelo processo de desinflação, o rendimento e a massa salarial cresceram no período, verificando-se aumentos de 6,9% e 3,3%, respectivamente.

A melhoria das condições do mercado de crédito também tem contribuído para o comportamento de recuperação da atividade. Em ambiente de redução da taxa básica de juros, as operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas na Bahia totalizaram R\$107,1 bilhões em agosto, aumentando 0,9% no trimestre. A carteira de pessoa física apresentou crescimento, 1,4%, destacando-se as operações cartão de crédito à vista, 3,7%, e crédito consignado, 2,8%. Ressalte-se a expansão de 0,1% no segmento de pessoa jurídica, impulsionada pelo avanço dos financiamentos rural e às exportações, respectivamente, 18,8% e 10,5%. Vale notar o recuo da inadimplência das operações de crédito, atingindo 1,65 p.p. no trimestre encerrado em agosto, assinalando retração nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, respectivamente, 0,31 p.p. e 3,80 p.p.

Em relação à oferta, a produção industrial retraiu 1,8% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando cresceu 3,6%, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. O desempenho da atividade industrial no estado repercutiu aumento na indústria extrativa, 5,0%, e retração de 1,2% na indústria de transformação, destacando-se os recuos em derivados de petróleo e biocombustíveis, outros produtos químicos, e veículos,

Gráfico 2.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.1.2 – Produção industrial – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2017	Variação % no período		
		Acumulado		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	em 12 meses
Indústria geral	100,0	3,6	-1,8	-5,1
Indústrias extrativas	5,9	5,7	5,0	-13,0
Indústrias de transformação	94,1	3,3	-1,2	-4,7
Deriv. petróleo e biocomb.	28,5	2,7	-2,4	-13,4
Outros produtos químicos	16,1	1,4	-1,8	-0,7
Veículos, reb. e carrocerias	10,7	8,5	-5,0	21,8
Metalurgia	8,2	-16,9	16,7	-30,9
Produtos alimentícios	8,1	2,9	5,4	2,3
Celulose e prod. papel	7,4	7,9	-3,4	3,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.1.3 – Produção agrícola – Bahia

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Variação %		
		2016	2017 ^{2/}	2016/2017
Grãos	39,2	5 665	8 119	43,3
Soja	21,1	3 257	5 136	57,7
Algodão herbáceo	7,2	536	508	-5,1
Milho	6,7	1 580	2 034	28,7
Feijão	3,7	145	309	113,8
Outros grãos ^{3/}	0,6	147	131	-10,6
Outras lavouras				
Cacau	8,6	116	84	-27,5
Café	6,7	129	180	39,1
Banana	5,4	1 085	1 070	-1,3
Mandioca	4,6	1 956	2 079	6,3
Cana-de-açúcar	4,0	6 414	3 785	-41,0

Fonte: IBGE

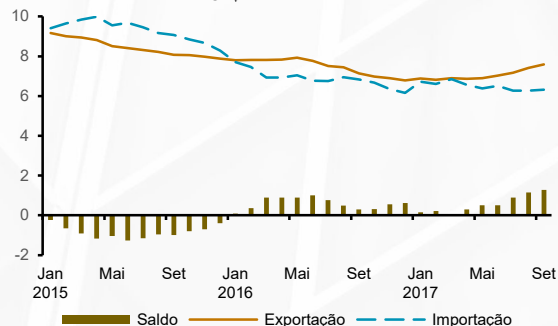
1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Segundo o LSPA de setembro de 2017.

3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo.

Gráfico 2.1.5 – Balança comercial – Bahia

Acumulado em 12 meses – em US\$ bilhões



Fonte: MDIC/Secex

reboques e carrocerias, respectivamente, 2,4%, 1,8% e 5,0%, segmentos que juntos representam 55,3% do Valor da Transformação Industrial (VTI).

Ainda com relação à oferta, conforme o LSPA de agosto do IBGE, a produção de grãos na Bahia deverá totalizar 8,1 milhões de toneladas em 2017, representando aumento de 43,3% em relação à safra do ano anterior. A expansão esperada decorre de condições climáticas mais favoráveis para a agricultura, após vários períodos de severa seca, contribuindo para aumentos significativos nas principais lavouras do estado, em especial, nas de feijão, soja e milho. Ressalte-se o impacto positivo dos resultados da agricultura para o processo de desinflação.

A balança comercial da Bahia registrou *superavit* de US\$823,4 milhões nos primeiros nove meses do ano, ante *superavit* de US\$176,2 milhões no mesmo período de 2016, refletindo aumentos de 15,8% nas exportações e de 3,5% nas importações, que totalizaram US\$6,0 bilhões e US\$5,2 bilhões, respectivamente. Nas vendas externas, destacam-se os aumentos de produtos básicos, 38,6%, sobressaindo os embarques de soja, e de produtos manufaturados, 21,1%, favorecidos pelas vendas de óleos combustíveis, 122,4%, hidrocarbonetos, 40,7%, e automóveis de passageiros, 30,7%. Do lado das importações, ressalta-se o aumento de 12,2% nas aquisições de bens intermediários.

O início do processo de recuperação da atividade econômica também repercutiu no âmbito fiscal. Nesse contexto, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) alcançou R\$20,0 bilhões no período de doze meses finalizados em julho, segundo a Cotepe/MF, aumentando, 1,3% em termos reais. As transferências da União, incluídos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), somaram R\$14,4 bilhões no período, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), crescimento real de 15,2%, na mesma base comparação.

O comportamento dos preços dos alimentos seguiu favorecendo o processo benigno da inflação na Região Metropolitana de Salvador (RMS) ao longo de 2017. O IPCA na RMS variou 0,53% no terceiro trimestre de 2017 (0,02% no segundo trimestre de), repercutindo desaceleração nos preços livres e avanço dos monitorados. A trajetória dos preços livres refletiu a desaceleração dos preços de

Tabela 2.1.4 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/} 2017	Variação %			
		I Tri	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,00	1,28	0,02	0,53	2,62
Livres	77,38	0,98	-0,08	-0,28	1,13
Alimentação no domicílio	20,36	0,31	-0,57	-2,63	-4,45
Bens industrializados	24,62	0,51	-0,58	0,78	1,69
Serviços	32,15	1,81	0,62	1,34	5,40
Monitorados	22,62	2,32	0,37	3,24	7,87
Principais itens					
Alimentação	29,00	0,65	-0,59	-0,94	-1,44
Habitação	14,76	1,35	2,84	0,83	6,03
Artigos de residência	4,33	-0,94	-0,80	-1,17	-1,75
Vestuário	6,54	-0,70	1,29	0,75	2,90
Transportes	17,77	2,51	-3,00	2,27	4,06
Saúde	10,78	0,94	1,88	1,13	5,35
Despesas pessoais	8,46	0,89	0,90	1,28	4,52
Educação	4,70	7,83	-0,12	0,57	8,35
Comunicação	3,67	0,31	0,46	0,45	0,97

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2017.

alimentação no domicílio (de -0,57% para -2,63%), que neutralizou a aceleração dos preços dos bens industriais e dos serviços. O comportamento dos preços monitorados foi determinado, em grande parte, pelas elevações em gasolina e energia elétrica residencial, respectivamente, 15,04% e 5,30%.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA na RMS variou 2,63% em setembro, ante 8,82% em igual período de 2016, com desaceleração dos preços monitorados (de 7,33% para 6,27%) e dos preços livres (de 9,25% para 1,27%).

2.2 – Ceará

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – média móvel trimestral

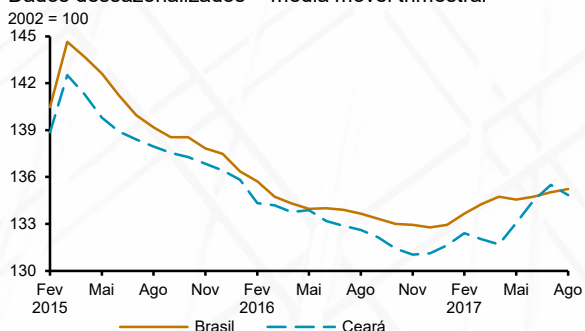


Tabela 2.2.1 – Comércio varejista – Ceará

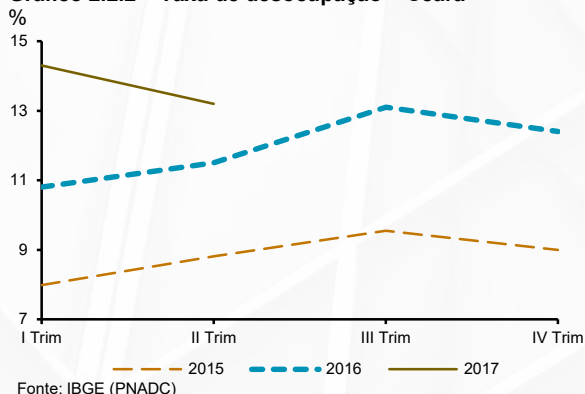
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2017		
	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-1,1	2,5	-4,9
Combustíveis e lubrificantes	-22,5	4,9	-18,3
Hiper e supermercados	0,8	1,5	-2,1
Móveis e eletrodomésticos	1,4	1,5	-16,3
Equip.e mat. para esc.,inf. e comunicação	8,3	2,3	8,2
Comércio ampliado	-0,3	3,5	-3,0
Automóveis e motocicletas	5,9	9,4	-1,2
Material de construção	-8,3	5,4	7,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.2.2 – Taxa de desocupação – Ceará



Fonte: IBGE (PNADC)

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o PIB do Ceará cresceu 2,2% no segundo trimestre de 2017 ante o mesmo período do ano anterior, reflexo das expansões na agropecuária (41,3%) e nos serviços (0,1%) e retração na indústria (-0,2%). Dados na margem sugerem processo de recuperação gradual da atividade no estado, com aumento de 1,3% do IBCR-CE no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando o indicador havia crescido 0,5%, segundo dados dessazonalizados.

Em relação à demanda, as vendas do comércio ampliado apresentaram crescimento de 3,5%, na margem, no trimestre encerrado em agosto, ante redução de 0,3% no finalizado em maio, de acordo com dados ajustados sazonalmente da PMC, do IBGE. Houve elevação em oito dos dez segmentos pesquisados, com destaque para o aumento de 9,4% na comercialização de veículos, motos, partes e peças, de 5,4% em material de construção e de 4,9% em combustíveis e lubrificantes, evolução consistente com a retomada verificada nas operações de crédito superiores a R\$1 mil no estado.

Ainda em retração, o volume de serviços mercantis não financeiros no Ceará, segundo a PMS do IBGE, decresceu 2,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando reduzira 7,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 4,5% em agosto, com ênfase no recuo do segmento outros serviços, 27,2%.

No mercado de trabalho, houve criação de 7 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em agosto, ante corte de 6,2 mil vagas em igual período do ano anterior, de acordo com estatísticas do Caged/MTb. A taxa de desemprego no Ceará atingiu 13,2%, no segundo trimestre de 2017 (14,3% no primeiro trimestre), segundo a PNAD Contínua, do IBGE, com variações de 0,9% da população ocupada e de -0,3% da força de trabalho. O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados manteve-se estável e a massa salarial cresceu 1,8%, na mesma base de comparação.

O mercado de crédito cearense registrou recuperação do crédito para pessoas físicas, compatível com o cenário de recuperação das vendas do comércio.

Tabela 2.2.2 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017		
		Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-2,2	3,7	-0,4
Artefatos de couro e calçados	26,7	1,0	0,6	5,9
Produtos alimentícios	16,9	-1,8	3,7	3,6
Artigos de vestuário e acessórios	11,8	0,6	-7,4	1,9
Bebidas	11,0	20,3	-3,3	-12,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Para pessoas jurídicas, o crédito mostra sinais de acomodação. Nesse sentido, a carteira de pessoas físicas atingiu R\$35,9 bilhões, crescendo 2,1% no trimestre e 5,4% em doze meses com destaque, no trimestre, para as modalidades de financiamentos de veículos e de crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$30,7 bilhões, registrando retração de 3,0% no trimestre e crescendo 1,1% em doze meses, ressaltando-se, no trimestre, as contratações da indústria de transformação e do setor de serviços industriais de utilidade pública.

No âmbito da oferta, a produção industrial do Ceará cresceu 3,7% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando caíra 2,2%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacam-se os crescimentos de verificados nos segmentos de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, 70,1%, e de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, 35,9%. A análise em doze meses revela que a produção industrial do estado recuou 0,4% até agosto de 2017 (queda de 1,9% nos doze meses terminados em maio de 2017).

O faturamento real da indústria de transformação cearense decresceu 12,0% no período de doze meses encerrado em agosto, em relação a igual intervalo de 2016, ante queda de 13,8% em maio, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve redução no pessoal empregado, 3,6%, na remuneração real, 6,9%, e aumento nas horas trabalhadas, 0,9%. O Nuci médio atingiu 82,7% no período de doze meses finalizado em agosto de 2017 (81,4% no terminado em maio de 2017 e 79,4% no encerrado em agosto de 2016).

A arrecadação do estado repercute o desempenho favorável da atividade econômica nos últimos trimestres. Nesse ambiente, a arrecadação do ICMS atingiu R\$10,6 bilhões no período de doze meses finalizado em julho, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe) do Ministério da Fazenda (MF), crescimento de 1,7%, em termos reais, em relação a igual período de 2016 (IGP-DI como deflator). As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, somaram R\$11,7 bilhões no período de doze meses terminado em agosto, conforme a STN, com crescimento real de 15,8%, na mesma base comparação.

Tabela 2.2.3 – IPCA – Fortaleza

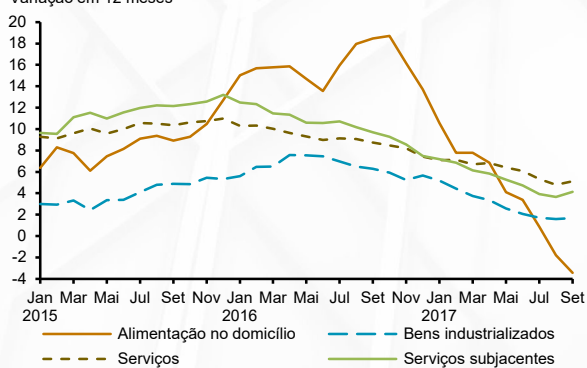
Discriminação	Pesos ^{1/} 2017	Variação %			
		I Tri	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	1,59	-0,07	-0,02	2,64
Livres	78,2	1,08	-0,27	-0,69	1,35
Alimentação no domicílio	24,0	0,94	-2,61	-3,05	-3,44
Bens industrializados	24,0	0,21	0,52	-0,23	1,68
Serviços	30,2	1,91	1,03	0,84	5,11
Monitorados	21,8	3,50	0,67	2,46	7,49
Principais itens					
Alimentação	32,4	1,00	-1,93	-2,02	-1,63
Habitação	14,3	1,68	-0,25	2,63	4,92
Artigos de residência	4,1	-0,23	-0,23	-0,64	-0,60
Vestuário	6,4	-1,63	1,39	0,52	2,70
Transportes	15,8	4,17	1,03	0,73	6,43
Saúde	10,1	1,39	2,37	1,12	6,31
Despesas pessoais	9,5	0,62	0,29	0,96	3,92
Educação	4,5	6,53	0,50	0,19	7,24
Comunicação	2,9	0,52	2,64	-2,19	1,43

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Gráfico 2.2.3 – Inflação dos preços livres – Fortaleza

Variação em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará registraram *superavit* primário de R\$1,6 bilhão no intervalo de doze meses terminado em agosto de 2017. A dívida líquida do estado recuou 6,3% em relação a dezembro de 2016, atingindo R\$6,7 bilhões no final de agosto de 2017.

A balança comercial do Ceará registrou *deficit* de US\$277,2 milhões nos primeiros nove meses de 2017 (US\$2,2 bilhão no mesmo intervalo de 2016), conforme dados do MDIC. O valor total das exportações aumentou 77,2%, repercutindo elevação de 57,9% no *quantum*; notadamente pelo crescimento de 335,1% nos embarques de produtos semimanufaturados – produtos semimanufaturados de ferro ou aços realizados pela CSP, enquanto as importações recuaram 42,3% no período, principalmente decorrente da retração de 94,2%, nos ingressos de bens de capital, (fornos industriais ou de laboratório, não elétricos) que mostraram expressivos ingressos em 2016 quando da finalização do parque industrial da CSP.

O IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) variou -0,02% no trimestre encerrado em setembro, ante -0,07% no segundo trimestre de 2017, resultado de desaceleração dos preços livres, de -0,27% para -0,69%, e aceleração dos monitorados, de 0,67% para 2,46% (taxa de água e esgoto, 12,14%, gasolina, 3,51% e óleo diesel, 3,25%). A evolução dos preços livres continua associada, em especial, à desinflação dos alimentos. Os preços dos serviços e a inflação subjacente do setor registraram variações que denotam tendência diferenciada no trimestre, enquanto serviços continuaram em queda, 0,84% ante 1,03% no trimestre anterior, a inflação subjacente teve alta de 1,21%, ante 0,81% no trimestre terminado em junho.

No período de doze meses até setembro, a variação do IPCA da RMF atingiu 2,64% ante 10,87% em igual intervalo de 2016, evolução decorrente de desacelerações dos preços livres, de 10,85% para 1,35% e dos monitorados, de 10,89% para 7,49%.

2.3 – Pernambuco

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco
Dados dessazonalizados
2002 = 100

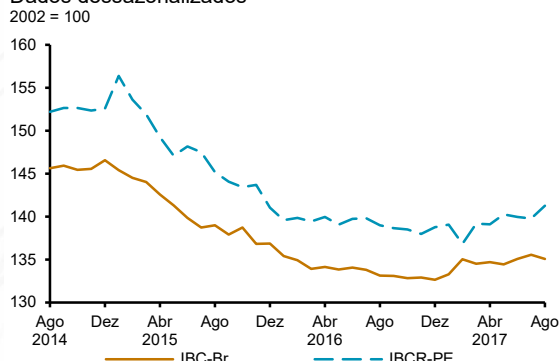


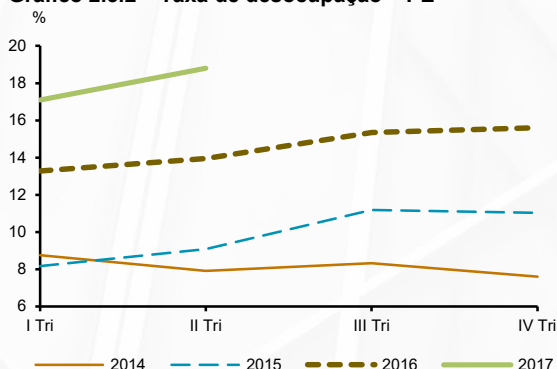
Tabela 2.3.1 – Comércio varejista – Pernambuco
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2016	2017		
	Ano	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-10,0	4,8	-0,3	-0,3
Combustíveis e lubrificantes	30,8	1,6	-0,2	2,6
Hiper e supermercados	-10,8	2,5	-0,2	-11,2
Tecidos, vestuário e calçados	-12,7	11,5	-6,8	5,9
Móveis e eletrodomésticos	-28,7	17,1	7,1	-2,8
Comércio ampliado	-11,9	2,9	0,6	-0,5
Automóveis e motocicletas	-18,4	2,9	5,3	0,4
Material de construção	-8,2	-11,2	-2,3	-6,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.3.2 – Taxa de desocupação – PE



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

No segundo trimestre de 2017 o PIB de Pernambuco avançou 1,1% em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados, de acordo com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). A agropecuária cresceu 11,8% e o setor de serviços 1,7%, contrastando com a queda de 1,7% da indústria.

Dados mais recentes sinalizam continuidade da recuperação gradual da atividade econômica. Na margem, o IBCR-PE⁸ expandiu 0,6% no trimestre encerrado em agosto em relação ao trimestre anterior, quando crescera 0,9%, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador recuou 1,2%, com diminuição do ritmo desde julho de 2016.

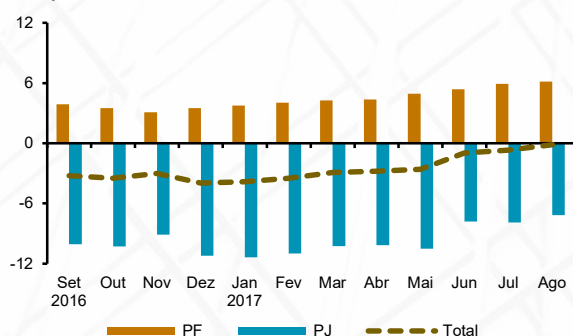
No âmbito da demanda, indicadores de comércio e serviços sinalizam crescimento, apesar de o mercado de trabalho ainda estar em processo de distensão, embora com expectativa de acomodação. O comércio ampliado, de acordo com os resultados da PMC do IBGE, após ajuste sazonal, avançou 0,6% no trimestre encerrado em agosto, quando havia crescido 2,9% nesse tipo de comparação, impulsionado principalmente pelo comércio de móveis e eletrodomésticos, além de automóveis. O volume de serviços não financeiros no estado avançou 0,2% no trimestre finalizado em agosto – a primeira alta após onze trimestres consecutivos de baixa – segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE.

O mercado de trabalho do estado apresenta elevação da taxa de desocupação e demissões no emprego formal. A taxa de desocupação medida pela PNAD Contínua atingiu 18,8% no trimestre encerrado em junho, a mais alta entre as unidades da federação. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, quando alcançara 14,0%, a elevação resultou de recuos de 0,2% da força de trabalho e de 5,9% da população ocupada (PO). Na Região Metropolitana do Recife (RMR) a PO contraiu 5,5%, refletindo, sobretudo, demissões no comércio e construção civil. Nos demais municípios, a retração alcançou 6,3%, com a maior contribuição do setor agropecuário, que recuou 22,2% influenciada pelos efeitos da estiagem.

8/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do estado, que se baseia na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam em Pernambuco. Considerando que, atualmente, as atividades mencionadas são pesquisadas na PIM-PF do Nordeste e concentram-se na Bahia (cerca de 90% da produção de cada uma delas), o procedimento utilizado foi atribuir a Pernambuco o diferencial entre a produção nordestina destes segmentos e a produção da Bahia, com base nos pesos do VTI relativos a 2014, extraídos da Pesquisa Industrial Anual do IBGE.

Gráfico 2.3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3.2 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ^{1/} 2017			
		Ago ^{2/}	Mai ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral ^{1/}	100,0	2,4	2,1	4,1
Produtos alimentícios	27,7	1,2	-6,4	0,2
Produtos minerais não-metálicos	10,3	2,5	-8,2	-17,1
Bebidas	9,6	2,9	-0,4	1,4
Produtos de metal	7,0	8,5	12,5	13,8
Metalurgia	6,9	-2,1	7,0	-4,4
Veículos	4,2	10,6	12,6	45,8

Fonte: IBGE

1/ Inclusive os segmentos de veículos e refino de petróleo

2/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2014/IBGE.

3/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.3.3 – Produção agrícola – Pernambuco

Ítems selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2016	2017 ^{2/}	
Cana-de-açúcar	40,5	13 421	15 064	12,2
Uva	19,2	243	234	-3,7
Banana	7,4	401	304	-24,2
Mandioca	4,2	137	211	53,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2017.

O rendimento médio habitual real avançou 3,5%, beneficiando-se da desaceleração da inflação, enquanto a massa salarial real retraiu 1,6% na mesma base de comparação. O índice de emprego formal recuou 0,1% no trimestre encerrado em agosto em relação ao trimestre anterior, segundo dados do Caged/MTb. Destaca-se que a proximidade do indicador à estabilidade ocorre após treze trimestres consecutivos de retração.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil no estado somou R\$71,5 bilhões em agosto, variando 1,3% no trimestre e -0,2% em doze meses. A carteira de pessoas físicas atingiu R\$40 bilhões, com elevação, na ordem, de 2,7% e 6,2%, impulsionada pelos financiamentos imobiliários, cartão de crédito a vista e crédito consignado, enquanto a carteira de pessoas jurídicas, R\$31,5 bilhões, reduziu 0,4% e 7,2%, principalmente pela diminuição dos saldos de financiamentos com recursos do BNDES. Entre as atividades, os maiores recuos ocorreram na administração pública, comércio e construção civil.

Em relação aos indicadores de oferta, a atividade fabril cresceu 2,4% no trimestre encerrado em agosto, após 2,1% no anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Dos catorze segmentos, onze apresentaram expansão, destacando-se a produção de automóveis. A expansão do setor industrial tem sido acompanhada pelo aumento da confiança do empresário. O Iicei do estado, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), atingiu 55,8 pontos em setembro, o nível mais alto desde fevereiro de 2014, mantendo-se em patamar superior a 50, indicando otimismo.

Na produção agrícola pernambucana destaca-se a expectativa de crescimento da safra de cana-de-açúcar, 12,2% em 2017, de acordo com o LSPA do IBGE, a se refletir no setor sucroalcooleiro com desdobramentos na indústria de alimentos e bebidas, emprego e exportações. O segundo produto de maior peso, a uva, cultivada no Vale do Rio São Francisco, por outro lado, deverá ter safra menor.

A balança comercial do estado tem se alterado substancialmente, com aumento da corrente de comércio, diversificação e agregação de valor das exportações, refletindo as novas plantas industriais. Nos primeiros nove meses do ano, as exportações aumentaram 52,6% e as importações, 27,8%, de acordo com o MDIC. As vendas externas repercutiram

Tabela 2.34 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2016	2017	Var. %	Var. %
Total	933	1 424	52,6	18,1
Básicos	71	94	33,4	26,2
Industrializados	862	1 330	54,2	11,3
Semimanufaturados	37	87	135,6	13,1
Manufaturados ^{1/}	825	1 243	50,6	10,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Gráfico 2.3.4 – IPCA RMR – Padrão sazonal

Variação % mensal

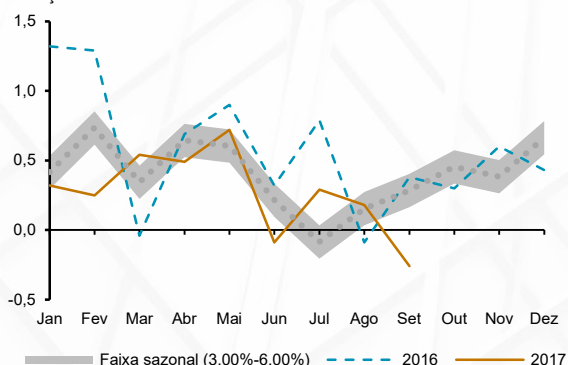
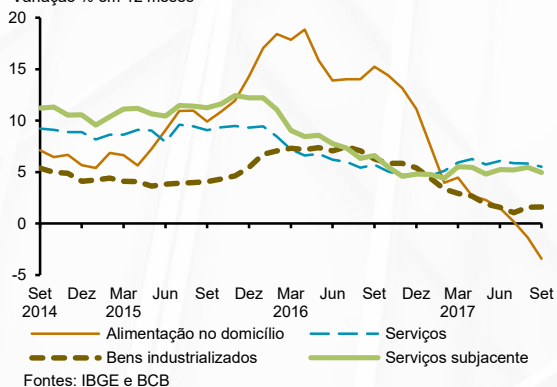


Gráfico 2.3.5 – Evolução dos preços livres

Variação % em 12 meses



expansão de 16,4% dos preços e 30,9% do *quantum*, sobressaindo os embarques de automóveis e óleo diesel. As importações avançaram 4,4% e 22,3%, na ordem, com destaque para gasolina, compensando a queda da produção nacional, além de partes e peças para veículos.

A recuperação gradual da atividade econômica tem se refletido na arrecadação, com elevação real⁹ de 3,6% do ICMS e 15,2% das transferências da União no período de doze meses finalizado em julho.

Em 2017, o IPCA na RMR tem evoluído predominantemente alinhado ao padrão sazonal¹⁰ da região, excetuando o de setembro, -0,26%, abaixo do patamar inferior, influenciado pelos recuos em alimentação no domicílio e bens industrializados. No terceiro trimestre de 2017 a inflação atingiu 0,21% ante 1,12% no segundo. Os preços monitorados desaceleraram, de 4,28% para 2,79% e os livres passaram de 0,23% para -0,55%, com destaque para as quedas de 9,2% em leite e derivados e 22,9% em tubérculos, raízes e legumes. O índice de difusão médio situou-se em 61,4%, ante 77,2% no trimestre encerrado em junho.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMR alcançou 3,83% em setembro (4,74% em junho), decorrente de 1,94% em preços livres (-3,41% em alimentação no domicílio, 1,61% em bens industriais, 5,52% em serviços) e 10,55% em monitorados (13,62% em plano de saúde e 23,08% em ônibus urbano e 10,01% em energia elétrica residencial).

9/ Deflacionado pelo IGP-DI.

10/ Padrão sazonal obtido a partir das medianas mensais para o período de 2007 a 2015, ajustadas para que o acumulado no ano se situe entre 3% e 6%.

Região Centro-Oeste

3

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Centro-Oeste

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

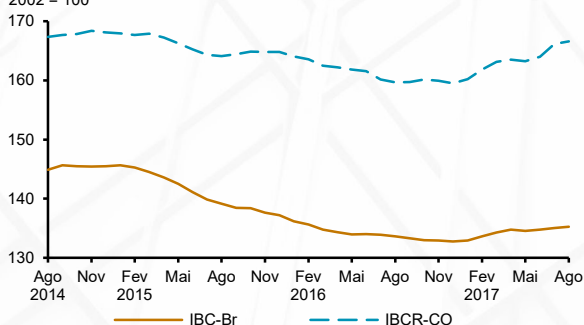


Gráfico 3.2 – Comércio e Serviços – Centro-Oeste

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

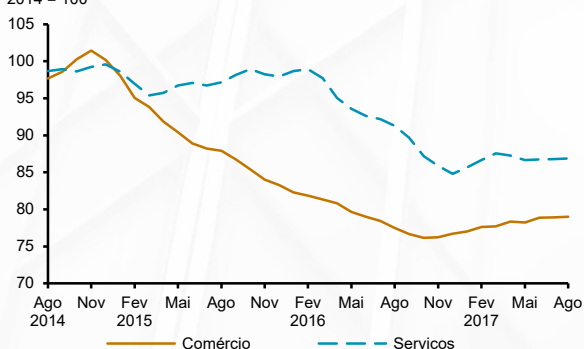


Tabela 3.1 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016		2017		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-2,1	-1,7	-39,8	-12,7	16,5
Indústria de transformação	6,4	-1,2	-13,5	-1,6	8,4
Comércio	-10,5	-4,3	1,4	-6,5	-2,6
Serviços	0,1	-6,3	-9,5	-0,3	5,4
Construção civil	2,0	1,5	-9,5	-11,5	3,9
Agropecuária	-0,4	8,3	-7,8	7,3	1,3
Outros ^{2/}	0,3	0,4	-0,8	0,0	0,1

Fonte: Ministério do Trabalho

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, serv. ind. de utilidade pública e administração pública.

O crescimento da atividade econômica no Centro-Oeste, delineado desde o final de 2016, acelerou no trimestre encerrado em agosto. Esse desempenho refletiu, principalmente, a colheita da segunda safra de milho, concentrada no período. Ressalte-se, também, os resultados do comércio, repercutindo a reação do consumo das famílias, e da indústria de transformação, em especial a de alimentos. Nesse contexto, o IBCR-CO cresceu 2,1% em relação ao trimestre encerrado em maio, quando aumentara 0,9%, nessa base de comparação.

Do lado da demanda, destacou-se a evolução das vendas do comércio, sustentada no aumento da renda real – em parte influenciada pelos resultados da agricultura –, na expansão do crédito e na liberação de contas inativas do FGTS. Segundo dados com ajuste sazonal da PMC, do IBGE, o volume de vendas do comércio ampliado cresceu 1,0% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao trimestre anterior, quando aumentara 0,7%. Destacaram-se a recuperação das vendas nos segmentos de veículos, hipermercados e supermercados, e móveis e eletrodomésticos. Dados mais recentes de emplacamentos de automóveis e comerciais leves revelaram crescimento, na margem, de 1,7% no trimestre encerrado em setembro, segundo dados dessazonalizados da Fenabreve, e reforçaram a perspectiva de continuidade de recuperação da atividade comercial.

O setor de serviços também apresentou expansão no trimestre finalizado em agosto, refletindo, principalmente, o comportamento nas unidades da federação com a economia mais direcionada para o setor agropecuário, conforme dados da PMS do IBGE.

Condicionante importante da demanda, o mercado de trabalho na região evidenciou sinais de reação, em linha com o processo de recuperação gradual da atividade. Houve geração de 25,2 mil novos postos de trabalho formais no trimestre finalizado em agosto, segundo informação do Caged/MTb, ante demissão líquida de 1,7 mil trabalhadores em igual trimestre

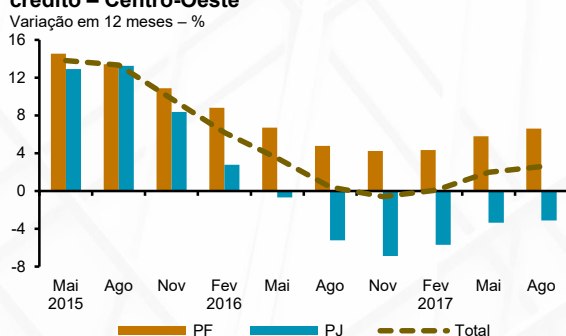
de 2016. O desempenho recente foi influenciado, sobretudo, pelas contratações na indústria de transformação, em especial nos segmentos de frigorífico bovino e indústria têxtil, e construção civil, influenciada, especialmente, pelo setor de infraestrutura. A taxa média de desocupação no Centro-Oeste recuou 1,4 p.p. no segundo trimestre, comparativamente ao primeiro, segundo a PNAD Contínua, ressaltando-se o aumento de 208 mil pessoas na população ocupada. O rendimento médio real habitual retraiu 0,3%, enquanto a massa de rendimentos real cresceu 2,4%, no período.

O mercado de crédito no Centro-Oeste seguiu em recuperação, com aceleração gradual dos financiamentos às famílias desde dezembro de 2016 e moderação no ritmo de queda dos financiamentos às empresas. O saldo total das operações superiores a R\$1 mil evoluiu do crescimento interanual de 2,0%, observado em maio, para 2,6% em agosto. A expansão da carteira de pessoas físicas passou de 5,8% para 6,6%, destacando-se os financiamentos de veículos, em processo de retomada, e as operações de renegociações. A redução no saldo de empréstimos para segmento de pessoas jurídicas, que se delineia desde 2015, passou de 3,4% para 3,1%, nos períodos assinalados, ressaltando-se o aumento nos empréstimos aos setores de SIUP e transportes, e a retração nos destinados a empresas de telecomunicações e ao setor de construção.

A inadimplência no crédito às pessoas jurídicas contraiu de 4,5%, em maio, para 3,1% em agosto, refletindo a baixa para prejuízo de empréstimos aos setores de telecomunicações e de construção. Nas operações com pessoas físicas, a inadimplência retraiu 0,1 p.p. no período, situando-se em 3,2%.

O comércio exterior no Centro-Oeste manteve a tendência de crescimento, no terceiro trimestre, impulsionado pela safra recorde, que ampliou as exportações, e pelo aumento da atividade econômica, que impactou as importações. No acumulado do ano, as exportações cresceram 8,0% até setembro (-0,3% até junho), refletindo, em especial, as vendas de milho, após um primeiro semestre de volume baixo de embarques, em função da queda na safra anterior. O incremento das importações evoluiu de 7,8% para 9,0%, ressaltando-se a expansão nas compras de fertilizantes. O saldo da balança comercial do Centro-Oeste atingiu US\$14,7 bilhões no ano até setembro, representando aumento de 7,6% no período.

Gráfico 3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 3.2 – Balança comercial – Centro-Oeste

Janeiro-setembro

Discriminação	Centro-Oeste			Brasil	
	2016	2017	Var. %	2016	Var. %
Exportações	19 379	20 933	8,0	18,1	
Básicos	16 360	17 766	8,6	26,2	
Industrializados	3 019	3 167	4,9	11,6	
Importações	5 754	6 271	9,0	7,9	
Bens de capital	231	393	69,7	-22,9	
Bens Intermediários	2 713	3 127	15,2	14,1	
Bens de consumo	1 787	1 841	3,0	-0,9	
Combustíveis e lubrificantes	1 021	910	-10,9	19,1	
Saldo comercial	13 624	14 662	7,6	47,1	

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 3.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2016			Agosto de 2017		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
DF	5 948	-335	-77	5 962	254	466
GO	18 246	-884	905	18 016	52	1 601
MS	7 155	-218	602	6 913	-474	-47
MT	3 673	-19	418	3 519	-196	59
Total (A)	35 023	-1 457	1 848	34 409	-364	2 078
Brasil^{4/} (B)	766 579	-1 791	75 866	757 485	-11 908	39 002
(A/B) (%)	4,6	81,3	2,4	4,5	3,1	5,3

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Gráfico 3.4 – Produção industrial – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

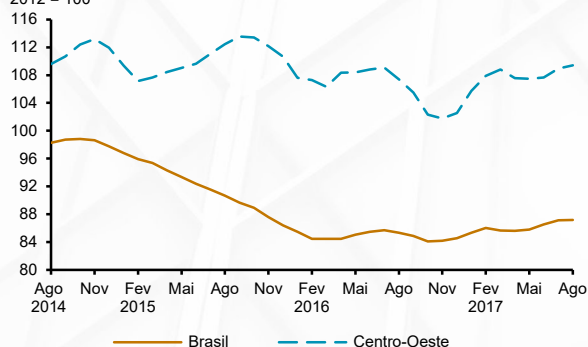


Tabela 3.4 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2016	2017	
Grãos	83,2	75 137	105 982	41,1
Algodão (caroço)	6,5	1 475	1 707	15,7
Arroz (em casca)	0,6	685	877	28,0
Feijão	2,9	603	793	31,5
Milho	17,8	27 467	50 039	82,2
Soja	54,9	44 141	51 287	16,2
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	13,0	142 220	144 163	1,4
Mandioca	0,9	1 256	1 261	0,4
Tomate	0,6	979	1 280	30,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2017.

No âmbito fiscal observou-se piora no desempenho das contas públicas. O *superavit* primário do setor público acumulado em doze meses recuou de R\$1,5 bilhão, em dezembro de 2016, para R\$364 milhões em agosto, enquanto o *deficit* nominal passou de R\$1,8 bilhão para R\$2,1 bilhões, com deterioração nos resultados de Goiás e do Distrito Federal, enquanto Mato Grosso do Sul e Mato Grosso registraram melhora – o primeiro alcançando *superavit* nominal. A dívida pública da região atingiu R\$34,4 bilhões em agosto, recuando 1,8% em relação a dezembro de 2016. A receita com ICMS e as transferências da União cresceram, na ordem, 1,0% e 14,4%, em termos reais, nos doze meses até julho ante igual período do ano anterior.

A produção industrial do Centro-Oeste expandiu 1,8% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao trimestre findo em maio, quando registrara queda de 0,4%, considerando dados dessazonalizados do agregado de Goiás e Mato Grosso, únicos estados da região com estatísticas divulgadas pela PIM-PF do IBGE. Esse resultado foi influenciado principalmente pela dinâmica da indústria de alimentos, que variou 5,9% no período.

A percepção de recuperação da economia, a safra de grãos recorde e a redução das incertezas de origem política reverteram a queda, observada no final do segundo trimestre, na confiança dos empresários da região. O Icei do Centro-Oeste, divulgado pela CNI, atingiu 56,6 pontos em setembro, ante 53,9 pontos em junho, com evolução positiva, tanto no componente de expectativa quanto no de condições atuais.

A produção agrícola 2016/2017 para as principais culturas da região chegou ao fim, com aumento significativo em grãos, repercutindo as boas condições climáticas observadas nos períodos de plantio e desenvolvimento, ao contrário do ocorrido no ciclo anterior. Nesse cenário, a safra de grãos da região cresceu 41,1%, de acordo com o LSPA de setembro, do IBGE, com incrementos expressivos nas produções de milho, soja, feijão e algodão. Em relação a outras culturas, espera-se expansão nas lavouras de tomate (30,8%) e cana-de-açúcar (1,4%), e queda na de banana (2,5%). No segmento pecuário, apesar das oscilações na demanda e nos preços ao longo ano, os abates de bovinos cresceram 3,4% no acumulado do ano até agosto, impulsionados pelas exportações, que aumentaram 14,4% no período. No que se refere à produção de aves e suínos, observou-se recuo de

Gráfico 3.5 – IPCA Centro-Oeste – Padrão sazonal

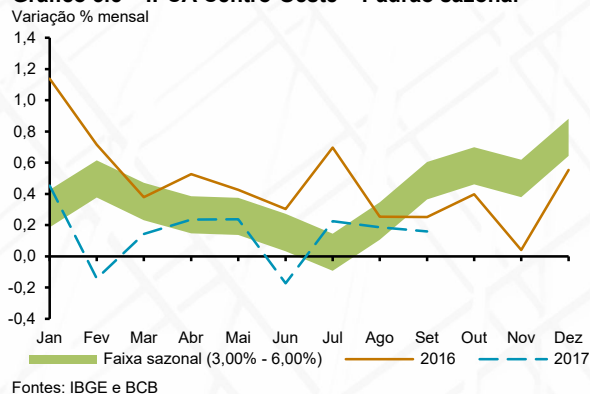
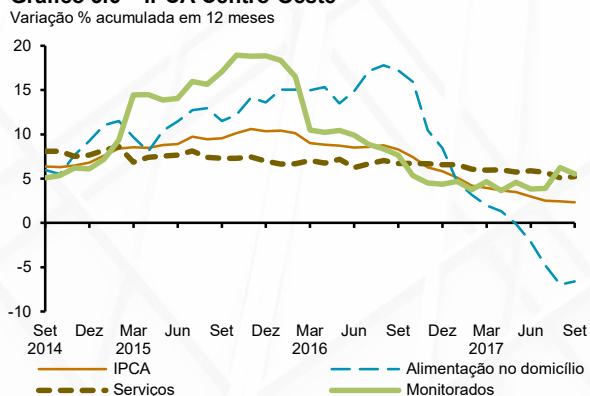


Gráfico 3.6 – IPCA Centro-Oeste



6,2% e 9,7% no volume de abates, respectivamente, segundo o Sistema de Inspeção Federal do Mapa.

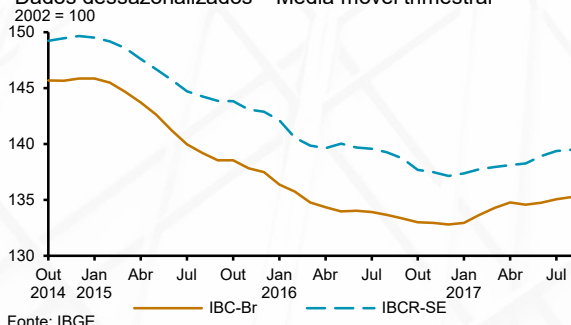
A inflação no Centro-Oeste, medida pelo IPCA em Brasília, Goiânia e Campo Grande, situou-se em 0,57% no terceiro trimestre, comparativamente a 0,30% no segundo. A continuidade da evolução do indicador em patamar relativamente reduzido, decorreu de variações de 0,10% nos preços livres e de 3,05% nos monitorados. Nos segmento de livres, destaque-se a redução de 3,43% nos preços de alimentos no domicílio, enquanto os preços de serviços aumentaram 0,89% (serviços subjacente, 0,66%) e os de bens industriais 0,48%. O índice de difusão atingiu 49,4%, ante 50,3% no trimestre anterior, reforçando o caráter benigno da inflação ao longo do ano.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da região variou 2,34% em setembro, ante 2,98% em junho e 8,29% em setembro de 2016. Nessa base de comparação, os custos de alimentação no domicílio variaram -6,58%, e os preços de bens industrializados, 1,04%. Os preços de serviços aumentaram 5,22%, e os de itens monitorados, 5,53%.

O crescimento recente da atividade econômica mostrou-se mais intenso no Centro-Oeste do que o observado em nível nacional, refletindo principalmente os bons resultados da agricultura. Em linha com esse comportamento, observou-se melhora no mercado de trabalho, com contratações de postos de trabalho formais e aumento da renda, e expansão do consumo das famílias. Do ponto de vista das empresas, ainda se observa elevada ociosidade dos fatores, evidenciada, entre outros, pela frágil demanda de serviços profissionais.

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

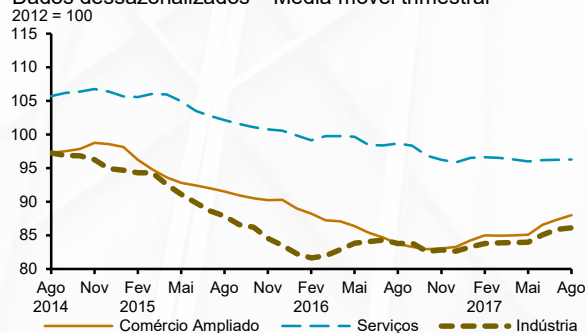
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



A trajetória recente dos indicadores econômicos da região Sudeste mostrou-se consistente com o processo de recuperação gradual da atividade. Na margem, a economia da região foi estimulada pela recuperação moderada da produção industrial e das vendas do comércio, pelo maior dinamismo dos mercados de trabalho e de crédito, além da contribuição positiva do setor externo. Nesse cenário, o IBCR-SE cresceu 0,9% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando expandira 0,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria - Sudeste

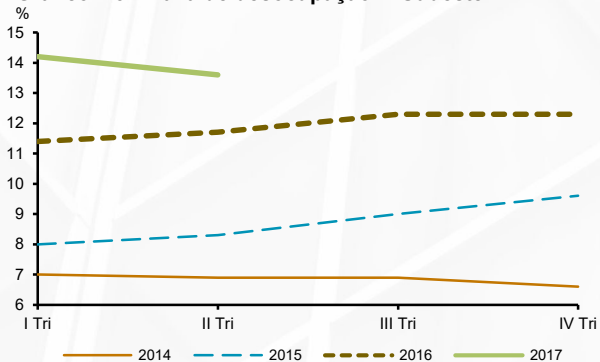
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



O desempenho dos indicadores de comércio evidenciou continuidade da recuperação gradual do consumo das famílias, sustentada pelos ganhos nos rendimentos, aumento do crédito e liberação dos recursos das contas inativas do FGTS. As vendas do comércio ampliado aumentaram 3,4% em relação ao trimestre terminado em maio, quando cresceram 0,1%, conforme dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Houve aumento de vendas em sete dos dez segmentos pesquisados, destacando-se veículos, peças e motocicletas (7,0%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,5%).

No mesmo sentido, o indicador de volume de serviços não financeiros apresentou elevação de 0,3% no trimestre encerrado em agosto, após queda de 0,6% no trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE.

Gráfico 4.3 – Taxa de desocupação – Sudeste



Os dados do mercado de trabalho repercutiram a melhora recente da atividade. A taxa de desocupação, medida pela PNAD Contínua, do IBGE, atingiu 13,6% no segundo trimestre de 2017, diminuindo em relação à do trimestre anterior (14,2%) – primeiro recuo desde o final de 2014. O movimento refletiu o aumento da ocupação, principalmente de empregados sem carteira e de trabalhadores por conta própria. O rendimento médio real avançou 1,7%, em relação ao segundo trimestre de 2016. Estatísticas do Caged/MTb ratificaram a evolução favorável do mercado de trabalho. O emprego

Gráfico 4.4 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

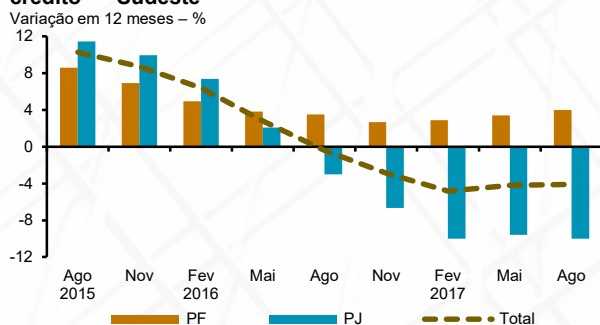


Tabela 4.1 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

R\$ milhões						
UF	Dezembro de 2016			Agosto de 2017		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário Nominal ^{3/}			Primário Nominal ^{3/}	
ES	1 597	244	537	1 388	-553	-367
MG	114 101	130	12 403	108 687	1 883	10 830
RJ	131 375	5 699	18 202	134 223	4 397	12 408
SP	304 902	-3 345	29 832	307 508	-9 466	12 463
Total (A)	551 975	2 728	60 975	551 805	-3 740	35 334
Brasil^{4/} (B)	766 579	-1 791	75 866	757 485	-11 908	39 002
(A/B) (%)	72,0	-152,3	80,4	72,8	31,4	90,6

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2017			12 meses
		Ma ^{2/}	Ag ^{2/}	12 meses	
Indústria geral	100,0	0,3	2,6	0,6	
Indústrias extrativas	13,6	-2,8	-2,2	3,6	
Indústrias de transformação	86,4	1,2	3,2	0,2	
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	0,2	14,5	13,2	
Produtos alimentícios	12,7	5,8	6,8	0,1	
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	1,8	-5,6	-5,0	
Metalurgia	7,1	1,9	0,5	1,1	
Outros produtos químicos	5,8	-1,9	1,3	-1,2	

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

formal da região gerou 23 mil postos formais no trimestre encerrado em agosto (-144 mil vagas em igual trimestre de 2016), em especial nos setores de comércio, agropecuária e serviços.

A contribuição do crédito para a reação recente da atividade repercutiu o desempenho dos empréstimos às famílias que cresceram 1,6% no trimestre encerrado em agosto e 4,0% em doze meses (1,3% e 3,4%, respectivamente, em maio). Predominaram, nessa expansão, as operações de financiamento imobiliário e de crédito pessoal. A carteira de pessoas jurídicas, por outro lado, segue em retração (-3,0% no trimestre e -10,0% em doze meses), refletindo principalmente os recuos dos empréstimos com recursos do BNDES e de capital de giro. Como resultado, o saldo total das operações de crédito na região diminuiu 0,9% no trimestre e 4,1% em doze meses.

Na esfera fiscal, observou-se melhor desempenho para as contas consolidadas da região¹¹. O resultado primário acumulado em doze meses reverteu de *deficit* de R\$2,7 bilhões até dezembro de 2016 para *superavit* de R\$3,7 bilhões até agosto. O *deficit* nominal recuou de R\$61 bilhões para R\$35,3 bilhões, na mesma base de comparação, repercutindo a recuperação do resultado primário e a menor carga de juros. Refletindo a recuperação gradual da atividade econômica, a arrecadação do ICMS cresceu 0,1% no acumulado do ano até julho em relação a igual período de 2016, e as transferências da União para estados e municípios aumentaram 7,3%, no mesmo tipo de comparação, considerando as séries corrigidas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI).

A atividade industrial do Sudeste manteve a tendência de expansão. A produção do setor cresceu 2,6% no trimestre encerrado em agosto, ante elevação de 0,3% no terminado em maio, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF do IBGE. Houve aumentos em dezesseis dos vinte e dois setores pesquisados, com destaque para veículos, produtos alimentícios e máquinas e equipamentos.

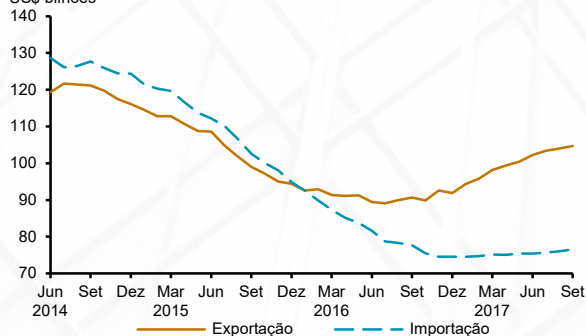
O comportamento recente dos índices de confiança do setor industrial, indica cenário favorável à continuidade da recuperação. A confiança do empresário captada pelo Ipei passou de 50,8 para 51,0 na média entre o trimestre encerrado em junho e o finalizado em setembro, de acordo com a CNL.

11/ Abrange os resultados dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios da região.

Gráfico 4.5 – Balança comercial – Sudeste

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.3 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2016	2017		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,22	0,17	0,71	2,61
Livres	74,2	6,37	0,36	-0,09	1,64
Alimentação no domicílio	14,0	8,73	-0,34	-3,48	-5,72
Bens industrializados	22,2	4,75	-0,17	0,53	1,22
Serviços	37,9	6,48	0,95	0,84	4,91
Monitorados	25,8	5,75	-0,40	3,09	5,47
Principais itens					
Alimentação	23,5	8,10	0,17	-1,93	-2,16
Habitação	16,0	2,86	-0,35	2,17	3,88
Artigos de residência	3,8	2,99	-0,50	0,51	-1,38
Vestuário	5,4	2,89	1,98	0,18	2,59
Transportes	18,2	4,46	-1,39	2,52	3,35
Saúde	12,4	11,49	2,16	1,25	7,21
Despesas pessoais	11,7	8,24	0,60	1,33	4,74
Educação	5,2	8,92	0,20	0,19	7,04
Comunicação	3,8	1,18	0,19	0,18	1,51

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2017.

Considerando os dados mensais, houve significativa elevação entre agosto e setembro – de 50,2 para 54,4 – refletindo aumentos de 6,0 pontos no componente relativo à percepção das condições atuais e de 3,2 nas expectativas.

Os resultados do comércio exterior, evidenciando aumentos consecutivos do saldo, seguiram contribuindo para ampliação da atividade regional. O *superavit* da balança comercial alcançou US\$22,2 bilhões nos primeiros nove meses deste, ante US\$11,3 bilhões em igual período de 2016. O desempenho foi condicionado, sobretudo, pela elevação de 19,1% das exportações, impactada pelo aumento dos preços (14,6%), com ênfase nas vendas de produtos básicos – notadamente óleos brutos de petróleo e minérios de ferro – que contribuíram para a expansão de 36,8% das exportações para a China. O aumento de 3,5% das importações, resultante de variações de 3,5% nos preços e -0,1% no *quantum*, foi influenciado, sobretudo, pelo crescimento nas compras de combustíveis e lubrificantes (53,7%).

A evolução do IPCA no Sudeste evidencia o cenário benigno para a inflação, com desaceleração generalizada dos preços da economia ao longo de 2017. O indicador variou 0,71%, no terceiro trimestre, repercutindo pressões sazonais e reajustes de preços monitorados (gasolina, energia elétrica residencial e gás de botijão). A variação dos preços dos serviços continuou desacelerando, de 0,95% no segundo trimestre para 0,84% no terceiro. Considerados períodos de doze meses, o IPCA da região segue em trajetória de desaceleração, atingindo variação de 2,61% em setembro, ante 8,28% em setembro de 2016, reflexo de reduções nas variações dos preços monitorados, de 7,95% para 5,47%; e dos livres, de 8,40% para 1,64%.

A análise dos recentes indicadores da região Sudeste delineia perspectivas favoráveis, compatíveis com a retomada gradual do nível de atividade econômica. Destaque-se, nesse contexto, o comportamento positivo nos indicadores do mercado de trabalho e a queda da inflação, favorecendo a recomposição da renda real e a recuperação do consumo. Ressalve-se, entretanto, que o nível de incerteza quanto à evolução das reformas e ajustes na economia segue como fator de risco ao processo de recuperação da economia.

4.1 – Minas Gerais

Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

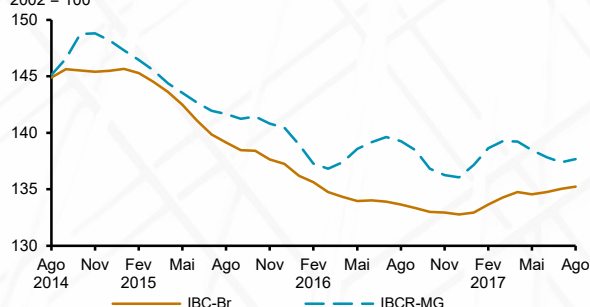


Gráfico 4.1.2 – Comércio e serviços – Minas Gerais

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2014 = 100

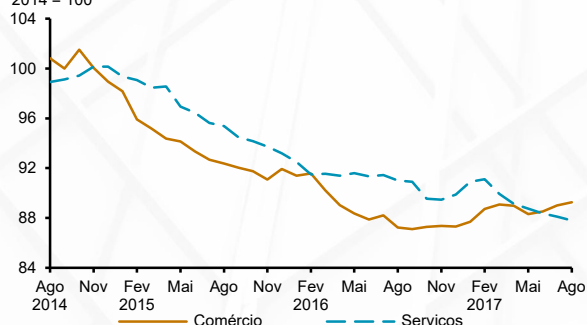


Tabela 4.1.1 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016	2017	2017	2017	2017
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-23,9	-33,5	-43,0	37,7	7,1
Indústria de transformação	-3,5	-6,5	-8,0	1,9	3,0
Comércio	-4,2	10,4	-9,0	-1,9	0,7
Serviços	-7,9	-1,9	-11,3	6,4	3,9
Construção civil	-5,4	-10,1	-11,0	2,1	1,9
Agropecuária	-1,9	-24,4	-3,8	29,0	-2,4
Outros ^{2/}	-1,1	-1,0	0,2	0,2	0,0

Fonte: Ministério do Trabalho

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, serv. ind. de utilidade pública e administração pública.

O crescimento do PIB de Minas Gerais se intensificou no segundo trimestre de 2017, assinalando 1,7%, ante 0,5% nos primeiros três meses do ano, segundo dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro (FJP). O resultado foi impulsionado, na perspectiva da demanda, pela expansão do consumo e, sob a ótica da oferta, pela ampliação da atividade no comércio e no segmento de serviços às famílias. Estatísticas mais recentemente mostram arrefecimento na economia estadual, impactada pela queda na safra de café, cuja colheita concentra-se entre junho e agosto, e pelo recuo na produção de minério de ferro. Nesse contexto, o IBCR-MG retraiu 0,6% no trimestre encerrado em agosto, comparado ao trimestre anterior, quando recuara 0,1% na mesma base de comparação.

O consumo das famílias segue em trajetória de expansão, impulsionado pelo aumento da renda real, liberação de saques de contas inativas do FGTS, e ampliação do crédito. As vendas do comércio ampliado cresceram, na margem, 1,1% no trimestre encerrado em agosto, conforme dados dessazonalizados da PMC do IBGE, com destaque para as expansões nos ramos de veículos, artigos de uso pessoal e doméstico, e artigos farmacêuticos.

O mercado de trabalho no estado mostrou evolução positiva do emprego e dos salários. No trimestre encerrado em agosto, houve geração de 7,1 mil postos de trabalho formais, de acordo o Caged/MTb. Observaram-se contratações líquidas pelo segundo trimestre consecutivo nos segmentos de indústria de transformação (alimentos e metalurgia), serviços e construção civil. O nível de emprego formal aumentou 0,1% no trimestre encerrado em agosto, em comparação ao trimestre anterior, quando havia recuado 0,2%, considerados dados dessazonalizados. A taxa de desocupação, segundo dados da PNAD Contínua, recuou 1,5 p.p. no segundo trimestre, em relação ao trimestre anterior, atingindo 12,2%. No mesmo período, houve aumento de 250 mil pessoas na população ocupada, de 1,1% no rendimento médio real e de 3,5% na massa de rendimentos real.

O mercado de crédito no estado, seguindo o padrão observado no país, evidencia recuperação no volume de operações com pessoas físicas e contração dos empréstimos com pessoas jurídicas. Nesse sentido, a queda no saldo das operações de crédito¹²,

12/ Consideram-se operações com valores superiores a R\$1 mil.

Gráfico 4.1.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}

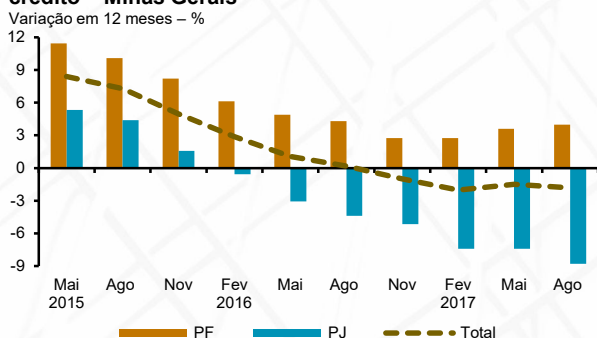


Tabela 4.1.2 – Comércio exterior – Minas Gerais
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2016	2017	Var. %	Var. %
Exportações	15 964	19 098	19,6	18,1
Básicos	8 858	11 065	24,9	26,2
Industrializados	7 106	8 032	13,0	11,6
Importações	4 993	5 415	8,5	7,9
Bens de capital	1 169	853	-27,0	-22,9
Bens Intermediários	2 823	3 388	20,0	14,1
Bens de consumo	685	611	-10,8	-0,9
Combustíveis e lubrificantes	315	563	78,7	19,1
Saldo comercial	10 971	13 682	24,7	24,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.1.3 – Produção industrial – Minas Gerais
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % trimestral			
	Pesos ^{1/} 2017			
	Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Ac. 12 meses	
Indústria geral	100,0	-1,0	0,7	0,2
Indústrias extrativas	24,6	-5,7	-2,6	3,6
Indústrias de transformação	75,4	2,7	3,2	-0,9
Metalurgia	14,1	3,6	-0,2	-2,4
Veículos, reb. e carrocerias	11,8	-9,1	12,1	0,1
Deriv. petróleo e biocomb.	5,8	1,1	-0,4	-0,6
Metais, ex maq. e eq.	3,9	3,8	1,8	-4,5
Prod. miner. não-metálicos	3,7	-2,5	0,2	-3,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

considerando períodos de doze meses, oscilou de -1,5%, em maio, para -1,8% em agosto. O crescimento no saldo dos empréstimos às pessoas físicas evoluiu de 3,6% para 4,0% no período, com destaque para financiamentos de veículos e crédito pessoal não consignado. Em sentido contrário, a variação da carteira de pessoas jurídicas passou de -7,4% para -8,8%, refletindo, principalmente, a redução dos empréstimos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A inadimplência nas operações de crédito mostrou redução tanto para o segmento de pessoas jurídicas – de 4,5%, em maio, para 4,0% em agosto – quanto de pessoas físicas, de 3,7% para 3,5% no mesmo período.

O desempenho do comércio externo do estado, até o terceiro trimestre do ano, refletiu principalmente a elevação nos preços de minério de ferro, principal produto da pauta de exportação. As receitas de vendas de minério de ferro cresceram de 38,9% (redução de 9,3% no volume embarcado), enquanto a receita de exportações com os demais produtos da pauta cresceu 11,3% no período – destaque para produtos metalúrgicos e carne de bovino. As importações, impulsionadas pelo aumento na atividade econômica, aumentaram 8,5%, ressaltando-se as aquisições de combustíveis (principalmente carvão mineral, utilizado na indústria metalúrgica) e de bens intermediários. Dessa forma, o saldo do comércio exterior no ano, até setembro, atingiu US\$13,7 bilhões, elevando-se 24,7% em relação a igual intervalo de 2016.

No âmbito fiscal, os governos do estado, da capital e dos principais municípios registraram *deficit* primário de R\$1,9 bilhão no período de doze meses encerrado em agosto de 2017, ante *deficit* de R\$130 milhões no exercício de 2016. O resultado nominal registrou *deficit* de R\$10,8 bilhões, 12,7% inferior ao registrado em 2016. A receita de ICMS prossegue reagindo no decorrer de 2017, elevando-se, em termos reais, 3,1% no período de doze meses encerrado em julho, em relação a igual intervalo de 2016. As transferências da União apresentaram aumento real de 14,4%, na mesma base de comparação. A dívida pública do estado somou R\$108,7 bilhões em agosto, com declínio de 4,7% em relação a dezembro.

Os indicadores de oferta ratificam a reação gradual da atividade econômica. A produção industrial cresceu 0,7% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando havia recuado 1,0%, nesse tipo de comparação, segundo dados

Gráfico 4.1.4 – IPCA RMBH – Padrão sazonal

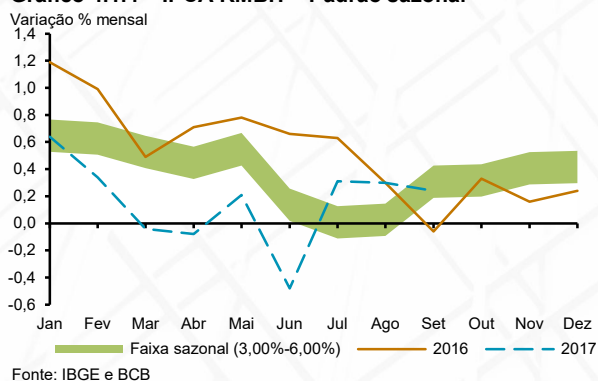
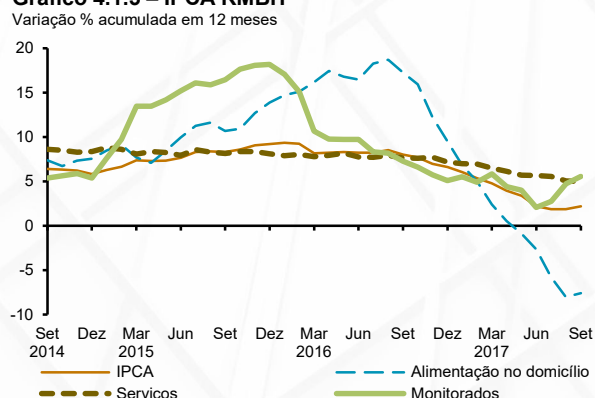


Gráfico 4.1.5 – IPCA RMBH



dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. A indústria de transformação aumentou o ritmo de crescimento trimestral, passando de 2,7%, em maio, para 3,2% em agosto, impulsionada, principalmente, pela retomada da produção de veículos e de máquinas e equipamentos.

A melhora no ambiente econômico e a redução de incertezas influenciaram positivamente a confiança dos empresários industriais mineiros. O indicador de confiança da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Icei/MG, passou de 47,8 pontos, em junho, para 55,3 pontos em setembro. O patamar é o maior desde setembro de 2012, e reflete otimismo, tanto nas condições atuais, como nas expectativas.

A inflação medida pelo IPCA na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) atingiu 0,85% no trimestre terminado em setembro, comparativamente à variação de -0,35% no trimestre anterior. O grupo alimentação e bebidas tem favorecido o ambiente benigno da inflação. As principais variações positivas ocorreram em habitação, repercutindo altas de preços monitorados, e transportes, em especial, de passagem aérea e combustíveis. O índice de difusão atingiu 47,9%, ante 51,7% no trimestre anterior.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMBH variou 2,19% em setembro, ante 2,21% em junho e 8,29% em setembro de 2016. Nessa a base de comparação, ressaltar-se o impacto favorável da deflação dos alimentos no domicílio, e a desaceleração dos preços de bens industrializados.

4.2 – Rio de Janeiro

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados
2002 = 100

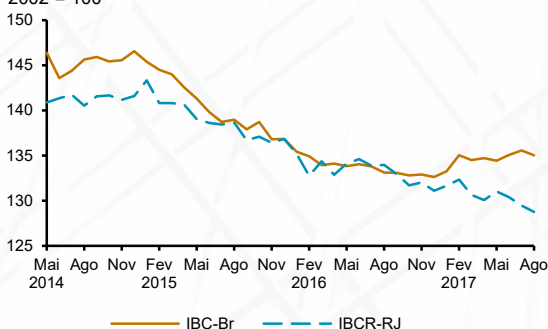
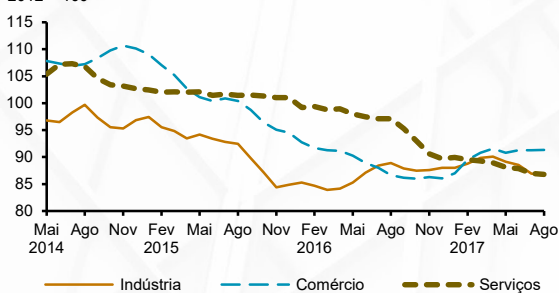


Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

A economia fluminense tem apresentado comportamento defasado em relação aos demais estados da região. Os resultados positivos de alguns segmentos do comércio e da indústria ainda não foram suficientes para compensar os impactos negativos da queda da demanda por serviços, em ambiente de fragilidade do mercado de trabalho, diminuição da confiança empresarial e incerteza em relação à recuperação do mercado de crédito, principalmente no segmento pessoa jurídica. Nesse contexto, o IBCR-RJ recuou 0,8% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando contraíra 0,9%, na mesma base de comparação, segundo dados com ajuste sazonal. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,2% em agosto (-3,1% em maio).

No âmbito da demanda, o comércio ampliado cresceu 0,6% no trimestre finalizado em agosto, após aumento de 1,4% no período imediatamente anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Essa perda de dinamismo refletiu, em grande parte, a reversão no desempenho das vendas de veículos, motos, partes e peças (-1,2% em agosto comparativamente +5,1% em maio). Por sua vez, contribuíram para a expansão do varejo no trimestre os segmentos móveis e eletrodomésticos, e hipermercados e supermercados, 1,9%.

O desempenho positivo do comércio foi sustentado, em parte, pelo processo de redução do endividamento das famílias, da liberação de recursos das contas inativas do FGTS e, em especial, da recuperação do crédito¹³ a pessoas físicas, que aumentou, na ordem, 0,9% e 1,6% no trimestre e nos últimos doze meses até agosto. Os financiamentos a pessoas jurídicas, por outro lado, variaram -4,3% e -17,0% nas mesmas bases de análise, respectivamente.

Em relação aos indicadores da oferta do estado, destacou-se o avanço na produção de veículos automotores (19,5%) no trimestre finalizado em agosto (8,1% em maio), impulsionada pelo aumento das exportações do produto. A balança comercial do estado apresentou *superavit* de US\$8,7 bilhões no acumulado do ano até setembro (US\$2,5 bilhões em 2016), de acordo com o MDIC, refletindo principalmente o incremento de 42,3% nas exportações, em especial de automóveis de passageiros, com alta de 81,6%. Apesar do

13/ Considerando-se as operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.2.1 – Produção industrial – Rio de Janeiro

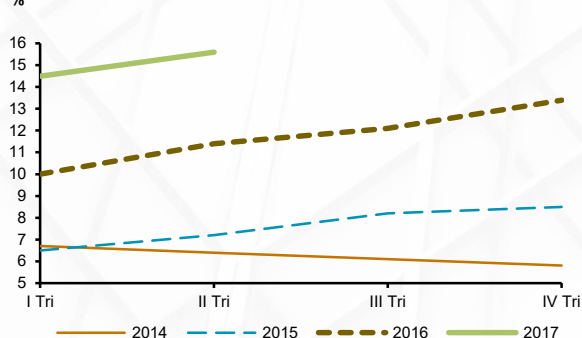
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	0,4	-2,8	2,0
Indústrias extrativas	28,1	-2,9	0,0	6,2
Indústrias de transformação	71,9	-0,3	-4,9	0,0
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	1,1	-11,9	-4,3
Metalurgia	10,4	4,0	-13,8	15,2
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	8,1	19,5	27,6
Bebidas	3,9	0,2	3,0	1,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.2.3 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro

Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 4.2.2 – Evolução do emprego formal –

Rio de Janeiro

Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016		2017		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-56,2	-56,5	-74,5	-26,0	-18,4
Indústria de transformação	-8,3	-6,6	-9,0	-3,3	-0,6
Comércio	-7,6	13,0	-19,6	-4,6	-1,3
Serviços	-15,5	-40,9	-31,3	-16,9	-8,6
Construção civil	-24,3	-18,8	-11,5	-2,7	-7,1
Agropecuária	0,7	-1,9	-0,5	2,0	0,3
Serviços ind. utilidade pública	-0,2	-0,2	-0,1	-0,2	-0,3
Outros ^{2/}	-1,0	-1,2	-2,4	-0,5	-0,9

Fonte: Ministério do Trabalho

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

bom desempenho do segmento automotivo e da estabilidade do extrativo, a produção industrial fluminense recuou 2,8% no trimestre encerrado em agosto, impactada principalmente pela redução da produção de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis e de itens da metalurgia.

A queda na produção industrial ocorreu em cenário de redução da confiança dos empresários fluminenses e do Nuci, de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). O Ipei atingiu 46,7 pontos na média do trimestre finalizado em agosto (47,4 pontos no finalizado em maio). O indicador, porém, aponta recuperação da confiança no próximo trimestre, pois em setembro alcançou 50,2 pontos. Já o NUCI recuou 1,1 p.p. no trimestre, considerados dados dessazonalizados.

O setor de serviços também contribuiu para a recente contração da atividade. O volume de serviços não financeiros no estado recuou 1,5% no trimestre finalizado em agosto (-1,6% no trimestre anterior), repercutindo principalmente a diminuição do volume de serviços profissionais, administrativos e complementares, segundo dados dessazonalizados da PMS/IBGE. Ressalte-se que, ao contrário do observado em nível nacional, o volume de serviços prestados às famílias continuou a contrair no trimestre considerado, -5,3%, após recuo de 3,4% no trimestre encerrado em maio.

A continuidade da redução da demanda das famílias por serviços está relacionada com a persistência da distensão do mercado de trabalho fluminense nos últimos meses. Essa situação é evidenciada tanto pela elevação da taxa de desemprego quanto pela eliminação de postos formais. A taxa de desemprego no estado atingiu 15,6% no segundo trimestre de 2017 (maior taxa da série histórica), ante 11,4% no mesmo período de 2016, enquanto o rendimento médio real e a massa salarial real variaram no período, -5,4% e -5,6%, respectivamente, segundo a PNAD Contínua do IBGE. No mercado formal, foram eliminados 18,4 mil postos no trimestre encerrado em agosto (56,2 mil em igual período de 2016), segundo dados do Caged/MTb – os cortes de empregos formais no estado se concentraram nos segmentos de serviços e construção civil. Considerando-se os últimos doze meses, foram eliminados 175,5 mil empregos formais. Ressalte-se que o estado não registra geração líquida de empregos formais desde março de 2015.

Tabela 4.2.3 – IPCA – Rio de Janeiro

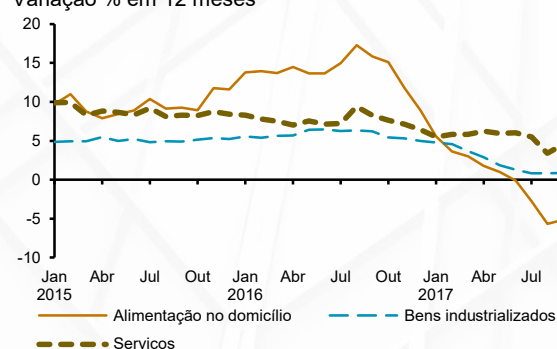
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2016	2017		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	0,44	1,47	0,51	0,12
Livres	70,9	0,51	1,00	0,44	-0,31
Alimentação no domicílio	13,7	-1,17	0,18	-0,61	-3,60
Bens industrializados	17,5	0,56	0,39	0,16	-0,25
Serviços	39,7	1,11	1,58	0,94	0,83
Monitorados	29,1	0,27	2,64	0,69	1,20

Fonte: IBGE

1/ Referente a setembro de 2017.

Gráfico 4.2.4 – Evolução dos preços livres – Rio de Janeiro

Variação % em 12 meses



Nesse cenário de retração da atividade econômica fluminense, o IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), divulgado pelo IBGE, manteve a sua trajetória desaceleração, com taxa de 0,12% no terceiro trimestre de 2017, ante 0,51% no trimestre anterior. Esse resultado refletiu a redução na variação dos preços livres, de 0,44% para -0,31%, impactados, em grande parte, pela redução nos preços de alimentação no domicílio. Os preços monitorados experimentaram aceleração, de 0,69% para 1,20%, com destaque para os aumentos registrados em gasolina, plano de saúde e energia elétrica residencial. O índice de difusão médio alcançou 40,4%, ante 47,0% no trimestre encerrado em junho.

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da RMRJ variou 2,56% em setembro, ante 3,80% em junho, repercutindo queda acentuada nos preços livres, de 3,58% para 1,64% – em especial pelo choque favorável nos preços da alimentação – e aceleração nos preços monitorados, de 4,36% para 4,87%.

4.3 – São Paulo

Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

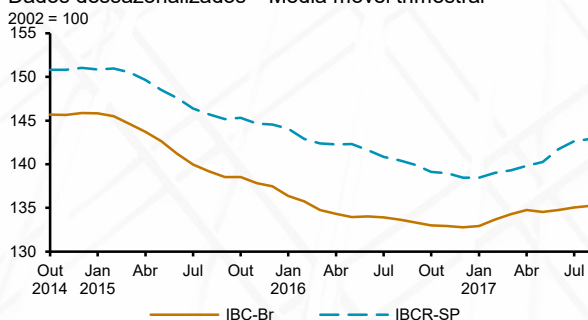


Gráfico 4.3.2 – Confiança dos agentes – São Paulo

Em pontos – Média móvel trimestral

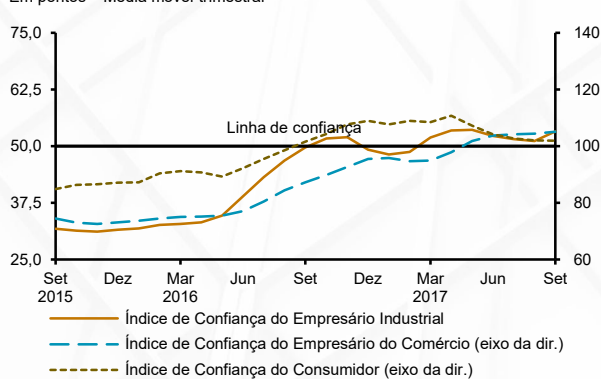
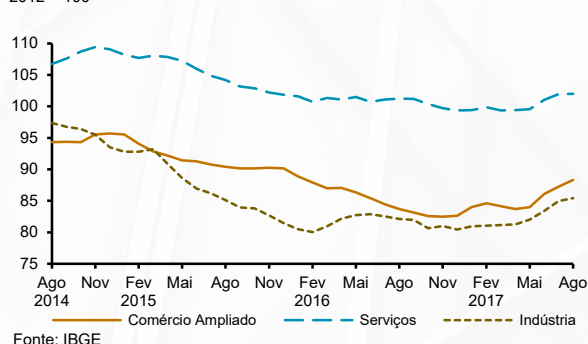


Gráfico 4.3.3 – Comércio, serviços e indústria - São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



A economia paulista cresceu 0,7% no segundo trimestre, comparativamente ao primeiro, quando crescera 0,4%, segundo a série dessazonalizada do PIB trimestral, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Nos quatro trimestres finalizados em junho de 2017, o PIB do estado recuou 1,2%, queda significativamente menor que a do mesmo período do ano anterior, 3,7%. Assim, a evolução do PIB paulista está consistente com o cenário de recuperação gradual da economia.

Dados mais recentes corroboram o processo de retomada da atividade econômica. O IBCR-SP cresceu 1,9% no trimestre finalizado em agosto (0,9% em maio), com dados ajustados sazonalmente. A evolução do IBCR-SP, na mesma linha do PIB, resulta da convergência de indicadores econômicos em direção favorável. Destaque-se a recuperação da produção industrial desde o início do ano, com crescimento mais disseminado entre os segmentos, no trimestre encerrado em agosto.

Os índices de confiança relacionados ao consumo sugerem a continuidade do processo de retomada gradual, apresentando resultados positivos ou estáveis na margem. O Icec atingiu 106,2 pontos em setembro (104,2 pontos em junho) e o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) situou-se em 99,7 pontos em setembro (100,1 em junho).

O retorno do ambiente de confiança influenciou o comércio varejista e os serviços que apresentaram, no trimestre encerrado em agosto, desempenhos superiores àqueles do trimestre anterior. As vendas do comércio varejista ampliado avançaram 5,1% no período (reco de 0,7% no trimestre findo em maio), segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, com destaque para os setores de veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção. No mesmo sentido, o volume de serviços não financeiros cresceu 2,5% no trimestre encerrado em agosto (-0,3% em maio), de acordo com dados dessazonalizados da PMS, do IBGE.

As perspectivas para a continuidade da retomada do comércio varejista e de serviços mostram-se positivas devido à recuperação gradual de consumo das famílias, impulsionada pelas condições favoráveis dos mercados de trabalho e de crédito. O rendimento médio real do trabalho no estado cresceu 4,3% no segundo trimestre de 2017, na comparação interanual, favorecido pelo

Tabela 4.3.1 – Evolução do emprego formal – São Paulo

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2016		2017		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-48,2	-83,5	-138,3	37,8	40,1
Indústria de transformação	-19,5	-32,0	-24,2	10,1	-3,9
Comércio	3,4	17,2	-28,7	-8,7	17,5
Serviços	-23,9	-13,4	-41,2	13,5	15,5
Construção civil	-18,8	-27,8	-18,7	-9,9	-6,8
Agropecuária	11,4	-22,6	-17,5	29,4	18,3
Serv. industr. de utilidade pública	-1,3	-1,9	-0,7	-0,5	-0,8
Outros ^{2/}	0,5	-3,1	-7,3	3,8	0,3

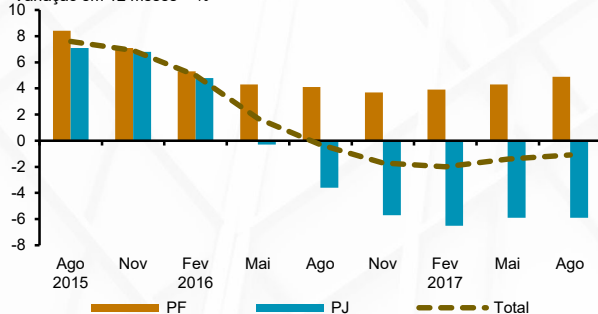
Fonte: Ministério do Trabalho

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – São Paulo

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.3.2 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	2016	2017		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,13	0,21	0,86	2,75
Livres	74,9	6,11	0,37	0,05	1,85
Alimentação no domicílio	13,9	8,22	0,20	-3,16	-5,23
Bens industrializados	23,0	4,47	-0,45	0,68	1,31
Serviços	38,0	6,34	0,94	0,87	5,01
Monitorados	25,1	6,19	-0,29	3,39	5,59
Principais itens					
Alimentação	23,5	7,84	0,46	-1,83	-1,78
Habitação	15,3	3,42	-0,29	2,25	3,64
Artigos de residência	3,6	1,85	-0,46	0,73	-1,34
Vestuário	5,4	3,22	1,93	0,48	2,98
Transportes	19,1	3,89	-2,00	2,93	2,71
Saúde	12,7	11,87	2,51	1,25	7,67
Despesas pessoais	11,6	7,80	0,92	1,74	6,03
Educação	5,3	8,20	0,26	0,18	6,68
Comunicação	3,6	1,58	0,18	-0,10	1,59

Fonte: IBGE

1/ Referente a setembro de 2017.

14/ Consideraram-se operações superiores a R\$1 mil.

processo desinflacionário em curso. O emprego formal também apresenta contínua recuperação desde o início do ano, com a geração líquida de postos de atingindo 40 mil vagas no trimestre encerrado em agosto, ante -48,2 mil no mesmo trimestre do ano anterior, segundo o Caged/MTb. Por fim, ainda que o desemprego esteja em patamar historicamente elevado, houve queda da taxa de desocupação, de 14,2% para 13,5%, do primeiro para o segundo trimestre do ano, repercutindo o crescimento da população ocupada, conforme evidenciado pelos resultados da PNAD Contínua, do IBGE.

Ainda no contexto de retomada do consumo das famílias, o mercado de crédito em São Paulo continua mostrando recuperação para o segmento de pessoas físicas, resultado da melhora progressiva da situação financeira das famílias. Desse modo, a carteira de empréstimos¹⁴ contratados por pessoas físicas aumentou 1,9% no trimestre encerrado em agosto anterior, quando avançara 1,4% na mesma base de comparação, destacando-se o financiamento imobiliário e o crédito pessoal. Em sentido contrário, o segmento de operações com pessoas jurídicas recuou de 2,2% no trimestre (-1,7% em maio), predominantemente em função dos recuos de empréstimos com recursos do BNDES e de capital de giro.

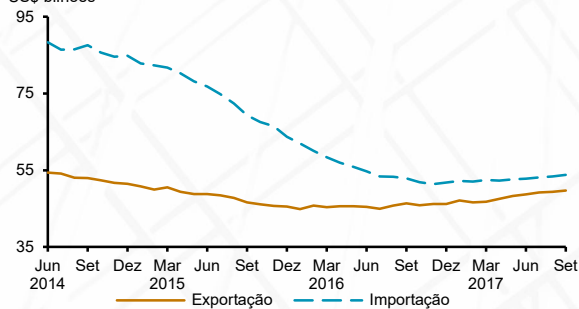
No âmbito fiscal, a arrecadação tributária segue tendência favorável, repercutindo a evolução recente da atividade econômica. De acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, a arrecadação do ICMS e as transferências da União cresceram, respectivamente, 0,7% e 7,8% (deflacionados pelo IGP-DI) no ano até julho de 2017 em comparação com o mesmo período de 2016.

Os indicadores de oferta corroboram a percepção de recuperação gradual da economia. A produção industrial, principal indicador da dinâmica da atividade econômica do estado, aumentou 4,1% no trimestre encerrado em agosto, após elevação de 1,2% no trimestre terminado em maio, segundo a PIM-PF/IBGE. Observou-se expansão da atividade em 15 dos 18 setores pesquisados, destacando-se os desempenhos da produção de alimentos, veículos, e máquinas e equipamentos. Nesse contexto, o total de horas trabalhadas na produção subiu 0,3%, em comparação à queda de 1,4% no trimestre encerrado em maio, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Gráfico 4.3.5 – Balança comercial – São Paulo

Acumulado em 12 meses

US\$ bilhões



Fonte: MDIC/Secex

O resultado recente da indústria mostra-se consistente com a melhoria da confiança do empresário industrial, cujo índice (Icei) atingiu 56,7 em setembro, destacando-se o componente relativo à percepção das condições atuais, que oscilou para a zona de otimismo (53,4) pela primeira vez desde junho de 2011. Considere-se, no entanto, que o nível de ociosidade continua elevado – o Nuci alcançou 75,4% no trimestre encerrado em agosto, pouco acima dos 74,9% observados em maio.

O crescimento das exportações concorreu para o desempenho positivo da indústria. As vendas externas do estado cresceram 10,1% nos primeiros nove meses do ano, em relação a igual período de 2016, com destaque para os embarques de óleos brutos de petróleo, açúcar de cana em bruto e produtos da cadeia automotiva. Esse desempenho contribuiu para a redução de 34,1% no *deficit* da balança comercial estadual, na mesma base de comparação. As compras cresceram 5,3%, sobretudo pelo aumento de 4,5% do *quantum*, ressaltando-se as aquisições de bens intermediários, reflexo do crescimento da economia no período.

O IPCA da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) variou 0,86% no terceiro trimestre comparativamente a 0,21%, no segundo. O resultado refletiu, em especial, elevação dos preços monitorados, ressaltando-se, nesse segmento, as elevações nos preços da gasolina e energia elétrica. Os preços de serviços desaceleraram, de 0,94% para 0,87%, destacando-se as retrações nos custos de refeição e excursão. Considerando períodos de doze meses, o IPCA aumentou 2,75% em setembro ante 8,12% em setembro do ano anterior, repercutindo, em especial, o choque favorável dos preços da alimentação.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2002 = 100)

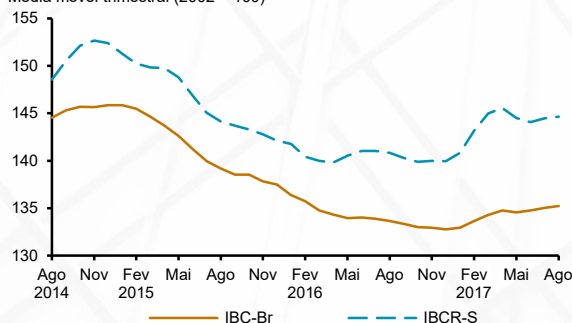
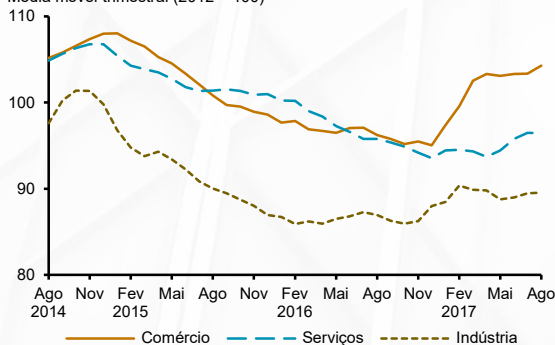


Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul

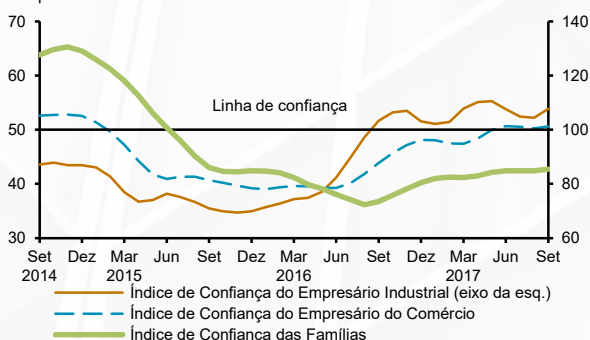
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

O desempenho conjunto de indicadores econômicos da região evidenciou a consolidação do processo de retomada gradual da atividade, beneficiada pelo comportamento favorável da inflação e pelo impacto do ciclo de flexibilização dos juros, conforme mencionado na edição anterior do Boletim Regional. Nesse cenário, o IBCR-S aumentou 0,1% no trimestre finalizado em agosto, após ampliação de 0,9% no trimestre encerrado em maio, dados dessazonalizados, destacando-se o maior volume de serviços prestados tanto às famílias quanto às empresas.

No âmbito dos componentes da demanda, o comércio foi condicionado, na margem, pelas melhores condições do mercado de trabalho –redução da taxa de desemprego e elevação da ocupação –, pelo aumento do crédito para pessoas físicas e pelo saque das contas inativas do FGTS. As vendas do comércio ampliado cresceram 2,4% no trimestre encerrado em agosto, após alta de 5,7% no finalizado em maio, com destaque para o comércio automotivo (8,1%), segundo dados da PMC do IBGE. Informações mais recentes do licenciamento de automóveis e comerciais leves sugerem continuidade da expansão das vendas, apontando aumento de 3,1% no terceiro trimestre, na comparação com trimestre anterior, dados dessazonalizados da Fenabreve.

O otimismo relativo ao desempenho das vendas foi corroborado pelas expectativas dos empresários do comércio. O Icec da CNC atingiu 101,2 pontos no terceiro trimestre do ano¹⁵, observando-se melhora nos componentes referentes aos estoques atuais e às perspectivas de contratação de funcionários.

A retomada da economia foi reforçada pela reação do setor de serviços não financeiros, que expandiu 2,1% no trimestre encerrado em agosto, após retração de 0,1% no trimestre anterior – dados dessazonalizados – de acordo com a PMS do IBGE. A evolução do setor, cujo crescimento foi sustentado pelos segmentos de serviços prestados às famílias,

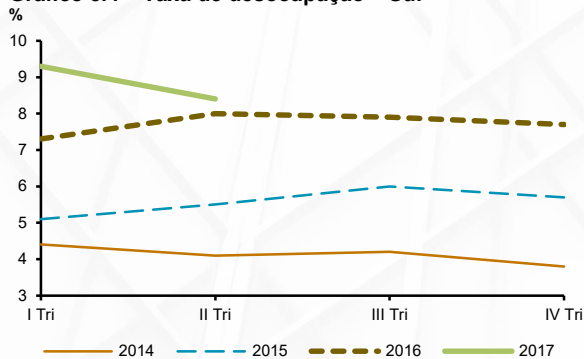
15/ 100 pontos indicam neutralidade.

às empresas e de transporte, mostrou-se consistente com a recuperação do consumo e com o aumento da produção industrial.

O maior volume da prestação de serviços levou ao crescimento da ocupação no setor terciário, contribuindo para mitigar a queda do emprego formal. No trimestre finalizado em agosto, foram eliminados 8,7 mil postos, ante extinção de 47,5 mil em igual período de 2016, de acordo com o Caged/MTb, resultado que destacou a eliminação de vagas na construção civil. Sinalizando o esgotamento do processo de distensão do mercado de trabalho, o nível de emprego formal apresentou acomodação no trimestre até agosto, na comparação com o encerrado em maio, dados dessazonalizados.

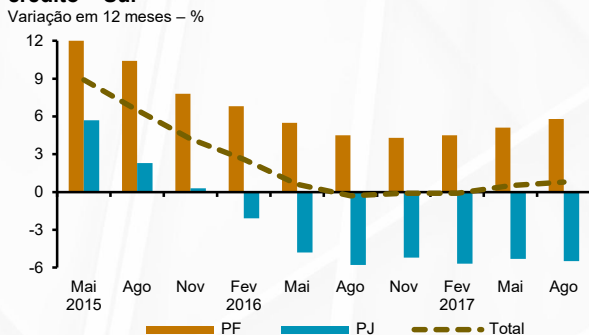
À eliminação de vagas de emprego com carteira assinada, contrapôs-se o crescimento de 0,7% na ocupação total no segundo trimestre, na comparação com o primeiro, influenciado pelo aumento da ocupação de trabalhadores por conta própria, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE. Esse resultado, somado à retração de 0,2% na força de trabalho, implicou recuo da taxa de desocupação, de 9,3% para 8,4% nessa mesma base de comparação. Note-se que apesar da taxa situar-se abaixo da observada para as demais regiões (média de 13,0% no país), ainda se encontra significativamente acima da média histórica¹⁶ para o Sul (5,6%), indicando a ausência de pressão sobre o custo da mão de obra. Na margem, o rendimento médio real recuou 1,0%, enquanto a massa salarial real permaneceu estável, favorecida pelo aumento na ocupação.

Gráfico 5.4 – Taxa de desocupação – Sul



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

16/ A pesquisa teve início em 2012.

17/ Consideram-se operações acima de R\$ 1 mil.

Tabela 5.1 – Produção agrícola – Sul
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2016	2017	
Grãos	73,2	73 395	85 351	16,3
Soja	45,4	35 375	40 992	15,9
Milho	11,9	21 147	27 515	30,1
Arroz (em casca)	9,3	8 663	10 033	15,8
Trigo	3,6	6 121	4 571	-25,3
Feijão	2,5	801	949	18,5
Outras lavouras				
Fumo	7,8	667	855	28,2
Cana-de-açúcar	3,7	48 601	47 184	-2,9
Mandioca	2,8	5 367	4 632	-13,7
Maçã	1,7	1 039	1 246	19,9
Uva	1,5	499	1 079	116,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2017.

Tabela 5.2 – Produção industrial – Sul
Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2017		12 meses	
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}		
Indústria geral	100,0	-1,8	0,9	1,8	
Produtos alimentícios	19,7	-3,7	1,5	1,9	
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	-1,9	-5,2	7,7	
Máquinas e equipamentos	8,8	0,6	-0,5	18,5	
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-1,2	4,6	-12,0	
Outros produtos químicos	5,7	-0,1	2,6	-0,4	

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.3 – Comércio exterior – Sul
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2016	2017	Var. %
Exportações	29 975	33 625	12,2
Básicos	15 471	16 737	8,2
Industrializados	14 505	16 888	16,4
Semimanufaturados	2 813	3 148	11,9
Manufaturados	11 692	13 740	17,5
Importações	21 607	24 923	15,3
Bens de capital	2 800	2 949	5,3
Bens intermediários	13 760	15 519	12,8
Bens de consumo	955	1 457	52,6
Combustíveis	1 505	2 252	49,6
Saldo comercial	8 368	8 702	4,0

Fonte: MDIC/Secex

expandiram 1,0% no trimestre, com destaque para financiamentos imobiliários e crédito consignado.

No âmbito dos indicadores oferta, os resultados positivos da agricultura tendem a favorecer os demais setores, seja pelo aumento da demanda em função da renda agrícola, seja pelo encadeamento no processo produtivo. A safra de grãos no Sul foi estimada em 85,4 milhões de toneladas, conforme LSPA de setembro do IBGE (35,3% da produção nacional), elevando-se 16,3% em relação à de 2016, com destaque para os incrementos expressivos nas colheitas de soja, milho, arroz e feijão. Dentre outras lavouras, sobressaiu o aumento da produção de fumo, cultura relevante no produto agrícola regional.

A produção industrial cresceu 0,9% no trimestre finalizado em agosto, após recuo de 1,8% no trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE, sobressaindo os impactos decorrentes da fabricação de coque, de produtos alimentícios e de derivados do petróleo e biocombustíveis. A oscilação da produção na margem é consistente com o processo de ajuste de estoques e retomada do setor, já visível na avaliação em doze meses, que apresentou crescimento pelo quarto mês, atingindo 1,8% em agosto. Essa melhora é reforçada pelo otimismo dos empresários industriais – o Ipei somou 53,9 pontos¹⁸ no terceiro trimestre. O setor ainda mantém elevado grau de ociosidade – o Nuci assinalou média de 75,7% no trimestre até agosto, ligeiramente acima do observado em maio, 75,1%, dados dessazonalizados¹⁹.

O comércio internacional da região apresentou *superavit* de US\$8,7 bilhões nos primeiros nove meses de 2017, segundo o MDIC, 4,0% superior ao do mesmo período de 2016, sustentado, sobretudo, por ampliações no *quantum* transacionado. Houve incrementos de 12,2% nas exportações (4,2% nos preços e 7,6% em quantidade), destacando-se os embarques de automóveis, carne de frango, soja e carne suína. As importações aumentaram 15,3% no mesmo período (11,1% no *quantum* e 3,9% em preços), com ênfase nas aquisições de óleos combustíveis (exceto gasolinas para automóvel), naftas, automóveis e adubos e fertilizantes.

Na esfera fiscal, a recuperação gradativa da economia ainda não impactou sensivelmente o resultado primário consolidado da região, que assinalou

18/ 50 pontos indicam neutralidade.

19/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para 2010.

Tabela 5.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

R\$ milhões

UF	Dezembro de 2016			Agosto de 2017		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
PR	16 974	-1 416	357	12 180	-1 804	-543
RS	76 545	430	7 585	78 650	1 045	4 043
SC	12 440	-476	968	11 780	-263	747
Total (A)	105 960	-1 461	8 910	102 610	-1 022	4 247
Brasil^{4/} (B)	766 579	-1 791	75 866	757 485	-11 908	39 002
(A/B) (%)	13,8	81,6	11,7	13,5	8,6	10,9

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.5 – IPCA – Sul

Variação % no período

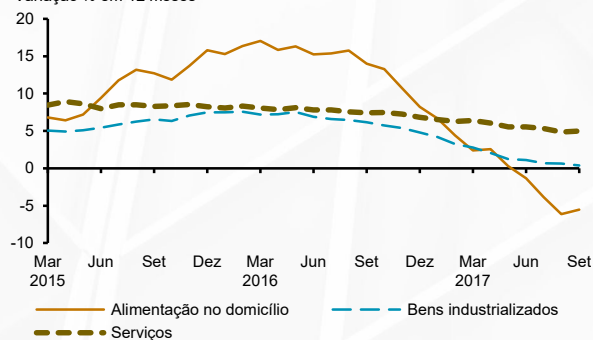
Discriminação	Pesos ^{1/}	2016				2017			
		IV Tri				I Tri			
IPCA	100,0	0,44	0,84	0,33	0,61				
Livres	75,5	0,76	0,63	0,15	-0,48				
Alimentação no domicílio	16,2	-0,55	-0,22	-1,47	-3,37				
Bens industrializados	25,4	0,52	-0,06	0,21	-0,21				
Serviços	33,9	1,63	1,58	0,95	0,75				
Monitorados	24,5	-0,59	1,52	0,91	4,12				
Principais itens									
Alimentação	25,1	0,13	0,62	-0,73	-2,16				
Habitação	15,6	-1,30	1,47	0,51	2,46				
Artigos de residência	4,3	-0,24	-0,06	-0,64	-0,40				
Vestuário	6,5	1,24	-1,25	1,99	-0,69				
Transportes	18,6	1,03	-0,66	-0,20	3,53				
Saúde	11,9	1,23	2,39	2,25	0,80				
Despesas pessoais	10,4	1,87	1,25	0,52	1,02				
Educação	4,2	0,15	5,98	0,50	0,26				
Comunicação	3,4	0,14	0,58	1,17	0,03				

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2017.

Gráfico 5.6 – Evolução dos preços livres – Sul

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

redução do *superavit* acumulado em doze meses até agosto, comparativamente ao observado no ano de 2016. Apesar da piora no resultado primário, houve redução de 52,3% no *deficit* nominal, para R\$4,2 bilhões, repercutindo a queda de 49,2% no montante de juros apropriados, movimento decorrente da renegociação do pagamento de encargos da dívida contraída com a União e da menor variação do índice de preços. Com isso, a dívida líquida regional recuou 3,2%, para R\$102,6 bilhões.

Em relação à inflação, o IPCA na região²⁰ acelerou para 0,61% no terceiro trimestre do ano, após alta de 0,33% no segundo. Essa elevação decorreu da alta dos preços dos monitorados, e queda nos preços livres, reforçando a evolução benigna da inflação. No segmento de monitorados, a variação ressaltou os reajustes na gasolina e energia elétrica residencial. O segmento de livres repercutiu principalmente as quedas nos preços de alimentação no domicílio – leites e derivados, tubérculos e carnes. Em doze meses, a variação do IPCA reduziu, de 2,44% em junho para 2,24% em setembro, favorecida pela desaceleração nos preços livres – destaque para a variação negativa do grupo alimentação no domicílio –, a despeito de elevações nos monitorados. Reforçando o comportamento benigno da inflação, o índice de difusão registrou menor disseminação nos reajustes de preços, recuando para 44,4% no terceiro trimestre, ante 48,9% no anterior e 54,6% no mesmo período de 2016

Prospectivamente, a evolução favorável dos preços e das taxas de juros devem seguir impactando positivamente a economia do Sul. Nesse contexto, a ampliação da ocupação, ainda que incipiente, tende a sustentar a expansão do consumo das famílias, confirmando a recuperação do setor de serviços, a elevação nas vendas do comércio e o ajuste dos estoques.

20/ Calculada com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

5.1 – Paraná

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná

Dados dessazonalizados

Média móvel trimestral (2002 = 100)

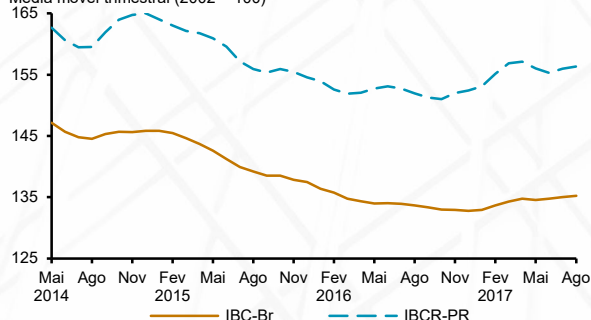
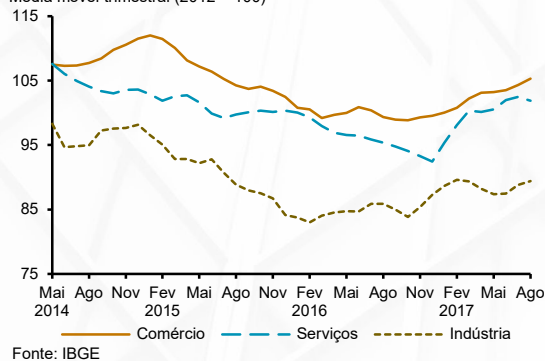


Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PR

Dados dessazonalizados

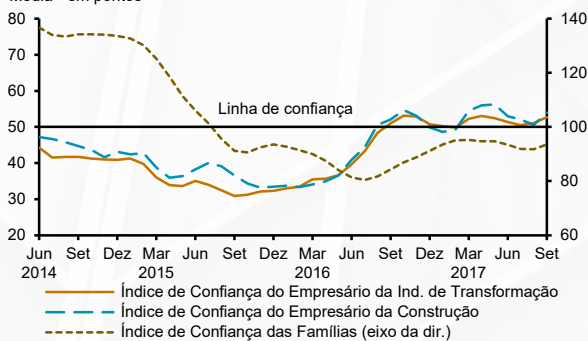
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 5.1.3 – Confiança dos agentes – Paraná

Média - em pontos



Fontes: Fiep e Fecomércio-PR

O PIB estadual cresceu 1,6% no primeiro semestre de 2017, em relação a igual período do ano anterior, segundo estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades), repercutindo expansões no valor adicionado da agropecuária (13,6%) e da indústria (1,3%), e recuo no de serviços (0,8%). Observou-se desaceleração no crescimento da atividade na passagem do primeiro para o segundo trimestre (2,5% e 0,1%, na ordem, na mesma base de análise), refletindo principalmente a menor geração de energia elétrica, em decorrência da escassez de chuvas. Dados mais recentes evidenciaram continuidade da retomada econômica. O IBCR-PR avançou 0,2% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando expandira 0,6%, de acordo com os dados dessazonalizados, condizente com o processo de recuperação gradual da atividade, após o impulso observado no primeiro semestre devido à boa safra agrícola.

Os indicadores de demanda evoluem de modo consistente com o cenário de recuperação. Observou-se expansão de 3,9% no volume de vendas do comércio ampliado no trimestre encerrado em agosto (1,7% no finalizado em maio), com sete dos dez segmentos pesquisados apresentando variações positivas – dados dessazonalizados da PMC do IBGE. A expansão foi favorecida pelos crescimentos na massa de rendimentos e nas operações de crédito, aliados, ainda, à liberação dos recursos das contas inativas do FGTS. Desconsiderados os desempenhos de veículos e motocicletas e de material de construção, o volume de vendas no comércio varejista aumentou 2,0% no período (2,4% no trimestre anterior),

Na mesma direção, o volume de serviços cresceu 1,4% no trimestre de referência, após expansão de 2,5% no anterior, segundo a série dessazonalizada da PMS do IBGE. A alta refletiu a maior intensidade na recuperação da demanda doméstica (serviços prestados às famílias, 8,5%, e atividades turísticas, 2,4%), cujo impacto sobrepôs-se ao da menor expansão em serviços de transporte (4,1%), após colheita de safra recorde de grãos.

Apesar da evolução favorável da demanda, os consumidores mantiveram-se cautelosos. A intenção de consumo das famílias curitubanas permaneceu estável na média do terceiro trimestre, comparativamente ao anterior. O ICF, divulgado

Gráfico 5.1.4 – Ocupação, rendimento e massa no Paraná – Variação interanual no trimestre

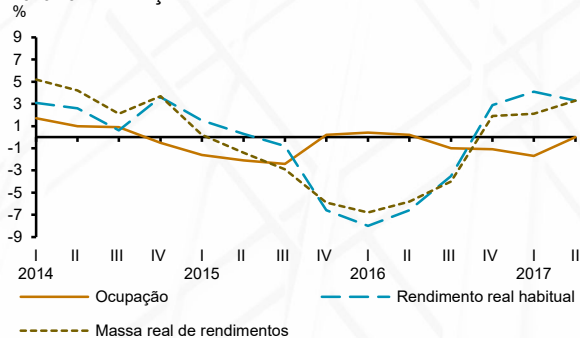


Gráfico 5.1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

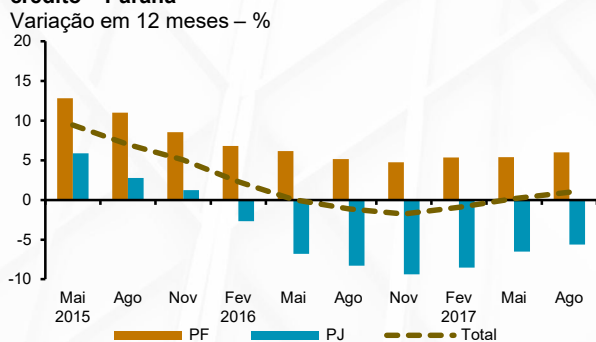


Tabela 5.1.2 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2017		
		Mai ^{2/}	Ago ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-2,5	2,3	2,9
Produtos alimentícios	22,7	-7,6	4,4	3,3
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-2,2	5,6	-12,5
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	0,6	-9,0	13,1
Máquinas e equipamentos	6,7	7,3	-3,3	57,2
Celulose e prod. papel	5,5	1,3	9,4	-0,1
Outros produtos químicos	4,7	-5,1	10,6	-3,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

pela Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR), alcançou média de 93,5 pontos no terceiro trimestre, permanecendo abaixo do nível de neutralidade de 100 pontos, resultado que se mostra consistente com os dados de emprego na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

O mercado formal de trabalho, sinalizando esgotamento do processo de distensão, registrou eliminação de 1,4 mil postos no trimestre encerrado em agosto, ante redução de 12,2 mil em igual período do ano anterior, conforme dados do Caged/MTb. Destaque-se a abertura de vagas no interior do estado, especialmente em regiões de grande produção agropecuária. Nesse ambiente, a taxa de desocupação atingiu 8,9% no segundo trimestre (8,2% em igual período do ano anterior); o rendimento médio habitual real e a massa salarial real aumentaram 3,3%, na mesma base de comparação, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE.

O mercado de crédito segue condicionado às perspectivas de recuperação das finanças das famílias e de evolução favorável do nível de alavancagem das firmas. Nesse contexto, o saldo das operações superiores a R\$1 mil avançou 0,3% no trimestre, influenciado pelo aumento nas contratações com pessoas físicas, 1,3%, especialmente nas modalidades financiamentos imobiliários e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas recuou 1,2%, impactada pelo menor volume de financiamentos com recursos do BNDES e pelo crédito destinados a capital de giro. A inadimplência total alcançou 3,2% da carteira, mantendo-se relativamente estável em comparação ao trimestre anterior.

No âmbito da oferta, destaca-se a produção de grãos, que deverá expandir 17,9% em 2017, de acordo com o LSPA de setembro do IBGE, ressaltando-se aumentos expressivos nas colheitas de soja (16,4%), milho (32,1%) e feijão (21,0%). Contudo, impactado pela redução dos preços, o VBP agrícola diminuirá 3,9% em 2017, conforme estimativa de setembro do Mapa.

A produção industrial, com comportamento misto e flutuações na margem, cresceu 2,3% no trimestre encerrado em agosto, ante recuo de 2,5% no finalizado em maio, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Verificou-se aumento na produção em nove dos treze setores pesquisados, destacando-se produtos alimentícios (4,4%), coque, derivados de petróleo e biocombustíveis (5,6%), e celulose, papel e produtos de papel (9,4%).

O Índice de Confiança da Indústria de Transformação (ICIT), elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), registrou média de 52,7 pontos no terceiro trimestre (51,4 no anterior). A permanência do indicador em patamar superior, porém próximo ao nível de indiferença (50 pontos) mostra-se compatível com a retomada gradual da atividade fabril (Gráfico 5.1.3).

Tabela 5.1.3 – Comércio exterior – Paraná

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões		
	2016	2017	Var. %
Exportações	11 850	13 953	17,7
Básicos	6 077	7 005	15,3
Industrializados	5 772	6 948	20,4
Semimanufaturados	1 421	1 863	31,1
Manufaturados	4 351	5 085	16,9
Importações	8 213	8 712	6,1
Bens de capital	1 060	1 054	-0,6
Bens intermediários	5 357	5 165	-3,6
Bens de consumo	1 013	988	-2,5
Combustíveis	783	1 505	92,2
Saldo comercial	3 637	5 241	44,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.1.4 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2016	2017		
		IV Tr	I Tr	II Tr	III Tr
IPCA	100,0	0,28	1,02	0,24	0,98
Livres	75,6	0,39	0,43	-0,06	-0,33
Alimentação no domicílio	14,7	-1,56	-1,47	-1,22	-3,32
Bens industriais	26,5	-0,19	0,63	-0,59	0,11
Serviços	34,5	1,78	1,14	0,85	0,63
Monitorados	24,4	-0,09	3,05	1,25	5,30

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2017.

O comércio exterior continua favorecendo a retomada gradual da atividade econômica, haja vista o aumento de 44,1% do saldo da balança comercial no acumulado do ano até setembro em relação ao verificado no mesmo período de 2016. As exportações expandiram 17,7%, alcançando US\$14 bilhões, com destaque para os aumentos nas vendas de soja (28,3%), em produtos básicos; automóveis de passageiros (76,1%), em manufaturados; e celulose (102,1%), em semimanufaturados. Nessa base de comparação, as importações avançaram 6,1%, com ênfase nas aquisições de combustíveis (óleos combustíveis, 126%, e gasolina, 254%). Os principais parceiros comerciais do Paraná foram China, Argentina e Estados Unidos da América (EUA), ressaltando-se no período o crescimento nas vendas de soja para a China (25%) e de automóveis para a Argentina (45,8%).

A variação dos preços na RMC acelerou na passagem do segundo para o terceiro trimestre, refletindo o recrudescimento nos preços monitorados, parcialmente compensado pela deflação em alimentação no domicílio – ressaltam-se os recuos nos preços de feijão (11,89%), açúcar (7,61%) e alimentos *in natura* (6,52%). Dentre os monitorados, destaque-se a variação de 16,65% no preço de gasolina e de 12,11% em energia elétrica, com contribuições respectivas de 0,64 p.p. e 0,44 p.p. para o resultado trimestral. O índice de difusão situou-se em 42,9% no trimestre, ante 46,2% no anterior e 51,2% em igual período de 2016. A variação acumulada em doze meses no IPCA da RMC subiu de 2,04% em junho para 2,55% em setembro.

5.2 – Rio Grande do Sul

Tabela 5.2.1 – PIB e VAB – I trimestre de 2017

Discriminação	Trimestral ^{1/}	Interanual ^{2/}	Variação %
			Acum. em 4 trimestres
PIB	0,6	0,0	-2,0
VAB	0,8	0,2	-1,5
Agropecuária	4,7	3,5	-1,0
Indústria	1,0	-1,0	-2,6
Serviços	0,7	-0,1	-1,3
Impostos	1,4	-1,7	-4,9

Fonte: FEE

1/ Taxa trimestre contra anterior, dados dessazonalizados.

2/ Taxa trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior.

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2002 = 100)

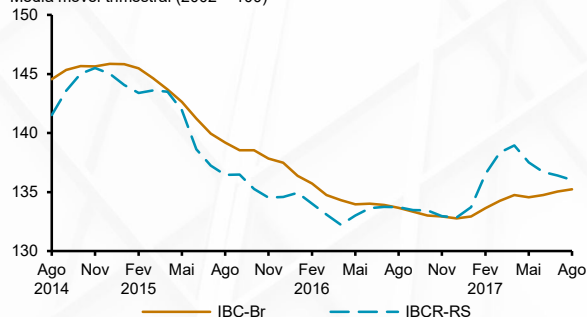
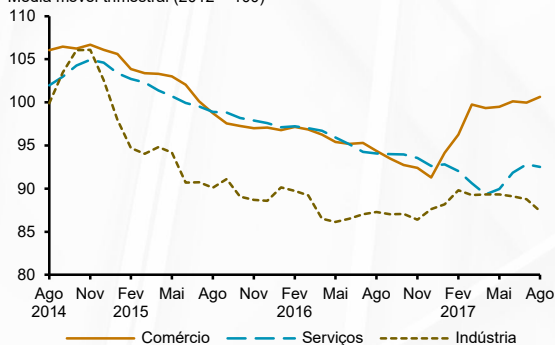


Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

O PIB do estado cresceu 0,7% no segundo trimestre deste ano, em relação ao anterior, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Considerando o crescimento acumulado em quatro trimestres, o produto gaúcho aumentou 0,2% – após dez trimestres com resultados negativos – enquanto o país acumulou retração de 1,4%. Dados mais recentes apontam para a oscilação do nível da atividade na margem, com o IBCR-RS recuando 1,1% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando crescera 0,7%, segundo dados dessazonalizados.

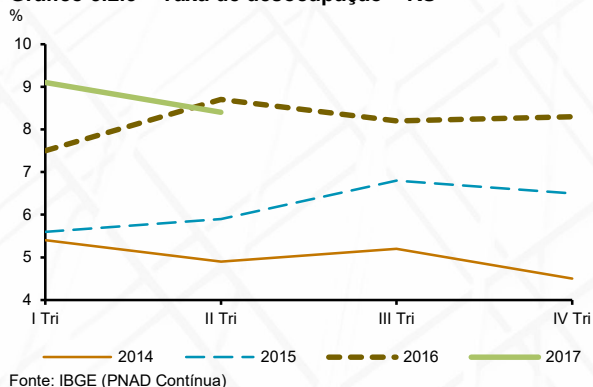
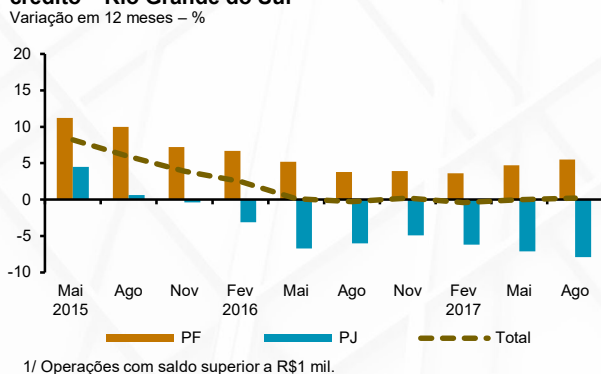
Os indicadores de demanda contribuíram positivamente para a dinamização da economia. As vendas do comércio ampliado cresceram 1,9% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio (6%), impulsionadas, principalmente, pelo comércio de veículos e materiais de construção, segundo a PMC do IBGE.

Dados antecedentes do comércio, apontam continuidade dessa expansão. Considerado o trimestre até setembro, o licenciamento de veículos e comerciais leves aumentou 5,5% ante o trimestre anterior, dados dessazonalizados da Fenabreve, consistindo na terceira alta em sequência. Apesar dessa reação, incertezas quanto à manutenção do ritmo de crescimento do consumo das famílias no próximo trimestre levou ao recuo na confiança dos empresários do setor – o Icec diminuiu 2,7 pontos, para 97,4 pontos em setembro²¹.

O aumento no volume de prestação de serviços não financeiros foi mais intenso do que a atividade comercial e, após dez trimestres de resultados negativos, variou 2,9% no trimestre até agosto, na comparação com o anterior, quando recuara 2,3%, segundo dados da PMS do IBGE. O desempenho na margem foi influenciado, em especial, pelos serviços profissionais, administrativos e complementares.

O mercado de trabalho amenizou o ritmo de demissões, com extinção de 12 mil postos formais no trimestre finalizado em agosto (-24,2 mil vagas em igual trimestre de 2016), de acordo com o Caged/MTb. A redução no emprego foi maior na indústria de transformação e decorreu, em especial, de comportamento sazonal da indústria fumageira.

21/ 100 pontos indicam neutralidade.

Gráfico 5.2.3 – Taxa de desocupação – RS**Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}****Tabela 5.2.3 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul**
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2017/2016
		Produção ^{2/} 2016	2017	
Grãos	75,7	31 915	36 631	14,8
Soja	47,2	16 210	18 744	15,6
Arroz	18,5	7 493	8 733	16,5
Milho	6,6	4 730	6 063	28,2
Trigo	2,1	2 542	2 087	-17,9
Feijão	0,7	88	99	12,5
Outras lavouras				
Fumo	9,0	325	414	27,4
Mandioca	3,3	1 093	1 063	-2,7
Uva	2,4	414	957	131,2
Maçã	1,7	485	578	19,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2017.

A taxa de desocupação retraiu para 8,4% no segundo trimestre do ano, ante 9,1% no anterior, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE, repercutindo a diminuição da força de trabalho e o crescimento na ocupação. A ampliação do emprego ocorreu com mais intensidade no segmento de trabalhadores por conta própria, contribuindo para decréscimo no rendimento médio real na margem.

O fato de o desemprego situar-se acima de sua taxa histórica para a pesquisa (6,1%), ajuda a explicar o baixo nível da intenção de consumo dos gaúchos – o ICF, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), totalizou 74,2 pontos no terceiro trimestre, posicionando-se na área que denota pessimismo dos consumidores (abaixo de 100 pontos).

O mercado de crédito recuou na margem, resultado que refletiu o desempenho das operações no segmento de pessoas jurídicas. Somando R\$195,6 bilhões em agosto, as operações de crédito no estado variaram -0,8% no trimestre e 0,2% em doze meses. No trimestre, a carteira de pessoas jurídicas retraiu 2,8%, repercutindo, em especial, a queda no volume de empréstimos ao comércio atacadista, exceto veículos e motocicletas, e com a indústria de alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto. As operações com as pessoas físicas cresceram 0,4% no trimestre, destacando os incrementos em financiamentos imobiliário e crédito consignado.

No âmbito da oferta, a produção agrícola gaúcha está estimada em 36,6 milhões de toneladas em 2017 (15,1% da produção nacional), de acordo com o LSPA de setembro, elevando-se 14,8% no ano, com destaque para os aumentos nas produções de soja, milho e arroz, e, dentre outras culturas, do fumo e da uva. Para 2018, ressaltou-se o atraso no plantio da lavoura de arroz, e a previsão de redução de área plantada, em função de aumento dos custos de produção e preços de comercialização menos atrativos.

O efeito sobre os preços internacionais da grande produção agrícola global limitou o aumento do VBP real dos principais produtos da safra, que poderá se reduzir 3,6% em 2017, conforme projeção do Mapa, havendo previsão de queda, em especial, nas rendas relativa às culturas de trigo, feijão e milho.

No setor fabril, a produção recuou pelo segundo

Tabela 5.2.4 – Comércio exterior – RS
Janeiro-setembro

Discriminação	2016	2017	US\$ milhões
			Var. %
Exportações	12 483	13 240	6,1
Básicos	6 878	6 922	0,6
Industrializados	5 605	6 318	12,7
Semimanufaturados	1 179	1 025	-13,1
Manufaturados	4 426	5 293	19,6
Importações	5 823	6 959	19,5
Bens de capital	904	994	10,0
Bens intermediários	3 471	4 153	19,6
Bens de consumo	329	342	4,0
Combustíveis	711	737	3,7
Saldo comercial	6 660	6 281	-5,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.2.5 – IPCA – RMPA

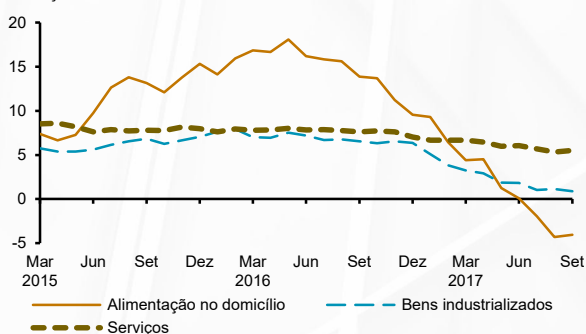
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2016	2017		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	0,58	0,66	0,42	0,28
Livres	75,9	1,11	0,81	0,33	-0,60
Alimentação no domicílio	18,1	0,27	0,75	-1,66	-3,43
Bens industrializados	24,4	1,25	-0,73	0,86	-0,49
Serviços	33,5	1,48	2,01	1,05	0,86
Monitorados	24,1	-1,04	0,19	0,70	3,07

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2017.

Gráfico 5.2.5 – Evolução dos preços livres – RMPA

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

trimestre consecutivo, variando -2,2% até agosto (-0,5% até maio), conforme a PIM-PF Regional do IBGE. Essa evolução refletiu a desaceleração mais intensa na fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis – pela suspensão judicial de parte da produção de gasolina na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) em agosto – e de celulose, pela interrupção na produção de uma planta industrial, decorrente de acidente numa das caldeiras. Em doze meses, houve aumento de 0,4% na produção industrial, revertendo a queda acumulada para essa base de comparação desde agosto de 2014. Essa perspectiva de recuperação da atividade, ainda que gradual, contribuiu para manter o otimismo dos empresários do setor – o Icei da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) atingiu 54,7 pontos²² no trimestre encerrado em agosto.

O *superavit* da balança comercial do estado alcançou US\$6,3 bilhões no acumulado até setembro de 2017, com acréscimos nas vendas e nas compras, externas decorrentes, sobretudo, dos volumes transacionados. Houve aumentos de 6,1% nas exportações (4,2% no *quantum* e 1,8% em preços) e de 19,5% nas importações (12,9% no *quantum* e 5,8% em preços). Destacaram-se os incrementos nas vendas de automóveis (Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia e Paraguai) e nas compras de naftas, automóveis e adubos e fertilizantes.

O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) desacelerou para 0,28% no terceiro trimestre (0,42% no segundo). Esse resultado foi condicionado pela deflação dos preços livres – repercutindo quedas em alimentação no domicílio (tubérculos e leites e derivados) e de bens industrializados (automóvel novo e usado) – e pela aceleração nos monitorados (gasolina). Em doze meses, o IPCA da RMPA acumulou alta de 1,95% em setembro, ante 2,82% em junho, favorecido pela trajetória dos preços livres, em particular pelo choque favorável dos preços da alimentação. Corroborando o cenário benigno da evolução de preços, o índice de difusão declinou para 44,2%, ante 51,6% no segundo trimestre e 51,7% em igual intervalo de 2016.

22/ 50 pontos indicam neutralidade.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

6

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	2016		2017			%
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago	
Brasil	-0,2	-0,5	0,5	0,7	0,5	
Norte	-0,1	-2,4	1,0	1,6	1,7	
Nordeste	-0,6	-0,3	0,1	1,3	-0,7	
Centro-Oeste	-1,3	0,1	1,2	0,9	2,1	
Sudeste	-0,5	-1,3	0,2	0,4	0,9	
Sul	0,2	-0,6	2,3	0,9	0,1	

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2016		2017		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Comércio varejista					
Brasil	-1,7	-1,2	2,1	1,1	1,1
Norte	-2,5	-1,8	2,2	2,6	2,2
Nordeste	-1,9	0,1	0,9	0,9	0,7
Centro-Oeste	-1,7	-1,8	0,3	-1,6	1,0
Sudeste	-0,5	-1,2	0,5	0,7	2,6
Sul	-0,3	-0,8	4,3	3,5	1,2
Comércio ampliado					
Brasil	-3,0	-0,7	2,8	1,4	2,9
Norte	-3,0	-0,7	2,2	3,7	2,0
Nordeste	-2,2	-0,3	2,0	1,0	2,3
Centro-Oeste	-2,7	-1,6	1,8	0,7	1,0
Sudeste	-3,0	-0,8	2,3	0,1	3,4
Sul	-0,7	-1,1	4,3	5,7	2,4

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

As trajetórias recentes dos principais indicadores econômicos fortalecem as perspectivas de retomada moderada da atividade, conforme divulgadas no Boletim Regional anterior. Apesar disso, ainda persistem algumas oscilações nos resultados na margem, sobretudo nas avaliações regionais, movimento compatível com o gradualismo no processo de recuperação econômica.

Nesse contexto, dados dessazonalizados do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) mostraram expansão pelo terceiro trimestre em sequência, atingindo 0,5%²³ no encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio. Regionalmente, apenas o Nordeste assinalou recuo da atividade na margem, repercutindo o fraco desempenho do setor de serviços e os menores crescimentos da produção industrial e do comércio varejista, comparativamente às respectivas médias para o país.

Nas demais regiões, a economia foi beneficiada pela produção industrial e pelas vendas do varejo, sobretudo no Norte e no Sudeste. O maior dinamismo da atividade no Centro-Oeste decorreu, em especial, da apropriação da produção agrícola (colheita de milho). No Sul, apesar do crescimento da atividade abaixo da média nacional, destacaram-se as vendas do comércio ampliado e, principalmente, a elevação do volume de serviços prestados.

As vendas do comércio ampliado intensificaram-se no trimestre encerrado em agosto, comparativamente ao findo em maio. Essa trajetória mostra-se consistente com o comportamento favorável da inflação, a redução da taxa de desemprego e a ampliação do crédito às famílias, além da continuidade dos efeitos da liberação de recursos extraordinários do FGTS. Houve aumentos das vendas em todas as regiões, destacando-se o Sudeste (3,4%), com avanço em sete das dez atividades pesquisadas, principalmente a de veículos, peças e motocicletas. Note-se que a expansão desse segmento também

23/ Os resultados do IBC-Br não representam a média dos indicadores regionais, haja vista que os índices são calculados de forma independente, e o indicador nacional incorpora os impostos sobre produtos. Adicionalmente, ressalte-se que após dessazonalizados os dados não mantêm o princípio da aditividade.

impactou positivamente o comércio do Sul, Nordeste e Centro-Oeste. A retomada das vendas condicionou as expectativas dos empresários do comércio no terceiro trimestre – o Icec, divulgado pela CNC, manteve-se em zona que indica otimismo nas avaliações no Sul e no Nordeste. No Sudeste, apesar do avanço no trimestre, o indicador ainda se manteve abaixo da linha de confiança.

No setor de serviços, os resultados na margem sugerem possível inflexão da tendência, corroborando a perspectiva recuperação da demanda doméstica. Nesse sentido, após registrar recuo no trimestre encerrado em maio, o volume de serviços não financeiros aumentou 1,1% no finalizado em agosto. Com exceção do Nordeste, as regiões mostraram crescimento nas atividades do setor de serviços, após os recuos assinalados no trimestre até maio. Destacou-se no resultado recente, a ampliação da prestação de serviços no Sul (2,1%), especialmente nas atividades de serviços profissionais, administrativos e complementares; os prestados às famílias; os serviços de transportes; e serviços auxiliares aos transportes e correio.

A trajetória do mercado de crédito segue vinculada à continuidade do processo de recuperação das finanças das famílias e da evolução favorável do nível de alavancagem das empresas. Nesse sentido, o estoque das operações de crédito²⁴ realizadas no país recuou 0,4% no trimestre encerrado em agosto, revelando dinamismos diferentes da carteira de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que variaram, 1,5% e -2,5% no período, respectivamente. O crédito para as famílias, em cenário de ampliação do emprego e da renda real, apresentou crescimento em todas as regiões. Ressalte-se, além das operações de financiamento imobiliário e de crédito pessoal (consignado ou não), a reação dos financiamentos de veículos, especialmente no Centro-Oeste e no Nordeste. O recuo no saldo de pessoas jurídicas repercutiu, fundamentalmente, as reduções observadas no Sudeste (3,0%) e no Centro-Oeste (2,6%), com retrações mais significativas nos empréstimos com recursos do BNDES e de capital de giro.

O mercado de trabalho, evidenciando retomada do emprego, ainda que incipiente, registrou geração de 81,2 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em agosto, comparativamente à eliminação de 230,8 mil postos em igual período de 2016, de acordo com o Caged/MTb. A expansão do

Tabela 6.3 – Volume de serviços

Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2016		2017		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	-0,8	-2,4	0,1	-1,4	1,1
Norte	-3,8	-3,6	-2,2	-0,7	0,5
Nordeste	-1,5	-1,6	0,9	-4,5	-0,9
Centro-Oeste	-2,3	-5,8	0,7	-0,4	0,2
Sudeste	-1,1	-2,4	0,4	-0,6	0,2
Sul	-1,5	-1,7	0,4	-0,1	2,1

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.4 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Agosto de 2017

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 415	1 587	3 003	-2,5	1,5	-0,4	-8,4	4,9	-1,8
Norte	40	77	117	-0,4	2,0	1,2	-7,1	4,8	0,4
Nordeste	148	252	399	-1,3	2,0	0,8	-7,7	5,3	0,1
Centro-Oeste	129	204	332	-2,6	1,4	-0,2	-3,1	6,6	2,6
Sudeste	872	734	1 605	-3,0	1,6	-0,9	-10,0	4,0	-4,1
Sul	227	321	549	-2,0	1,0	-0,3	-5,5	5,8	0,8

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 6.5 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2016		2017		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	-219,7	-230,8	-467,6	30,5	81,2
Norte	-10,2	-16,8	-30,4	-8,8	10,5
Nordeste	-16,4	8,2	-134,2	-30,2	31,6
Centro-Oeste	-1,7	-39,8	-12,7	16,5	25,2
Sudeste	-144,0	-179,5	-264,6	56,4	22,7
Sul	-47,5	-2,9	-25,7	-3,3	-8,7

Fonte: MTb

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

24/ Consideraram-se as operações superiores a R\$1 mil.

Tabela 6.6 – Taxa de desocupação

Discriminação ^{1/}	2016			2017		%
	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri	
Brasil	11,3	11,8	12,0	13,7	13,0	
Norte	11,2	11,4	12,7	14,2	12,5	
Nordeste	13,2	14,1	14,4	16,3	15,8	
Centro-Oeste	9,7	10,0	10,9	12,0	10,6	
Sudeste	11,7	12,3	12,3	14,2	13,6	
Sul	8,0	7,9	7,7	9,3	8,4	

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

Tabela 6.7 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	(Fluxo 12 meses)	
	Ago/2016	Ago/2017
Norte	- 146	-1 752
Nordeste	5 174	-5 029
Centro-Oeste	-2 352	-364
Sudeste	-4 760	-3 740
Sul	- 114	-1 022
Total	-2 199	-11 908

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

(-) *superavit* (+) *deficit*

Tabela 6.8 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}
Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação %
		2016	2017	
Brasil	100,0	185,8	242,0	30,3
Norte	3,8	7,0	8,7	23,4
Nordeste	6,2	9,6	18,0	87,1
Centro-Oeste	40,1	75,1	106,0	41,1
Sudeste	11,9	20,6	24,0	16,5
Sul	38,0	73,4	85,4	16,3

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2016.

3/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2017.

emprego ocorreu em todas as regiões, com exceção do Sul, onde repercutiu, em especial, a eliminação de vagas na construção civil. O Nordeste assinalou o melhor resultado, com ênfase na criação de vagas na agropecuária e na indústria de transformação. O Centro-Oeste e o Sudeste assinalaram geração líquida de postos pelo segundo trimestre em sequência, destacando-se a transformação e a construção civil, no primeiro, e o comércio e a agropecuária, no segundo. No Norte, sobressaiu o aumento do emprego formal na indústria de transformação, após recuo no trimestre anterior.

A taxa de desocupação, divulgada pela PNAD Contínua, do IBGE, interrompeu trajetória de crescimento na margem, indicando inflexão da tendência, e atingindo 13,0% no segundo trimestre, ante 13,7% no primeiro. Essa evolução foi generalizada e decorrente do aumento da população ocupada em todas as regiões. Na avaliação interanual a taxa de desocupação do segundo trimestre ainda é superior à de 2016 para todas as regiões. Note-se, que esse comportamento foi observado mesmo com a ampliação da população ocupada no Centro-Oeste, Sudeste e Sul, para o mesmo período.

O ajuste em curso das contas públicas dos entes subnacionais permaneceu impactando o resultado fiscal, que totalizou *superavit* primário consolidado de R\$11,9 bilhões em doze meses até agosto de 2017, ante R\$2,2 bilhões em igual intervalo encerrado em agosto de 2016. Essa trajetória refletiu, em grande parte, a reversão de *deficit* para *superavit* no Nordeste. O resultado primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios, associado à menor variação dos indexadores das dívidas regionais, levou à redução da dívida líquida dos governos subnacionais, que alcançou R\$757,5 bilhões em agosto (R\$766,6 bilhões para o exercício de 2016).

Sob a ótica da oferta, a produção agrícola de 2017 constitui-se fator importante para a recuperação da economia nas diversas regiões. Já em fase final de colheita, a safra anual de grãos deste ano deverá atingir recorde – 242 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de setembro do IBGE, 30,3% acima da de 2016. Nas duas maiores regiões produtoras de grãos – Centro-Oeste e Sul –, o resultado favorável repercutiu, principalmente, o bom crescimento da principal cultura, a soja, e a recuperação da safra de milho, após quebra em 2016. No Sul, destaque-se, ainda, o aumento da produção de fumo. No Nordeste,

Tabela 6.9 – Produção física da indústria
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%				
		2016		2017		
		Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	100,0	0,4	-1,4	2,2	-0,3	1,6
Norte	5,9	0,3	-1,9	5,4	-0,5	5,2
Nordeste	9,5	-0,6	-1,4	0,2	0,8	0,3
Centro-Oeste	3,5	-0,9	-5,2	6,0	-0,4	1,8
Sudeste	62,7	0,0	-1,2	1,1	0,3	2,6
Sul	18,5	0,5	-0,8	4,8	-1,8	0,9

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

o incremento substancial da safra de grãos refletiu a recuperação das lavouras de soja, milho e feijão, que haviam registrado quebras no ano anterior, em função da estiagem. Dentre as demais culturas, no entanto, há previsão de redução na colheita da cana-de-açúcar, segundo principal produto agrícola da região.

A indústria nacional – que segue com elevado grau de ociosidade – registrou crescimento generalizado na margem. No trimestre encerrado em agosto, houve avanço de 1,6%, na comparação com o trimestre anterior, quando a produção recuara 0,3%. Regionalmente, o crescimento foi mais intenso no Sudeste e, especialmente, no Norte. No primeiro, o acréscimo, pelo terceiro trimestre consecutivo, refletiu incrementos significativos nas duas atividades principais – automotiva e de alimentos. No Norte, sobressaíram a indústria extrativa, sobretudo no Pará, e de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, no Amazonas. O bom resultado da atividade industrial no Centro-Oeste foi influenciado pela fabricação de alimentos, principal segmento fabril da região. No Sul, após reação no início do ano, a indústria reduziu o dinamismo, influenciada, em boa medida, pela oscilação no desempenho da fabricação de veículos automotores. No trimestre até agosto, contudo, houve avanço na produção, destacando-se a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo, e de produtos alimentícios.

Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Setembro

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Total	139,4	164,6	103,2	111,3	36,2	53,3
Norte	9,4	12,9	5,9	7,8	3,5	5,0
Nordeste	9,4	12,4	14,0	14,5	-4,7	-2,1
Centro-Oeste	19,4	20,9	5,8	6,3	13,6	14,7
Sudeste	67,2	80,0	55,9	57,8	11,3	22,2
Sul	30,0	33,6	21,6	24,9	8,4	8,7
Outros ^{1/}	4,1	4,8	0,0	0,0	4,1	4,8

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Os resultados recentes da produção e dos índices de confiança dos empresários industriais sugerem expectativas de um processo de recuperação mais consistente da atividade industrial. Nesse sentido, o Icel da CNI permanece em área que aponta otimismo dos empresários pelo quinto trimestre em sequência. Todas as regiões evidenciaram esse otimismo no terceiro trimestre, que foi condicionado pelo componente das expectativas para os próximos seis meses. Apesar disso, o baixo patamar do Nuci e a alta taxa de desemprego ratificam a elevada ociosidade dos fatores de produção.

O comércio externo segue contribuindo positivamente para a retomada da atividade econômica, impulsionado, pelo cenário favorável de crescimento global e, internamente, pela boa safra agrícola. Não obstante o incremento das importações – favorecido pelo crescimento moderado da atividade no curto prazo –, o *superavit* da balança comercial aumentou US\$17,1 bilhões, para US\$53,3 bilhões, nos nove primeiros meses de 2017, comparativamente

Tabela 6.11 – IPCAVariação trimestral^{1/}

Discriminação	Peso	2016		2017			%
		Set	Dez	Mar	Jun	Set	
IPCA							
Brasil	100,0	1,04	0,74	0,96	0,22	0,59	
Norte	4,2	1,28	0,57	0,85	-0,12	0,21	
Nordeste	14,8	1,17	1,03	1,31	0,35	0,31	
Centro-Oeste	7,1	1,21	0,99	0,45	0,30	0,57	
Sudeste	57,6	1,02	0,73	0,99	0,16	0,70	
Sul	16,3	0,82	0,44	0,83	0,34	0,61	
Livres							
Brasil		1,21	0,74	0,68	0,25	-0,27	
Norte		1,22	0,32	0,45	-0,05	-0,95	
Nordeste		1,18	0,96	0,98	-0,03	-0,45	
Centro-Oeste		1,14	0,97	0,10	0,47	-0,10	
Sudeste		1,29	0,68	0,71	0,36	-0,11	
Sul		0,93	0,76	0,63	0,15	-0,47	
Monitorados							
Brasil		0,53	0,75	1,87	0,11	3,28	
Norte		1,46	1,47	2,31	-0,37	4,45	
Nordeste		1,15	1,29	2,49	1,67	2,93	
Centro-Oeste		1,40	1,06	1,57	-0,23	3,05	
Sudeste		0,21	0,89	1,82	-0,41	3,11	
Sul		0,47	-0,60	1,52	0,93	4,12	

Fontes: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

ao mesmo período de 2016 – saldo negativo apenas no Nordeste, na perspectiva regional. O resultado nacional repercutiu o avanço das exportações, ampliadas em US\$25,2 bilhões no período. Em termos absolutos, a maior contribuição decorreu das vendas externas do Sudeste (participação de 48,6% nas exportações nacionais), impactada pelo aumento de preços de exportação e pelos aumentos dos embarques de óleos brutos de petróleo e minérios de ferro. Em termos relativos, destacaram-se as ampliações nas vendas externas do Norte, em especial, minérios de ferro e de cobre, e do Nordeste, pela recuperação das exportações de soja.

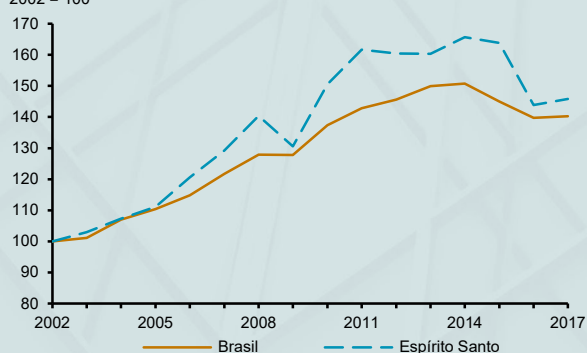
O comportamento da inflação permanece benigno, não obstante a aceleração da taxa acumulada no terceiro trimestre, comparativamente à do segundo, trajetória observada em todo o país à exceção do Nordeste. A variação do IPCA no trimestre refletiu o aumento dos preços monitorados e a deflação nos preços livres, combinação observada em todas as regiões. No segmento de livres, a principal contribuição decorreu da deflação na alimentação no domicílio, mais intensa no Sudeste (3,48%) e no Centro-Oeste (3,43%). No segmento de monitorados, ressaltou-se a passagem de deflação, no segundo trimestre, para incremento significativo dos preços no terceiro trimestre, no Norte, Centro-Oeste e Sudeste, com ênfase nas elevações em tarifas de energia elétrica residencial, nos preços da gasolina e em gás de botijão.

O conjunto dos indicadores da economia brasileira, refletindo os comportamentos regionais, mostra sinais compatíveis com o processo de retomada gradual da atividade, apresentando crescimento moderado no curto prazo. No âmbito da oferta, o contexto mostra-se favorável, aliando o bom resultado da safra agrícola aos desempenhos positivos do setor de serviços não financeiros e da indústria, na margem. Não obstante o crescimento da produção industrial, a elevada ociosidade do setor e a alta taxa de desemprego são evidências de que inexistem restrições de capacidade produtiva à retomada da atividade. Os indicadores de demanda confirmam a melhora do cenário, evidenciando crescimento do consumo das famílias impulsionado pela retomada do emprego, pela inflação reduzida e pelos efeitos da flexibilização da política monetária sobre o mercado de crédito. Ressalte-se, nesse contexto, que o nível de incerteza relativo ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia segue como principal fator de risco para o processo de retomada da atividade.

Evolução da Economia do Espírito Santo

Gráfico 1 – PIB real – Série encadeada

2002 = 100



Fontes: IBGE, IJSN e Banco Central

Este box analisa a evolução recente da economia do Espírito Santo, compara sua estrutura produtiva com a do país e avalia as perspectivas para a trajetória da atividade no estado no curto prazo.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo atingiu R\$ 128,8 bilhões em 2014, segundo dados do IBGE¹, correspondendo a 2,2% do PIB nacional e a 4,1% do PIB do Sudeste. No biênio 2014-2015 a economia estadual cresceu 2,2% segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e em 2016 recuou 12,2%, impactada pela paralisação das atividades da Samarco.

Dados mais recentes indicam alguma recuperação da atividade produtiva no estado. O Índice de Atividade Econômica Regional do Espírito Santo (IBCR-ES) cresceu 1,4% nos oito primeiros meses de 2017, comparativamente a expansão de 0,3% do indicador nacional.

A composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) das economias capixaba e nacional registrou evolução distinta de 2002 a 2014. No estado, a participação da indústria aumentou 2,3 p.p., para 38,9%, contrastando com a retração de 2,2 p.p., para 57,7%, na do setor de serviços. No mesmo período, as participações das atividades mencionadas variaram -2,6 p.p. e +4,0 p.p. em âmbito nacional.

O crescimento da participação da indústria no estado repercutiu, em especial, a expressiva expansão do segmento extrativo (minério de ferro e petróleo), enquanto a redução do peso dos serviços esteve condicionada, em grande parte, pela redução da importância da administração pública e do segmento imobiliário.

A representatividade da agropecuária no VAB do estado se manteve em 3,4% no período, com predominância da agricultura, que em 2014 respondeu por 62% da produção do segmento, segundo as Contas Regionais (CR) do IBGE. O café

1/ As estatísticas do IBGE para o PIB do estado estão disponíveis até 2014. As estimativas para períodos posteriores são elaboradas pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), vinculado à Secretária do Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo.

Gráfico 2 – Valor Agregado Bruto (VAB) – 2014
Distribuição %

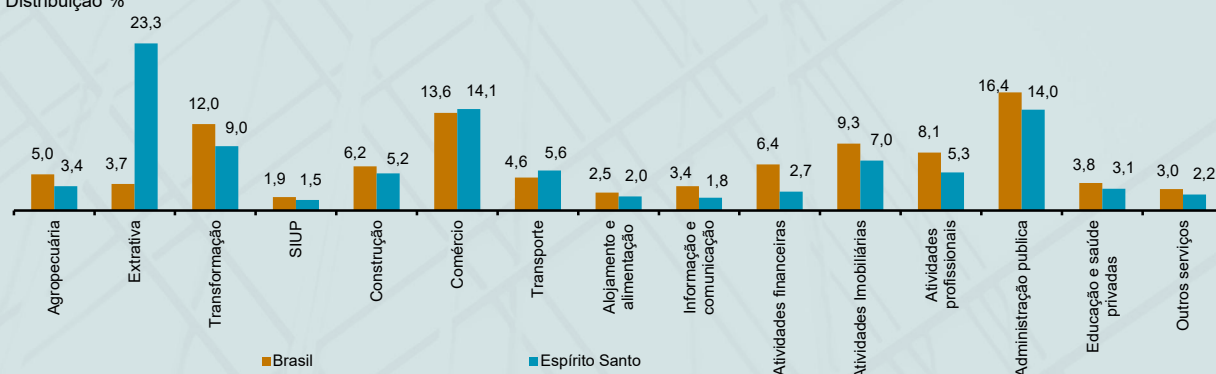


Tabela 1 – Produção agrícola – Espírito Santo
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2016 ^{2/}	2017 ^{2/}	
Grãos				
Feijão	0,6	10,8	12,2	12,9
Milho	0,4	37,9	37,5	-1,1
Outras lavouras				
Café	62,2	515,4	540,1	4,8
Banana	6,9	262,6	323,7	23,3
Tomate	5,6	152,0	162,7	7,0
Pimenta-do-reino	5,4	12,8	37,1	189,8
Cana-de-açúcar	2,5	2 845,6	2 175,4	-23,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2016.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2017.

Tabela 2 – Produção industrial – Espírito Santo
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2003-2016 ^{2/}		2017 Jan-ago ^{3/}
		2016	2017	
Indústria geral	100,0	1,3	-18,7	3,7
Indústrias extrativas	54,3	4,3	-31,0	4,8
Indústrias de transformação	45,7	0,0	-1,4	2,7
Metalurgia	13,5	2,1	3,5	1,8
Produtos alimentícios	11,3	2,1	2,9	12,4
Celulose, papel e prod. de papel	10,5	2,1	-4,7	3,3
Minerais não-metálicos	10,4	1,6	-8,4	-4,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Para metalurgia de 2013 a 2016.

3/ Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

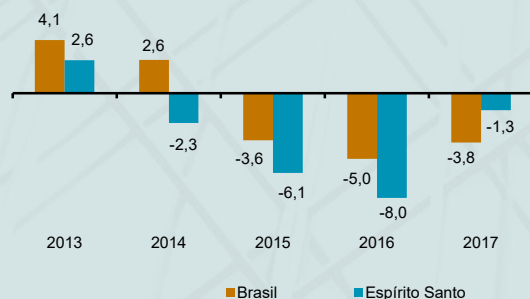
é a principal cultura, representando 62,2% do valor da produção agrícola em 2016, de acordo com a pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As lavouras de grãos, diferentemente da maioria dos estados do país, não têm participação relevante no Espírito Santo.

A seca dos últimos anos prejudicou a colheita de café, que recuou 20,2% em 2015 e 16,6% em 2016 (Brasil, -5,6% e +14,0%, respectivamente), exercendo desdobramentos negativos sobre a produção e o beneficiamento de produtos agrícolas do estado. Em 2017, refletindo condições climáticas mais regulares, a produção de café deve avançar 4,8%, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de setembro. A produção de outras importantes culturas do estado também deve crescer no ano: banana, +23,3%, tomate, +7,0%, e pimenta-do-reino, +189,8%.

Ainda no âmbito da oferta, a produção da indústria capixaba cresceu 1,3% ao ano, de 2003 a 2016 (0,5% no Brasil), segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. O desempenho do setor foi influenciado, em especial, pela expansão expressiva da indústria extrativa no período, ainda que fortemente prejudicada pelo grave acidente ambiental ocorrido em Mariana-MG, em novembro de 2015, que implicou interrupção das atividades de mineradora economicamente relevante para a economia do Espírito Santo.

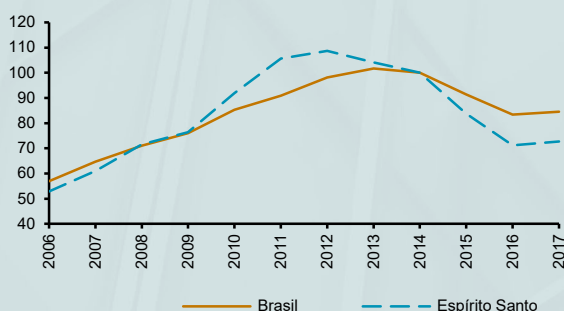
Nos oito primeiros meses de 2017, a produção da indústria extrativa cresceu 4,8%, em relação a igual intervalo de 2016, favorecida pela base de comparação deprimida e pela melhora do ambiente externo. A atividade da indústria de transformação expandiu 2,7% no mesmo período, com ênfase no desempenho das indústrias de alimentos (12,4%) e

Gráfico 3 – Serviços não financeiros
Variação % acumulada no ano



Fonte: IBGE
1/ Em 2017: dados até agosto/2017.

Gráfico 4 – Índices de volume de vendas no comércio varejista ampliado
2014 = 100



Fonte: IBGE
1/ Em 2017: últimos 12 meses terminados em agosto/2017.

celulose e papel (3,3%). Nesse cenário, a indústria capixaba cresceu 3,7% no período, ante expansão de 1,5% em âmbito nacional.

O volume de serviços não financeiros no estado recuou 13,5% de 2012 a 2016, comparativamente ao decréscimo de 2,3% no Brasil, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE². Essa evolução reflete os efeitos da recessão da economia nacional, em 2015 e 2016, que abrangeu as atividades em todas as unidades da federação e foram agravados no Espírito Santo pelos impactos econômicos do acidente ambiental de 2015, mencionado anteriormente. Considerados os oito primeiros meses de 2017, o setor retraiu 1,3% em relação a igual período do ano anterior, ante recuo de 3,8% observado em âmbito nacional, não obstante o desempenho dos segmentos outros serviços (+13,0%) e serviços de comunicação e informação (+6,1%).

A participação do comércio no VAB do estado cresceu 6,6 p.p. de 2002 e 2014, expansão inferior apenas à registrada pela representatividade da indústria extrativa no período.

As vendas do comércio ampliado do Espírito Santo cresceram, em média, 5,1% a.a. de 2004 a 2016³ (4,0% no Brasil), de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, destacando-se os aumentos médios nos segmentos artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (11,9%) e móveis e eletrodomésticos (7,8%). Ressalte-se que após crescerem, em média, 12,8% a.a. de 2006 a 2012, as vendas do comércio ampliado do estado recuaram, em média, 10,0% a.a. de 2013 a 2016, ano em que situaram-se em patamar 34,5% inferior ao nível recorde de 2012.

Nos primeiros oito meses de 2017, as vendas no estado cresceram 3,2% (1,9% no Brasil), com destaque para os desempenhos positivo nas vendas de automotivas (25,2%) e de móveis e eletrodomésticos (10,9%). A recuperação gradual observada nos indicadores do mercado de trabalho e a reação do mercado creditício para pessoas físicas neste ano, são fatores que ajudam a explicar a retomada da atividade do comércio.

A cadeia produtiva do Espírito Santo destina parcela relevante da produção de bens para exportação e

2/ Os dados relativos à PMS têm início em 2012.
3/ Os dados para o ES, relativos à PMC, têm início em 2004.

Tabela 3 – Exportação/Importação Espírito Santo – 2017^{1/}
Itens selecionados

Discriminação	Percentual		
	Valor (US\$ milhões)	Var. anual	Particip.
Exportação			
Minério de ferro	1 479,0	44,3	25,0
Semimanufaturados de ferro ou aço	825,0	24,9	13,9
Celulose	757,3	14,0	12,8
Petróleo	732,8	146,2	12,4
Obras de mármore/granito	523,9	-7,8	8,9
Importação			
Combustíveis e lubrificantes	1 009,0	118,3	30,2
Carvão	970,6	123,2	29,0
Insumos industriais	753,3	-3,4	22,5
Bens de capital	592,7	42,1	17,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Dados até setembro de 2017.

Tabela 4 – Variação do número de emprego formal

Discriminação	Em mil ^{1/}			
	Espírito Santo		Brasil	
	2015/2016	2017 ^{2/}	2015/2016	2017 ^{2/}
Total	-82,8	0,8	-2 862,4	163,4
Indústria extrativa	-1,4	-0,1	-26,1	-1,8
Indústria de transformação	-15,1	1,8	-936,4	54,8
Serviços ind. utilidade pública	-1,4	-0,1	-21,1	0,1
Construção civil	-16,6	0,5	-778,6	-30,3
Comércio	-15,9	-3,8	-410,8	-99,3
Serviços	-28,9	-0,3	-660,8	105,8
Agropecuária	-3,0	2,5	-5,8	115,4
Outros ^{3/}	-0,5	0,2	-22,7	18,9

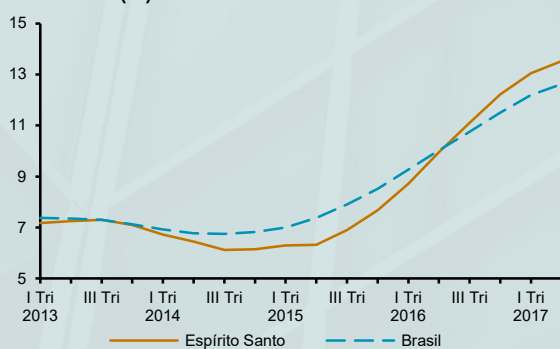
Fonte: MTb/Caged

1/ Inclui declarações fora do prazo.

2/ Dados até agosto.

3/ Inclui administração pública e outros.

Gráfico 5 – Taxa de desocupação – Média em 4 trimestres (%)



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

se beneficia da infraestrutura portuária existente no estado. Nesse contexto, as vendas externas do estado registraram crescimento médio anual de 4,1% de 2004 a 2016, período em que as importações aumentaram, em média, 1,7% a.a. (variações médias respectivas de 5,4% e 6,7% no Brasil).

As exportações, concentradas em petróleo, minério de ferro e celulose (50,2% do total nos nove primeiros meses de 2017) representaram 3,6% das exportações nacionais em 2016. Ressalte-se que a participação relevante das *commodities* na pauta do estado confere maior volatilidade às suas exportações relativamente às do país. Nesse sentido, os embarques totais do Espírito Santo variaram -33,6% em 2016 e +23,8% nos nove primeiros meses de 2017, em relação a igual intervalo de 2016, comparativamente a variações respectivas de -3,6% e +18,2% no Brasil.

As importações do estado concentram-se em carvão (29,0% do total nos nove primeiros meses de 2017), que atende principalmente à indústria siderúrgica do Sudeste. As compras externas do Espírito Santo, após recuarem 28,3% em 2016, em cenário de retração da atividade interna no país, aumentaram 21,9% nos nove primeiros meses de 2017 (variações respectivas de -19,7% e +7,9% no Brasil).

A economia capixaba detinha 715,2 mil postos de trabalho formais em dezembro de 2016 (1,9% do total nacional), segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho (MTb), dos quais 45,3% no setor de serviços e 25,7% no comércio, distribuição similar à do Brasil.

Repercutindo período de crescimento consistente da atividade econômica, foram criadas 356,3 mil vagas formais no estado de 2004 a 2014. No biênio seguinte, em linha com a perda de dinamismo da atividade, ocorreu o corte de 82,8 mil postos de trabalho na economia capixaba, trajetória revertida no decorrer de 2017, quando, evidenciando melhora no ambiente econômico, foram gerados 786 novos postos de trabalho nos oito meses do ano.

A taxa de desocupação no estado cresceu de forma mais intensa a partir do terceiro trimestre de 2015 do que o observado em nível nacional. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), após atingir o patamar mais

Gráfico 6 – Crédito a PF por modalidade

Participação %

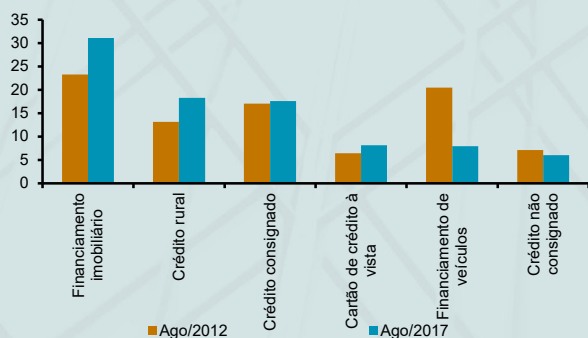


Gráfico 7 – Crédito a PJ por atividade

Participação %

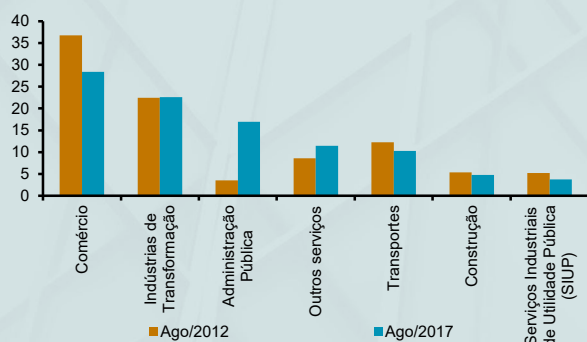
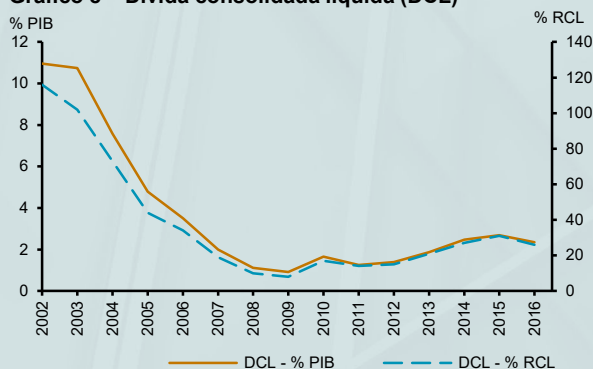


Gráfico 8 – Dívida consolidada líquida (DCL)



Fontes: IBGE, IJSN e STN

reduzido no terceiro trimestre de 2014 (5,8%, ante 6,8% no Brasil), a taxa iniciou trajetória crescente, situando-se em 14,4% no primeiro trimestre de 2017 e recuando 1 p.p. no trimestre seguinte (13,7% e 13,0%, na ordem, no país).

A relação crédito/PIB no Espírito Santo passou de 20,0%, em 2005, para 38,8% em 2014 (24,2% e 51,0%, no Brasil, respectivamente). Neste período, a carteira de crédito do estado aumentou, em média, 20,2% ao ano (21,0% no país), ressaltando-se que, desde 2009, encontram-se mais concentradas no segmento de pessoas físicas, em comparação à média nacional.

O estoque das operações de crédito mencionadas totalizou R\$46,2 bilhões em agosto de 2017, contraindo 5,2% nos últimos doze meses. Os saldos relativos aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas representaram, na ordem, 59,2% e 40,8% do total das contratações (52,9% e 47,1% no Brasil, respectivamente). A carteira de pessoas jurídicas, que decresceu 13,2% no período, concentra-se nas atividades comércio (28,4% do total), indústria de transformação (em especial cimento, cerâmicas, cal e gesso, e alimentos e bebidas, com exceção de açúcar em bruto) e administração pública. A carteira de pessoas físicas aumentou 1,2% no período, com destaque para as participações das modalidades financiamento imobiliário (31,1% do total), crédito rural e crédito consignado.

No âmbito fiscal, a razão entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e o PIB do estado, após recuar de 2002 a 2009, refletindo tanto o crescimento do PIB quanto o controle no endividamento do estado⁴, registrou trajetória de crescimento moderado até o final de 2016, quando atingiu 2,4%. A relação entre DCL e a Receita Corrente Líquida (RCL) apresentou evolução semelhante, situando-se em 26,0% ao final de 2016, patamar significativamente inferior ao limite de 200% estabelecido pelas Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal.

A evolução recente dos indicadores fiscais do Espírito Santo é explicada, em parte, pelo impacto do recuo da atividade no biênio 2015-16 sobre as receitas do estado (a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrou redução real de 16,6% em 2016, em relação

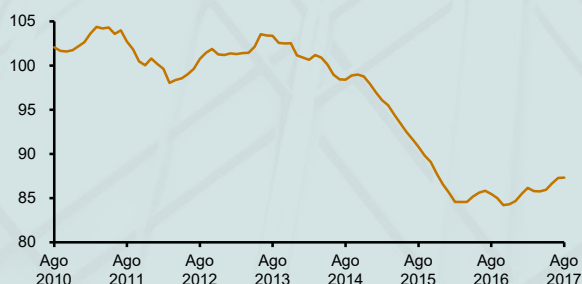
4/ O Relatório Anual da Dívida Pública e do Programa de Ajuste Fiscal de 2011, da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo, mostra que no período de 2002 a 2009 a Dívida Consolidada do estado cresceu apenas 7,0% a preços correntes.

a 2014), e pela diminuição dos repasses de *Royalties* e Participações Especiais (PE), que, repercutindo o recuo das cotações internacionais do petróleo, apresentaram decréscimo real de 52,1% na mesma base de comparação.

Os indicadores de atividade do Espírito Santo têm apresentado, nos anos recentes, maior volatilidade do que os indicadores do país, evolução associada, em parte, à maior dependência externa da economia do estado. As perspectivas para 2017, sustentadas pelo desempenho do setor industrial e do comércio, são de que a retomada da atividade no estado seja mais acentuada do que a projetada para o Brasil.

Efeitos do declínio da produção sobre a estrutura industrial

Gráfico 1 – Produção industrial – Brasil
Média móvel trimestral, dados dessazonalizados
2002 = 100



Fonte: IBGE

A produção industrial registrou retração acentuada de meados de 2013 até o início de 2016, quando passou a apresentar relativa estabilidade e, a partir do início de 2017, moderada recuperação, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF)¹ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Gráfico 1). Esta evolução ocorreu de forma heterogênea, destacando-se os desempenhos negativos na categoria de bens de capital e, por atividade, na produção de veículos automotores, reboques e carrocerias.

Nesse contexto, o boxe avalia as mudanças observadas na estrutura industrial a partir de 2010, tanto em âmbito setorial quanto regional, movimento associado, em grande parte, ao processo de adequação da atividade industrial ao ciclo recessivo recente.

Tabela 1 – Composição do VTI – Brasil
Grandes categorias industriais

Discriminação	Peso (%)		Variação (em p.p.)
	2010	2017 ^{1/}	
Bens de capital	8,3	6,8	-1,6
Bens intermediários	59,7	60,8	1,1
Bens de consumo	30,6	31,0	0,4
Duráveis	7,3	6,1	-1,3
Semiduráveis	4,7	4,5	-0,1
Não duráveis	18,6	20,4	1,8

Fontes: IBGE e BCB

1/ Refere-se à média de doze meses até agosto.

A análise das grandes categorias industriais mostra que a participação da produção de bens de capital recuou 1,6 p.p. de 2010 a 2017², resultado de retrações em todos os segmentos da categoria. Em contrapartida, houve aumentos tanto na participação de bens intermediários (1,1 p.p.), destacando-se o crescimento da representatividade dos segmentos combustíveis e lubrificantes, e alimentos elaborados, e o recuo da relativa a peças e acessórios para bens de capital, em linha com a queda na produção desses itens; quanto na de bens de consumo (0,4 p.p.), evolução decorrente do impacto mais intenso do desempenho positivo da categoria de bens não duráveis, sobretudo alimentos, em relação ao efeito do recuo na participação de bens duráveis, especialmente de automóveis.

A evolução da representatividade das atividades industriais na composição do Valor da Transformação

1/ A PIM-PF estima a evolução mensal da produção industrial, tendo como base para a composição da amostra a Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 2010. A estrutura de ponderação das atividades é feita pela composição do Valor de Transformação Industrial (VTI) dessa pesquisa, e o número-índice baseia-se em um índice de Laspeyres adaptado, de forma a considerar a relação entre o VTI do produto e o do total da indústria. Tanto a agregação dos produtos quanto das atividades considera a atualização de pesos, de forma que quando a variação de *quantum* for superior à média, cresce a importância no produto (ou atividade) na composição do índice agregado.

2/ Média de doze meses até agosto.

Industrial (VTI), no período analisado, encontra-se na Tabela 2. Houve redução de 2,0 p.p. na participação da indústria de transformação, reflexo de recuos em quinze das 25 atividades pesquisadas na PIM-PF, mais intenso no segmento veículos automotores, reboques e carrocerias (2,5 p.p.) e na indústria metalmeccânica, composta pelos segmentos metalurgia e produtos de metal, máquinas e equipamentos, e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos. Em contrapartida, a representatividade da indústria de produtos alimentícios aumentou 2,0 p.p., no período, seguindo-se os acréscimos nas indústrias de celulose, papel e produtos de papel, e de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis.

Tabela 2 – Composição do VTI por atividade – Brasil

Discriminação	Peso (%)		Variação (em p.p.)
	2010	2017 ^{1/}	
Indústria geral	100,0	100,0	
Indústrias extrativas	11,2	13,2	2,0
Indústrias de transformação	88,8	86,8	-2,0
Produtos alimentícios	13,9	16,0	2,0
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	10,3	10,8	0,5
Veículos automotores, reboques e carrocerias	10,1	7,6	-2,5
Outros produtos químicos	5,3	5,8	0,4
Metalurgia	5,4	5,1	-0,3
Máquinas e equipamentos	4,9	4,3	-0,6
Celulose, papel e produtos de papel	3,0	3,5	0,6
Bebidas	3,3	3,5	0,2
Produtos de borracha e de material plástico	3,5	3,4	-0,1
Produtos de minerais não-metálicos	3,6	3,3	-0,2
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	3,6	2,9	-0,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,6	2,3	-0,3
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2,3	2,3	-0,1
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2,3	2,2	-0,1
Equip. de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2,5	2,0	-0,5
Couros e fabr. de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	1,6	1,8	0,1
Sabões, detergentes, prod. de limpeza, cosméticos, prod. de perfumaria e de higiene pessoal	1,3	1,5	0,3
Produtos têxteis	1,6	1,5	-0,1
Manutenção, reparação e instal. de máquinas e equipamentos	1,3	1,4	0,1
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1,5	1,2	-0,4
Produtos de madeira	1,0	1,2	0,1
Produtos diversos	1,0	1,1	0,1
Móveis	1,3	1,1	-0,2
Impressão e reprodução de gravações	1,0	0,7	-0,3
Produtos do fumo	0,6	0,5	-0,1

Fonte: IBGE

1/ Refere-se à média de doze meses até agosto.

A participação das indústrias extrativas, concentradas no Norte e no Sudeste³, aumentou 2,0 p.p. no período.

3/ As duas regiões concentraram 89% do VTI do segmento em 2015, segundo a PIA do IBGE.

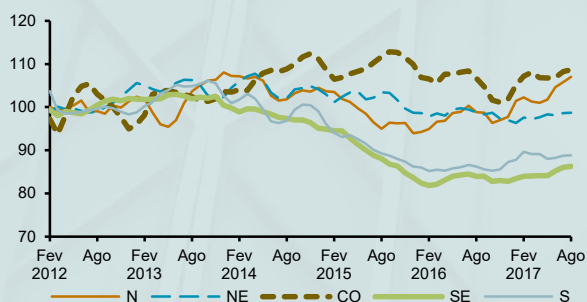
Tabela 3 – Participação da atividade no VTI da região – 2015

Atividades selecionadas

Discriminação	N	NE	CO	SE	S
Ampliaram participação no VTI					
Produtos alimentícios	12,0	18,1	50,3	15,5	23,0
Celulose, papel e prod. papel	0,7	6,4	1,5	3,7	4,6
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	0,8	16,2	11,9	12,4	7,0
Reduziram participação no VTI					
Metalmecânica	11,3	7,9	4,6	11,1	6,7
Equip.de informática, prod. eletrônicos e ópticos	17,4	0,6	0,1	2,2	1,2
Máquinas e equipamentos	1,8	0,6	1,7	5,6	7,0
Veículos automotores, reboques e carrocerias	0,5	2,6	2,0	8,3	8,2

Fonte: IBGE

Gráfico 2 – Produção industrial por região
Média móvel de 3 meses, dados dessazonalizados
2012 = 100



Fonte: IBGE

Os resultados da Tabela 2, juntamente com a estrutura da indústria de transformação em cada região – disponível para 2015 (dados da População em Idade Ativa – PIA do IBGE) –, ajudam a explicar as diferentes trajetórias das indústrias regionais no período examinado. Assim, conclui-se que a evolução da indústria de alimentos contribuiu para o fortalecimento da produção, sobretudo no Centro-Oeste e no Sul (Tabela 3). A indústria de celulose, papel e produtos de papel repercutiu de forma mais intensa no Nordeste e no Sul, enquanto a evolução da produção de coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis impactou com maior intensidade as indústrias do Nordeste e do Sudeste.

Em sentido contrário, o forte recuo da indústria automotiva provocou os maiores impactos no Sudeste e no Sul, onde ela é mais representativa. Essas foram as regiões que mais repercutiram a queda na produção de máquinas e equipamentos, ao passo que a contração na fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos produziu o maior efeito no Norte, onde responde por 17,4% do VTI.

A importância regional dos segmentos mencionados ajuda a compreender a evolução da produção industrial nas regiões do país no período recente (Gráfico 2). Assim, os recuos mais intensos registrados no Sudeste e Sul repercutem, em boa parte, o declínio da produção de veículos automotores, enquanto a moderação na retração da atividade no Centro-Oeste esteve condicionada, em especial, pelo predomínio da indústria de produtos alimentícios na composição do VTI da região.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente
Ilan Goldfajn

Diretor de Política Econômica
Carlos Viana de Carvalho

Chefe do Departamento Econômico
Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Coordenação Regional do Norte e Nordeste

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste na Bahia

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste no Pará

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste em Pernambuco

Coordenação Regional do Sudeste

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Coordenação Regional do Sul

Núcleo da Coordenação Regional do Sul no Paraná

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Coordenação Regional do Norte e Nordeste

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste na Bahia

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste no Pará

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Nordeste em Pernambuco

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sudeste

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sul

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sul no Paraná

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a.	ao ano
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCS	Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
CR	Contas Regionais
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
DCL	Dívida consolidada líquida
Depec	Departamento Econômico
EUA	Estados Unidos da América
Fecomércio-PR	Federação do Comércio do Estado do Paraná
Fecomércio-RS	Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICIT	Índice de Confiança da Indústria de Transformação
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Iparde	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF	Ministério da Fazenda
MTb	Ministério do Trabalho
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	pontos percentuais
PAM	Produção Agrícola Municipal
PE	Participações Especiais
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PO	População Ocupada
RCL	Receita corrente líquida
Refap	Refinaria Alberto Pasqualini
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SAG	Sistema de Análise de Grupos/Cotas de Consórcio
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UF	Unidade da Federação
Unicad	Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção
VTI	Valor da Transformação Industrial



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

bcb.gov.br